

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**JUDÁ LEÃO LOBO**

**IMAGINÁRIOS REPUBLICANOS:**  
**sucesso e desventura na construção de fundamentos.**

**CURITIBA**

**2012**

**JUDÁ LEÃO LOBO**

**IMAGINÁRIOS REPUBLICANOS:  
sucesso e desventura na construção de fundamentos.**

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da  
Universidade Federal do Paraná como requisito  
parcial à obtenção do título de bacharel em direito.

Orientador: Luís Fernando Lopes Pereira

**CURITIBA**

**2012**

## RESUMO

Este estudo destaca perspectivas incertas na formação e consolidação do republicanismo brasileiro, tendo por parâmetro o método indiciário de reconstrução histórica, no qual indícios, testemunhos e provas servem de pista para se elaborar uma hipótese hermenêutica acerca do passado. Nesse sentido, servimo-nos de textos literários, jornalísticos e acadêmicos, assim como de obras de arte e caricaturas políticas do período para sublinhar continuidades de um imaginário monárquico na Primeira República. Porém, por força das atuais linhas predominantes no imaginário jurídico, tivemos de investigar primeiro o imaginário republicano francês, revisitando-o em distintas Repúblicas francesas a fim de ressaltar sua descontinuidade e a apropriação do passado revolucionário por regimes posteriores que com ele pouca relação tinham, reinventando-o em moldes ideais e estáveis, tornando-o abstrato a ponto de ser reivindicado como herança imaginária por realidades políticas, jurídicas e sociais absolutamente distintas da original.

**Palavras-chave:** imaginário jurídico e político; Monarquia e República; continuidades.

## ABSTRACT

This study highlights uncertain prospects in the formation and consolidation of Brazilian republicanism, having as parameter the indiciary method of historical reconstruction, in which clues, testimonies and evidences serve as indications to formulate a hermeneutic hypothesis about the past. In this sense, we used literary, journalistic and academic texts, as well as works of art and political cartoons of the period to emphasize continuities of a monarchical imaginary in the First Republic. However, under the prevailing current lines in the juridical imaginary, first we had to investigate the french republican imaginary, revisiting it in different French Republics in order to underline its discontinuity and the appropriation of the revolutionary past by subsequent regimes that had little to do with it, reinventing it into ideals and stable molds, making it abstract enough to be claimed as imaginary heritage by political, legal and social realities absolutely distinct from the original.

**Key-words:** juridical and political imaginary; Monarchy and Republic; permanences.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. UM .....</b>	<b>7</b>
<b>3. DOIS .....</b>	<b>34</b>
<b>4. TRÊS.....</b>	<b>63</b>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo assume a finalidade de desmistificar os (pré)conceitos construídos em torno da ideia de República, devolvendo-a a sua historicidade, relativizando seus valores a partir da comparação de realidades republicanas ao mesmo tempo distintas na concretude histórica e conexas no plano do imaginário. Se a Revolução Francesa produziu experiência político-jurídica particular a seu contexto, também foi reivindicada como fundamento imaginário de diversas outras experiências, inclusive do republicanismo brasileiro, tão distante geográfica e culturalmente da matriz imaginária. No Brasil, a monarquia era sucedida por uma República marcada por diversas permanências, sublinhando-se a peculiaridade do novo regime, distinto justamente pela continuidade de tradições que não tinha legitimidade para desconstruir e, talvez, nem interesse em fazê-lo. Mesmo assim, não se hesitava em reivindicar o imaginário revolucionário francês, assim como ainda hoje não se hesita, especialmente nas introduções históricas de cursos e manuais de direito.

Para compreender essa atitude, ainda presente no imaginário jurídico contemporâneo, estruturamos este estudo em três pontos interdependentes ao mesmo tempo em que autônomos. O capítulo *um* procura expor a fundamentação teórica e os instrumentos metodológicos utilizados nas duas etapas seguintes, dando enfoque à *iconologia* como instrumental rico à historiografia (jurídica), possibilitando-lhe apreender o conteúdo das artes visuais enquanto fonte histórica. O capítulo *dois* busca compreender o processo da Revolução Francesa a partir de ajuste diferenciado de lentes, focando em símbolos e emblemas revolucionários, assim como na variação deles em regimes republicanos posteriores, tomando-os como expressão de necessidades históricas contingentes e indicando a inexistência de uma República, mas de várias experiências republicanas dentro da própria realidade francesa. O capítulo *três*, por fim, debruça-se sobre a transição da monarquia para a República no Brasil, destacando como algumas das críticas republicanas ao antigo regime não foram resolvidas pelo novo, antes por ele incorporadas e cultivadas sob novas roupagens.

Se há interdependência entre os três pontos apresentados, cada qual mantém autonomia em relação aos outros, podendo ser lido como estudo em si. O primeiro, além de conter fundamentação teórica e instrumentos metodológicos, consiste num ensaio hermenêutico que os

aplica em representações pictóricas produzidas em Curitiba na primeira metade do séc. XX, extraindo delas prováveis significados político-jurídicos. O segundo, por sua vez, ao contribuir para análise historiográfica do republicanismo brasileiro, sublinhando a inexistência de significados, valores e objetivos unânimes no calor dos acontecimentos revolucionários, destitui o processo da Revolução de seu caráter etéreo, demarcando as diversas e contraditórias perspectivas contidas em sua historicidade, assim como a preocupação dos vitoriosos de cada ocasião em perenizar seus símbolos por meio de mecanismos muito concretos de manipulação do imaginário. O terceiro é o ápice deste estudo, sendo os dois pontos anteriores esclarecimentos para melhor compreensão dele. Nada impede, porém, uma leitura independente, visto dedicar-se mais a dessemelhanças concretas com tradições estrangeiras que a proximidades etéreas e ideárias, distantes de coerente materialidade histórica.

Ao passar por esses três capítulos, poderemos compartilhar a desconfiança que sempre tivemos de argumentos manualescos reivindicando um passado histórico (uma tradição) absolutamente alheio aos itinerários da cultura e do imaginário político-jurídicos brasileiros. Ao assim procederem, os juristas não apenas reproduzem o péssimo hábito do anacronismo; também relegam ao esquecimento significados inerentes aos institutos de que tratam, explicando-os a partir de fundamentos que mistificam antes de desvendar. Ao lermos seus ensinamentos, permanece a sensação de algo unilateral e incompleto, de um reducionismo caricato, cujos mais relevantes elementos históricos precisam ser subtraídos ao silêncio a que foram relegados; assim como o impulso de resgatar a história subjacente à experiência jurídica brasileira, fazendo-a falar a partir de seus sentidos próprios. Embora incertos e contraditórios, ao menos são autênticos.

## UM.

*Toda a mitologia estatal não se enraíza nessa herança longínqua das representações do poder exprimidas em emblemas e lendas, imagens e conceitos?<sup>1</sup>*  
Bronislaw Baczko

Havia num paiz longe, para lá da terra dos sonhos, onde o céu é sempre estrelado, no reino azul de um santo rei, o mais lindo príncipe do mundo. Era alto e esbelto como o seu mais guapo guerreiro; os cabellos revoltos desmanchavam-se-lhe em torno da cabeça altiva, uma aureola doirada, e seu sorriso lhe iluminava a face como o sol, ao levantar-se, clareia e aquece a natureza!!! E esse formoso príncipe amava...Morava a sua namorada no meio de uma planície vasta tão ampla e tão chata como o mar, que se tivesse petrificado. Num delicioso bosque de faias ella se escondia, para proteger dos rigores do dia escaldado, a brancura immaculada de umas mãos de fada. Banhava-se n'uma torrente que parecia, ao sól pleno, feita de perolas que rolavam. E cantava aos luars saudosos, melancólicas endeixas de amôr. Diariamente, ao sól posto, os apaixonados se reviam na auréola do bosque, e então a planície immensa e o firmamento brando enviam os mais suaves juramentos de amôr que já dous noivos trocaram. Até que...Poderes miraculosos tinha o rei daquelle reino azul, e movido pelos conselheiros sagazes, que lhe advertiam desse ao príncipe encantador mulher de sangue real, resolveu converter numa pobre arvore dos campos a nympha do bosque de faias. A loucura escureceu o cerebro do mancebo, ao procurar em vão, na planície sem fim, a sua amada e as faias de sombra por onde um riacho escorria. Toda a sua colera pezou, implacavel, sobre o reino do santo rei e depois de terríveis represalias, que comprometteram a tranquillidade do paiz, errou, doido, pelos prados, erguendo allucinadamente os braços para o céu e a gritar, que lhe restituissem o seu amôr perdido. A piedade do rei mago soccorreu-o: mas como não podia fazer com que a faia dos campos voltasse a ser mulher, converteu em arvore tambem o príncipe delirante. Numa arvore alta como uma torre, que parece querer enfiar no céu de turqueza os braços trêmulos, que o desespero fustiga: e ainda com a corôa real equilibrada muito lá encima, sobre uns ombros desfeitos que as tempestades chicoteiam, e que, nos crepusculos tristes, imitam, de encontro ao encendio do horizonte, o perfil sofredor do rei Tazir!!! Essa arvore foi o pinheiro!<sup>2</sup>

Qualquer sociedade, seja antiga, moderna ou atual, contém uma carga mítica profunda, todo um universo de mediações simbólicas, relativamente independente da realidade material; ou, para melhor nos exprimirmos, autônoma, mas exprimindo o concreto jogo de interesses em forma simbólica - a qual, necessariamente, passa pelo crivo complexo do imaginário social, cujos fundamentos se desdobram em elementos antigos (ou, talvez, arcaicos), conjunturais e episódicos. Assim, qualquer “manifestação” mítica, desde o cidadão consciente e participativo da modernidade clássica até o simples e pueril conto de fadas simbolizando a origem da araucária (um dos mais fortes símbolos criados e trabalhados pela república paranista no início do séc. XX<sup>3</sup>), precisa prestar contas à memória e aos valores arraigados nas mentalidades (individuais e sociais, concomitantemente), aos interesses dominantes em determinado contexto histórico e ao evento momentâneo, estopim imediato do movimento mítico.

<sup>1</sup> “Toute la mythologie de l’État ne s’enracine-t-elle pas dans cet héritage lointain des représentation du pouvoir exprimées en emblèmes et légendes, images et concepts?” [Tradução livre]. (BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984. p. 16).

<sup>2</sup> *Ilustração Paranaense*. Curitiba, maio-junho, 1929.

<sup>3</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná Inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2ª edição, 1998. (p. 123-134).

Para não cair no esquecimento, ou, simplesmente, no ridículo, a formulação simbólica precisa manter correspondência com um substrato imaginário preexistente e socialmente compartilhado, sobretudo ante o *fenômeno da recepção* do símbolo constitutivo. Com efeito, se a instituição de um fundamento (político, econômico, científico, etc.) comporta algo de arbitrário, volitivo - o que permite certa manipulação -, sua recepção e adoção pelas massas vai depender diretamente da correspondência com uma prévia e determinada comunidade de sentido, que rege o imaginário e as aspirações coletivas. Trata-se mais de uma tentativa de apropriação das tendências, afinidades e fidelidades, dando-lhes uma significação consciente ou inconscientemente desejada, que de uma construção independente e unilateral de mitos e símbolos do poder. Em outros termos, “Exercer um poder simbólico é muito pouco agregar o ilusório a uma potência «real», mas *dobrar e reforçar uma dominação efetiva pela apropriação de símbolos, pela conjugação das relações de sentido e de potência*” (grifamos).<sup>4</sup>

Há verdadeira tensão entre invenção volitiva e geração involuntária (ou espontânea). Existente nas diversas formas de organização política e particularmente relevante em momentos de transição, o fenômeno chamado *invenção das tradições*, com efeito, é intrigante por não ser unilateral e sim marcado por uma espécie de ambiguidade. Se certas tradições inventadas possuem finalidades políticas e sociais de grande relevância para determinado equilíbrio de figurações sociais e não poderiam surgir e circular amplamente desprovidas de um caráter intencional e volitivo, necessitam corresponder às aspirações e às mentalidades que se difundem e circulam em dado contexto. Assim, ainda que haja evidente intenção de manipular ou inventar tradições para cooptar os imaginários sociais, o movimento de recepção dessas formulações lhes confere limites mais ou menos precisos.<sup>5</sup>

Não é outra a intuição de Marc Bloch, quando afirma que “O milagre régio parecia ter morrido com a fé monárquica”<sup>6</sup>. Não só a crença no poder curativo da realeza sustentava o rito político do toque das escrófulas na França e na Inglaterra; também a hábil manipulação política desse substrato socialmente compartilhado, tanto mais eficaz quanto mais crentes na figuração

---

<sup>4</sup> “Exercer un pouvoir symbolique, ce n’est guère ajouter de l’illusion à une puissance «réelle», mais doubler et renforcer une domination effective par l’appropriation des symboles, par la conjugaison des rapports de sens et de puissance.” [Tradução livre]. (BACZKO, Bronislaw. *Op. cit.* p. 18).

<sup>5</sup> HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terrence. (Org). *A invenção das tradições*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (p. 315).

<sup>6</sup> BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (p. 261).

fossem os próprios manipuladores<sup>7</sup>. Assim, não se trata de uma relação unilateral e simplista, de mera imposição interessada, e sim de uma relação complexa, em que dominantes e dominados – embora estes estejam, evidentemente, em desvantagem – partilham as mesmas crenças<sup>8</sup>, o que revela que, assim como a cultura e as manifestações culturais, também as tendências e fidelidades políticas propagam-se em circularidade, fundamentando a ação de uns e a aderência de outros.

Não é porque o milagre régio – dentre outros ritos/crenças da mesma categoria – extinguiu-se juntamente com a fé monárquica (ou a fé no caráter divino das dinastias e dos monarcas) que, necessariamente, atingimos estágio superior de civilização ou de progresso, em que as trevas do equívoco e do engodo tenham finalmente cedido lugar às luzes da razão e da liberdade. A modernidade, pelo contrário, revelou enorme potência mitológica, especialmente ante a esperança utópica e a inovação tecnológica. Com efeito, de acordo com Sevcenko, as mais recentes inovações técnicas não são incompatíveis com os mais arcaicos legados simbólicos, mas com eles se fundem, conferindo novas roupagens a antigos valores e ensejando toda uma série de novos comportamentos sociais, cujas raízes profundas se nutrem da longa duração. O cinematógrafo, por exemplo, desencadeou na São Paulo dos anos 20, em prejuízo das emoções religiosas tradicionais, toda uma nova devoção, igualmente calcada no ardor e na transcendência, nos ídolos e na adoração.<sup>9</sup>

Os lugares comuns do progresso e do atraso, nesse contexto, devem ser observados com cautela e avaliados a partir da busca de seus sentidos e significados originários, do conteúdo por trás da representação simbólica, a fim de se resgatar parte da complexidade legada pelo passado, desmistificando-o à luz do presente. Revela-se, assim, a importância da investigação histórica sobre discursos e imaginários políticos, ou, para sermos mais precisos, do vínculo profundo entre essas espécies discursivas. Parece-nos essencial, para tanto, revisitarmos brevemente a substancial contribuição metodológica deixada pelo movimento historiográfico (plural, complexo e, destaque-se, composto por pessoas concretas) que se convencionou chamar *École des Annales*

---

<sup>7</sup> BLOCH, Marc. *Op. cit.* (p. 278).

<sup>8</sup> Elias, na mesma linha, ressalta que “Tal compreensão abre um caminho para respondermos à pergunta acerca do auto-engajamento do rei. Ele não podia submeter os outros indivíduos ao cerimonial e à coerção de representar sem submeter-se a si mesmo.” (ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 150).

<sup>9</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. (p. 93).

(Escola dos Annales), especialmente a obra de Fernand Braudel, que teve o mérito de sistematizar a ideia das três temporalidades históricas.

Começamos, então, pelo desdobramento de maior fôlego, o qual abrange um período de amplitude secular. Trata-se, evidentemente, das estruturas sócio-históricas de longa duração, que estabelecem relações fixas e duráveis entre realidade subjacente e massas atuantes e resistem ao desgaste temporal, sendo, portanto, veiculadas por longos períodos. Tornam-se, nesse contexto, elementos estáveis para uma infinidade de gerações, que os reproduzem em maior ou menor escala. Constituem, em especial para o historiador (mas também para os sujeitos em geral), tanto um suporte quanto um obstáculo. Suporte por garantir a estabilidade de certos elementos integrantes do processo histórico e social; obstáculo por se constituir em limite quase insuperável para o sujeito social e suas experiências, sendo, nessa linha, dificilmente perceptível e uma verdadeira restrição à investigação histórica e à ação numa comunidade de sentido. Nas palavras de Braudel, “os quadros mentais, também, são prisões de longa duração.”<sup>10</sup>

Obstáculos, não impedimentos. Se as raízes mais profundas dos imaginários sociais se revelam, também, as mais evidentes e incontestáveis para o senso comum (ou, simplesmente, não estão em discussão), não podemos negligenciar o procedimento do ofício histórico, neste ponto muito próximo do antropológico. A reconstrução do passado não se pode processar sem uma medida mínima de estranhamento, sob pena de encontrarmos em todas as épocas e contextos regularidades que confirmem a plenitude (ou o progresso) do presente. Não seria possível, por outro lado, abandonar toda a realidade em que o sujeito se insere, como se fosse ente intelectual e abstrato que, pela força da razão, desprende-se de sua comunidade de sentido. Eis a tensão fundamental com que nos deparamos ao lançarmos o olhar para o passado, buscando compreendê-lo e desvendá-lo em sua especificidade, mas sempre a partir de um dado momento do processo sócio-histórico.

Trata-se, portanto, de um esforço de compreensão (ou hermenêutico, como prefere Pietro Costa<sup>11</sup>), destacando-se, neste ponto, a importância de pistas, vestígios, testemunhos e emblemas que nos lega o passado. Com fundamento nesses indícios, reconstroem-se com alguma certeza não só os eventos pretéritos, mas também se destilam contextos de sentido e se isolam estruturas

---

<sup>10</sup> “(...) les cadres mentaux, aussi, sont prisons de longue durée.” [Tradução livre]. (BRAUDEL, Fernand. *Histoire et Sciences sociales : La longue durée. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 13e année, N. 4, 1958. p. 731).

<sup>11</sup> COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. Curitiba: Juruá, 2010.

de mentalidade, o que nos possibilita uma arqueologia da cultura e do imaginário de tempos pretéritos sem que o contexto simbólico presente e local assuma uma proeminência inaceitável – e, conseqüentemente, a construção história se confunda com a narrativa literária<sup>12</sup>. Tendo estas observações em vista, reafirmamos: as estruturas de longa duração (mentalidades) são obstáculos contornáveis, com os quais o historiador deve saber trabalhar.

Outra temporalidade se revela no conjuntural, período de média duração que abriga ciclos políticos, econômicos e movimentos sazonais durando décadas ou parcelas de séculos<sup>13</sup>. Influencia de maneira menos mediada o imaginário social, atuando sobre ele (moldando-o, às vezes, por algumas gerações) com forças que se fazem sentir e não se constituem, necessariamente, em estruturas sociais pressupostas e inconscientemente repetidas. Os imaginários sociais trabalham e são trabalhados ao sabor das tensões resultantes de um equilíbrio de figurações. Ressaltemos, desde logo, não se tratar de um momento paralelo da análise histórica, como se a realidade pudesse ser cindida sem prejuízo de sua complexidade. O conjuntural se manifesta como um momento da longa duração, enquanto esta adquire novas roupagens e desdobramentos ao sabor das diferentes conjunturas.

O episódico, ou, literalmente, o tempo dos eventos (*événementiel*), é o desdobramento histórico da vida cotidiana, das ilusões e das epifanias. Nele se enquadram a vivência cotidiana, composta de acontecimentos (grandes e pequenos, principais e secundários), manchetes de jornal, chamadas de notícia na internet e todo um mundo de elementos que reluzem no atual para logo desaparecerem<sup>14</sup>. Destaquemos, mais uma vez, o caráter meramente didático dessa temporalidade, ou, mais precisamente, a absoluta impossibilidade de se desvincularem esses três planos temporais. Não há dúvida de que também no episódico se exprimem as mentalidades e a conjuntura. O evento expressa e atualiza na vida cotidiana conteúdos latentes na longa e atuantes na média duração.

Elencadas as três temporalidades, resta-nos destacar a solidariedade entre elas na análise dos imaginários sociais. Com efeito, “Cada «atualidade» agrega movimentos de origem, de ritmo diferente: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de antes de ontem, de outrora”<sup>15</sup>. Os

---

<sup>12</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>13</sup> BRAUDEL, Fernand. *Op. cit.* (p. 730).

<sup>14</sup> BRAUDEL, Fernand. *Op. cit.* (p. 728).

<sup>15</sup> “Chaque «actualité» rassemble des mouvements d’origine, de rythme différent: le temps d’aujourd’hui date à la fois d’hier, d’avant-hier, de jadis.” [Tradução livre]. (BRAUDEL, Fernand. *Op. cit.* p. 735).

planos de análise histórica, nessa linha, merecem uma autonomia didática e metodológica, visto afluírem de forma complexa e sincrética na realidade. Três momentos distintos do estudo histórico, três categorias de pesquisa do historiador, exprimem-se de forma indistinta, atualizando-se mutuamente, servindo de mediação umas às outras. Não são as temporalidades, portanto, a contribuição original da *École des Annales* (Escola dos Annales) para a teoria da história e sim a divisão e categorização delas, fornecendo-nos instrumentos de interpretação.

Não podemos tornar mecânicas essas categorias, forçando a realidade e o processo históricos a nelas enquadrarem-se perfeitamente. A complexidade dos fatos (suas diversas perspectivas, seus inúmeros meandros) sempre trasborda nossa capacidade de compreensão, sendo impossível apreendermos a realidade sócio-histórica sob qualquer forma de completude ou de totalidade – o que não implica, por outro lado, em louvor e exaltação do relativismo, da narrativa histórico-literária, e sim na consciência de sermos limitados local e temporalmente e de podermos, nesse contexto, fazer uso dos quadros de análise e dos diversos indícios em que o passado se preserva para reduzir as limitações e os entraves à recuperação dos fatos.

No campo da história dos imaginários sociais, de resto, a complexidade do objeto e de sua apreensão é ainda maior. Não se trata de uma realidade constante, a todo o momento disponível – ela não se apresenta ao olhar na mesma medida da vontade do observador, mas se revela em momentos favoráveis (em que se suscitam fortes e violentas emoções nas massas, autônomas ou induzidas pelo poder central ou por outras instituições), exasperando-se para, tempos depois, voltar ao estado de latência. Sublinhamos, nesse ponto, as palavras de Baczko, destacando o movimento de ascensão e regressão característico dos imaginários sociais, que se manifestam em momentos específicos da vivência e experiência coletivas, “Pois a memória coletiva, como todo o fenômeno social, conhece uma história; ela atravessa períodos «frios», quando parece estar «adormecida», e períodos «quentes», quando desperta, ressurgente na superfície da vida social, encontrando formas de expressão ricas e diversas, quando se revela como uma dimensão essencial das mentalidades.”<sup>16</sup>

A variabilidade, contudo, é apenas um dos elementos capazes de identificar os imaginários sociais, não sendo suficiente para caracterizá-los por completo. Eles se compõem,

---

<sup>16</sup> “Car la mémoire collective, comme tout phénomène social, connaît une histoire ; elle traverse des périodes «froides» quand elle semble être «endormie», et des périodes «chaudes» quand elle se réveille, remonte à la surface de la vie sociale, en trouvant des formes d’expression riches et diverses, quand elle se révèle comme une dimension essentielle des mentalités.” [Tradução livre]. (BACZKO, Bronislaw. *Op. cit.* p. 192).

também, por esperanças voltadas ao futuro e por tradições herdadas do passado, ambas confluindo em iniciativas no presente, conforme nos aponta Paul Ricoeur<sup>17</sup>. O autor as classifica em dois grandes conjuntos: utopias e ideologias, respectivamente. Estas teriam três momentos, crescentes em verticalidade. Distorção da realidade, legitimação da dominação e integração da memória social. O último recorte contém os dois anteriores e nos interessa mais de perto. “Trata-se de cerimônias de comemoração graças às quais uma comunidade reatualiza de alguma forma os acontecimentos que ela considera como fundadores de sua própria identidade; trata-se, então, de uma estrutura simbólica da memória social”<sup>18</sup>. Essa característica, sem dúvida, pode ser apropriada por regimes políticos instáveis e carentes de continuidade com o passado, assim como por novas figurações sociais em busca de aderência.

Verificamos, por outro lado, a existência de realidades utópicas constituindo os imaginários sociais, as quais, por sua vez, também se dividem em três momentos, cada qual influenciando o seguinte e abrangendo o anterior. Proposição de uma sociedade alternativa, questionamento do poder e lógica irreal do tudo ou nada. O elemento utópico contém uma força transformadora da realidade e pode adotar por fundamento diversas identificações coletivas. Levado ao extremo, pode ensejar projetos idealizados e irrealizáveis, baseados no extremismo e afastados da ação<sup>19</sup>. Esse, ressaltamos, é um ponto extremado, consistindo a tensão utópica em verdadeira possibilidade de resistência da sociedade contra dominações arbitrárias e impositivas, como nos revela Baczko, elucidando a organização de movimentos operários contra a ordem vigente na Polônia soviética, com destaque para o forte sentimento religioso que unia os indivíduos<sup>20</sup>. Aspecto voltado, portanto, mais à coletividade de sujeitos que ao poder político central, embora por este também possa ser apropriado.

Delineamos, sem nenhuma pretensão de completude, um esboço do que sejam os imaginários sociais, sublinhando esquematicamente alguns de seus elementos característicos. Ainda que sumária, a descrição nos fornece uma noção da complexidade dessas realidades coletivas. Além de variáveis, são perpassadas por tensões contraditórias de integração e

---

<sup>17</sup> RICOEUR, Paul. *L'idéologie et l'utopie: deux expressions de l'imaginaire social*. In : *Autres Temps. Les cahiers du christianisme social*. N°2, 1984. p. 53-64.

<sup>18</sup> “Il s’agit des cérémonies de commémorations grâce auxquelles une communauté quelconque réactualise en quelque sorte les événements qu’elle considère comme fondateurs de sa propre identité ; il s’agit donc là d’une structure symbolique de la mémoire sociale.” [Tradução livre]. (RICOEUR, Paul. *Op. cit.* p. 58).

<sup>19</sup> RICOEUR, Paul. *Op. cit.* (p. 62).

<sup>20</sup> BACZKO, Bronislaw. *Op. cit.*

subversão. Podem conferir respaldo tanto a atuações de dominação quanto de contestação, a depender do equilíbrio das figurações sociais em curso num dado momento do processo histórico. Nosso interesse, nesse foco, volta-se às estratégias de manipulação e cooptação de fidelidades adotadas por regimes políticos e ordens sociais relativamente recentes, carentes de legitimidade ou em contextos de profundas alterações. Mantemos, porém, a observação acerca do potencial transformador dessas manifestações coletivas. Relevante destacar, também, seu potencial conservador, que, paradoxalmente, pode desencadear grandes resistências às estratégias de manipulação e cooptação.

Podemos abordar, nesse prisma, a pequena lenda que inicia este capítulo. Até os menos desavisados, certamente, ficariam surpresos em saber o contexto histórico, político e social em que a lenda do *príncipe* pinheiro se insere. Todas as figuras representantes do poder político são monárquicas, embora a estória vise a criar um símbolo vinculado às origens do Paraná republicano (falamos da segunda década do séc. XX, ainda na primeira república). Eis as estruturas de longa duração, explicitadas de forma tão mais incontestável quanto mais republicano era o seu criador<sup>21</sup>. Nos pequenos gestos e movimentos involuntários, como vimos, elas se manifestam inconscientemente pela naturalidade com que fluem e circulam. Observamos o legado monárquico anterior, enraizado no imaginário popular e no da elite, amalgamar-se com o contexto republicano e garantir-lhe a dignidade proveniente de reis e príncipes.

O pinheiro, um dos principais (senão o principal) símbolos do Paraná republicano<sup>22</sup>, não era um representante do povo, mas um príncipe herdeiro, de sangue e linhagem monárquicos. Podemos supor, inclusive, ser esse descompasso entre a finalidade da lenda e seus fundamentos imaginários (os elementos simbólicos de que se apropria) uma representação inconsciente de um aspecto relevante da República no Brasil. Não só no Paraná as formas republicanas constituíam a nova roupagem do profundo legado (simbólico, político e social) do antigo regime, que assumiu feições modernas e, assim, sobreviveu sem grandes e profundas alterações<sup>23</sup> – hipótese com a qual nos defrontaremos adiante. Se nossa intuição é correta, tinha razão Sevchenko, ao destacar ser

---

<sup>21</sup> Embora a autora imediata de nossa lenda seja a senhorita Didi Caillet, eleita Miss Paraná em 1929, sabemos ser ela de autoria de Romário Martins, um dos mais destacados paranaístas e, também, um dos maiores divulgadores de lendas paranaenses. Para maiores informações, ver PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* (p. 124-126).

<sup>22</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* (p. 125-126).

<sup>23</sup> “Mas a imagem que se tentava construir da República não condizia com os rumos que a mesma tomava, demonstrando que os vícios do antigo sistema ainda permaneciam, ainda que mascarados ou sob outras roupagens.” (PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* p. 91).

“típico dos mitos se fundirem, se contaminarem, se irradiarem, não se excluírem. É característico deles também aderirem aos fatos consumados, legitimando por meio deles a sua substância etérea e dando-lhes, em troca, a vida eterna. Só o que não aconteceu não pode ser transformado em mito.”<sup>24</sup>

Muitas vezes obrigadas a se manifestarem no rito brasileiro que deu nome a um ensaio antropológico clássico (Você sabe com quem está falando?<sup>25</sup>), as hierarquias e distinções (explícitas nas roupas, nas falas, nas posturas e em todo o universo das relações sociais) são indícios bastantes para apontar o pequeno impacto da transição na cultura e no imaginário sociopolítico, havendo revolucionado mais as formas estatais e oficiais do que as mentalidades. Basta, por agora, sublinharmos a continuidade das estruturas de longa duração não só no imaginário popular – à época, sabidamente favorável à monarquia<sup>26</sup> - mas também no das elites nacionais, como nos revela a lenda do pinheiro.

Podemos encontrar, ademais, outros elementos de longa duração, menos relevantes para nossos objetivos, mas merecedores de registro. Trata-se do caráter sagrado (santo rei) e miraculoso (poderes miraculosos tinha o rei daquele reino azul; rei mago) da realeza, ambos já ressaltados no profundo estudo de Marc Bloch sobre o dom taumatúrgico que, desde a Idade Média até os inícios da modernidade, era atribuído às linhagens reais da França e da Inglaterra. Embora se trate de uma realidade histórica e contextual, pode-se supor, sem ultrapassar os limites do razoável, ser uma manifestação específica de mentalidades difusas, compartilhadas não só por ingleses e franceses, mas também pelos povos presentes na colonização e formação do Brasil. Essa hipótese, sublinhemos, beneficia-se da adesão expressa do autor<sup>27</sup>. Essas duas estruturas de longa duração, assim, são indícios que reforçam as continuidades com o antigo regime,

---

<sup>24</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.* (p. 307).

<sup>25</sup> DaMatta, Roberto. *Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil*. IN: *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990. (p. 146-204).

<sup>26</sup> A proclamação da república, paradoxalmente, ocorreu no período histórico em que Dom Pedro II adquiriu maior popularidade e adesão entre o povo, entre a arraia miúda. O povo republicano, certamente, não se constituía dos estratos mais baixos da população. Para maiores informações, ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>27</sup> “O conceito de realeza sagrada e miraculosa, ajudado por algumas circunstâncias fortuitas, dera origem ao toque das escrófulas; profundamente enraizado nas almas, esse conceito permitiu em seguida que o rito do toque sobrevivesse a todas as tempestades e a todos os assaltos.” [Grifamos]. (BLOCH, Marc. *Op. cit.* (p. 131).

manifestas num discurso local, mas compartilhadas numa realidade mais ampla (a República brasileira).

O tempo conjuntural da lenda, por sua vez, revela-se no momento político de razoável autonomia federativa da Primeira República, situação desejada pelos Estados de maior expressão (principalmente São Paulo) e adequada à formulação de símbolos locais de legitimidade e identidade, embora vinculados à autoridade do poder central. A economia, demais, era favorável. Posto a erva-mate não possibilitasse a ostentação e acúmulo de capital proporcionados pelo café<sup>28</sup>, garantia às elites paranaenses reservas de capital suficientes para a elaboração de monumentos culturais, muitos deles dedicados, consciente ou inconscientemente, à consolidação do novo estado de coisas e do benefício trazido pela descentralização aos interesses locais.

As realidades política e econômica compunham um quadro altamente favorável à autonomia material e simbólica do Paraná, que, no entanto, teria de prestar contas à carência de símbolos cívicos próprios e à falta de uma identidade paranaense, de um sentimento de pertencimento compartilhado socialmente. O contexto social, com efeito, é tumultuoso e complexo num Estado relativamente recente e de composição demográfica marcadamente migratória. Se, por um lado, eram escassos os emblemas, mitos originários, lendas e, até mesmo, construções historiográficas sobre o Paraná (o que era um empecilho para cooptar e manipular os imaginários sociais), por outro, a maioria de seus habitantes não compartilhavam sentimentos comuns, fossem cívicos ou culturais.

A população compunha-se, em grande parte, de imigrantes europeus com origens diversas (poloneses, ucranianos, italianos, etc.), fato que consistia em obstáculo razoável para se construir uma identidade paranaense – quais as características, tradições, hábitos e qualidades do cidadão? Precisava-se elaborar a cidadania para o Paraná republicano (regime paradoxalmente baseado na atuação popular), fato que lhe garantiria coesão e adesão sociais, ainda que essa construção não tivesse correspondência imediata nos imaginários. Trata-se, por isso, de período rico em construções simbólicas, elaborações imagéticas, legendárias e historiográficas que, em maior ou menor medida, atendiam às necessidades desse novo Estado republicano de formular uma antiguidade e uma legitimidade inexistentes e estranhas à população desenraizada e heterogênea,

---

<sup>28</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Op. cit.*

mais semelhante a uma colcha de retalhos étnico-culturais que a um povo coeso a pertencente à mesma comunidade de sentido.<sup>29</sup>

Nessa conjuntura de tensões contraditórias, mas favoráveis, manifesta-se uma enorme efervescência cultural, com desdobramento nas diversas áreas da existência social, tais como as artes visuais, a literatura, a arquitetura, a história, etc. Se o Estado não se apropriou diretamente desses produtos artísticos e intelectuais (essa interpretação seria grosseira e unilateral), certamente deles beneficiou-se ao circularem nos diversos estratos sociais e ao impactarem as mentalidades e os imaginários<sup>30</sup>. Embora não estivesse envolvido de forma imediata<sup>31</sup>, muitas vezes atuava como mecenas e incentivador, proporcionando subsídios e eventos adequados à propagação massificada de imagens e conceitos<sup>32</sup> – o que indica seu interesse nessas formulações.

A lenda do príncipe pinheiro, portanto, não exprime só a longa duração; também o contexto, ou o fluxo de figurações sociais em que se insere. Surge nas tensões da efervescência cultural paranaense, no movimento intelectual que se convencionou chamar Paranismo, sendo impossível apreender a mínima parte de seu sentido originário sem, antes, compreender o momento do processo histórico de que é resultado a representação. Embora tenha um autor, personalidade individual, não se destaca da realidade (valores, interesses, etc.) subjacente. Visava-se à elaboração de um símbolo que “resgatasse” as origens do Paraná (ainda que essa antiguidade fosse herdeira de valores e dignidades do antigo regime). Objetivava-se elaborar uma tradição não compartilhada pela população, enraizando-a nos imaginários sociais por meio da lenda e, assim, moldando a complexidade das almas à identidade paranaense. A antiguidade supriria o desfalque de legitimação de que sofria o regime republicano (no Paraná e no Brasil), mesmo que essa legitimidade se desse pela (re)invenção do passado. Sustentamos essa hipótese com considerável grau de certeza, tomando por fundamento não só tensões históricas locais

---

<sup>29</sup> “Aqui [na lenda do pinheiro] vemos a intenção paranista em criar uma identificação entre a população local e os símbolos construídos por eles, neste caso específico o pinheiro.” (PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* p. 125).

<sup>30</sup> DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 2010. (p. 23).

<sup>31</sup> “Aqui se destacam as figuras de João Turin, Zaco Paraná, Lange de Morretes e João Ghelfi, entre outros que, através de sua produção artística, geradora do que se convencionou chamar *estilo paranista*, irão elaborar uma arte regional e os símbolos não oficiais do estado. Apesar de alguns caracterizarem esta produção de uma arte paranista de apenas uma elaboração de um *estilo*, foi muito mais do que isto, foi parte de um grande projeto de construção de uma identidade regional do Paraná.” (PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* p. 135 e 136).

<sup>32</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* (p. 161).

(verificável, nesse contexto, a mesma finalidade em diferentes áreas da produção intelectual paranaense, como a historiográfica<sup>33</sup>, por exemplo); também as atuantes em escalas mais amplas.

No plano internacional, com efeito, a sugestão repetitiva de valores e comportamentos acentuou-se grandemente no séc. XIX. Com foco na atuação dos Estados, mas não necessariamente por meio dela, inventaram-se tradições relacionadas aos diversos planos da vida social; ora buscando legitimidade a estruturas políticas ainda não consolidadas, ora constituindo espaços favoráveis à formação de uma identidade comum e sempre reivindicando uma continuidade na maior parte das vezes inexistente. A invenção das tradições tornou-se uma necessidade sob os impactos das revoluções burguesas e industriais, que dissolveram no ar os padrões de socialidade vigentes sob o antigo regime europeu. Novas figurações sociais, adaptadas à dinâmica da nova realidade, tiveram de ser instituídas por meio de iniciativas dos Estados e da sociedade, institucionais e pessoais. “Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição obrigatória”<sup>34</sup>. Na realidade brasileira, a transição de regimes políticos e os impactos da modernização foram o ensejo da formulação de novas fidelidades, que buscavam apropriar e atualizar, com maior ou menor efetividade, significações antigas e enraizadas nos imaginários.

A temporalidade de média duração oferece à análise a dimensão espetacular da existência política. Não se trata do espetáculo pontual, do evento datado, e sim do processo contínuo de ritualização e conformação das massas por meio da apropriação e da manipulação dos imaginários sociais, criando verdades simbólicas que, apesar de não corresponderem à realidade cotidiana, tornam-se parte constitutiva e fundamental dessa realidade. O movimento espetacular, portanto, não pode ser apreendido unilateralmente, como mera manifestação ideológica garantidora de um estado de coisas. Se essa característica de fato existe, não o esgota enquanto manifestação complexa que transita entre os diversos campos da existência social. Mais que mera ilusão, a *realidade espetacular* impregna o que se poderia chamar de *realidade material*, contribuindo para a formação desta ao provocar, sustentar e justificar comportamentos individuais e coletivos.

---

<sup>33</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* (p. 92).

<sup>34</sup> HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terrence. (Org). *Op. cit.* (p. 10).

Não existe, de fato, essa dicotomia de realidades e sim interações complexas entre simbólico e material, visto serem essas categorias mais didáticas que verificáveis no cotidiano. O espetáculo sustenta o material e o material, o espetáculo<sup>35</sup>. A lenda do príncipe pinheiro não só justificava a existência previamente dada do Paraná republicano; também contribuía para sua construção efetiva ao gerar uma identidade simbólica no imaginário popular. Criava uma relação de sentido entre os indivíduos (brancos, *européus*) e poder político, provocando, sustentando e justificando comportamentos cívicos e sociais muito concretos, o que contribuía para materializar a nova ordem republicana, no interior e no exterior das almas, nos indivíduos e na coletividade.

O movimento espetacular nos conduz à temporalidade episódica, visto ser composto de vários eventos, de vários espetáculos pontuais entre si interligados. Esse caminho nos é altamente vantajoso, pois transmite, quase por si mesmo, o vínculo profundo entre a conjuntura política e o acontecimento cotidiano, ambos interagindo sobre os fundamentos da longa duração. Ora, se nossa lenda surge de um contexto espetacular específico e, assim, não foi originalmente elaborada pela sua interlocutora, Didi Caillet a divulga na qualidade de Miss Paraná em 1929, fazendo-a atingir os vários estratos da sociedade local. Não se trata, sublinhemos, de veicular intelectualmente uma personificação cívica (essa circulação, certamente, ocorria por outros canais e em outras circunstâncias), mas de inculcá-la inconscientemente nos imaginários, compartilhados por cada um e por todos, com o auxílio de uma celebridade fugaz: endeusada hoje, esquecida amanhã. A reprodução e circulação do símbolo, portanto, sustentam-se no evento particular – destinado a repetir-se indefinidamente, com novos rostos, vozes e dignidades.

O episódico cria o local e o momento privilegiados de elocução discursiva, consistindo na manifestação mais evidente e cotidiana, mais próxima dos indivíduos em sua vivência (causando-lhes emoções violentas e sentimentos sublimes), de mentalidades oculta e contextos atuantes, talvez não tão próximos da pessoa comum a ponto de fazerem-se sentir. Observamos, nessa linha,

---

<sup>35</sup> “On ne peut opposer abstraitement le spectacle et l’activité sociale effective; ce dédoublement est lui-même dédoublé. Le spectacle qui inverse le réel est effectivement produit. En même temps la réalité vécue est matériellement envahie par la contemplation du spectacle, et reprend en elle-même l’ordre spectaculaire en lui donnant une adhésion positive. La réalité objective est présente des deux côtés. Chaque notion ainsi fixée n’a pour fond que son passage dans l’opposé : la réalité surgit dans le spectacle, et le spectacle est réel. Cette aliénation réciproque est l’essence et le soutien de la société existante.” (Não se pode opor abstratamente o espetáculo e a atividade social efetiva; esse desdobramento está ele mesmo desdobrado. O espetáculo que inverte o real é efetivamente produzido. Ao mesmo tempo a realidade vivida é materialmente invadida pela contemplação do espetáculo e retoma nela mesma a ordem espetacular, dando-lhe uma adesão positiva. A realidade objetiva está presente dos dois lados. Cada noção assim fixada somente tem por fundo sua passagem ao oposto: a realidade surge no espetáculo e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a sustentação da sociedade existente. [Tradução livre]. DEBORD, Guy. *Op. cit.* p. 18-19).

a interação absoluta das três temporalidades na realidade sócio-histórica, compreendendo-se a relação de sentido subjacente ao objeto da pesquisa histórica somente quando devidamente investigados (à busca de indícios) esses três planos teóricos, ainda que a compreensão seja sempre parcial ante a complexidade interpretativa inerente ao passado e à própria realidade.

Pretendemos demonstrar como uma pequena lenda, de aparência ingênua e insignificante, pode consistir em verdadeiro *registro* de um momento do fluxo histórico de figurações sociais, tornando-se indício histórico (e, assim, fonte de interpretação). Na mesma medida em que decorre de seu contexto, representa-o e sobre ele incide, reafirmando-o por meio de sua atuação pontual. Não possui tal característica por ser uma lenda em si, visto compartilhá-la com diversas outras formas registradas, tais como, por exemplo, notícias, crônicas, obras literárias e, mais importantes para nosso estudo, artes visuais. As diversas categorias de registro, portanto, não esgotam seu sentido subjacente quando interpretadas no isolamento – como no caso de uma avaliação meramente estética (principalmente nas artes visuais, mas também em outros campos) ou sintática (nos diversos gêneros de escrita). Não se desdobram na multiplicidade de planos e perspectivas possíveis quando apreendidas em si e por si mesmas, alienadas do substrato histórico que lhes confere as linhas gerais, o estilo de época, as cores e a vida.

Os registros são perpassados por uma multiplicidade de elementos, que, didaticamente, classificamos em longa, média e curta duração. À luz deles se esclarece a relação de sentido estabelecida pelo símbolo e sua vinculação a finalidades políticas, ainda que não produzido diretamente pelo Estado, mas por indivíduos vinculados a uma comunidade de sentido. A análise da lenda do príncipe pinheiro detém, para nós, um caráter mais instrumental que finalístico, embora sobre ela nos tenhamos debruçado por longas páginas. O conteúdo que nos revela, por outro lado, é o fundamento (ou o conjunto fundamental de indícios) para aprofundarmos o estudo de um desenho de João Turin (*figura 1*)<sup>36</sup>, capa da revista *Ilustração Paranaense* (em que encontramos a própria lenda), interpretando-o como fonte histórica e evidenciando seu caráter iconológico.<sup>37</sup>

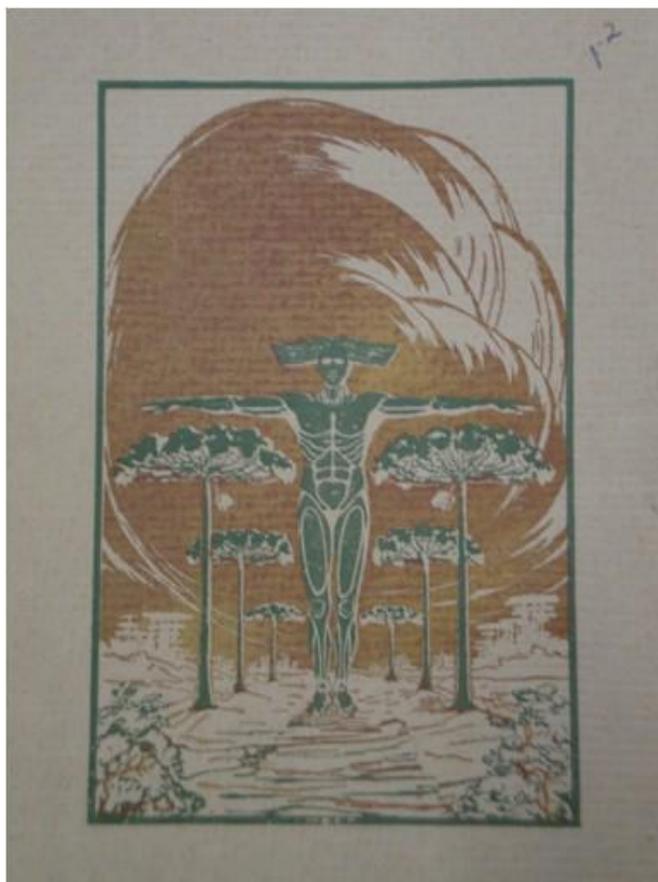
Para tornar mais intuitiva e menos misteriosa a leitura da *figura 1*, fazemos uma sugestão prévia do que seja iconologia, conceituando seu objeto em traços gerais, suficientes por agora. Tornamos nossas, para tanto, as palavras de Panofsky, segundo as quais “Numa obra de arte, não

---

<sup>36</sup> *Ilustração Paranaense*. Curitiba, fevereiro, 1929.

<sup>37</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* (p. 124).

se pode divorciar ‘forma’ de ‘conteúdo’: a distribuição de cores e linhas, luzes e sombras, volumes e planos, por aprazível que seja como espetáculo visual, precisa também ser compreendida como carregada de um significado mais que visual<sup>38</sup>. As artes visuais, assim como outras produções do espírito, não pedem para ser experimentadas somente em sua aparência imagética, em seu fenômeno imediato, que, num átimo, revela-se ao observador mais desavisado e confere-lhe a sensação (enganosa) de completude da experimentação. Seu significado ultrapassa o visual, ao mesmo tempo em que nele se concretiza; nele se oculta, ao mesmo tempo em que somente nele está sua possibilidade de revelação. Na interação entre visual e contextual, imagético e representado, emerge o esclarecimento do significado profundo e imanente às artes visuais. Essa observação nos permite continuar.



1. Capa da *Ilustração Paranaense*, com foco no desenho de João Turin.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2011. (p. 225).

<sup>39</sup> Todas as fotografias desse estudo são nossas.

Observamos, na *figura 1*, um homem enorme entre pinheiros; seis deles formam-lhe uma passagem majestática, remetendo à origem real da silhueta representada (assim como à continuidade entre república e realeza), e a adornam com suas estaturas e posições simétricas. Três pares lado a lado, paralela e ordenadamente opostos. No meio e à frente deles, o homem sustenta-se ereto, pés e pernas muito juntos, numa postura mimética em relação aos troncos verticais de seus companheiros – ou, então, seriam estes a imitá-lo, já que é o príncipe quem fornece a antiguidade e legitimidade ao símbolo do pinheiro e, segundo a lenda, foi o primeiro deles. Eis a ascendência das figurações políticas. Nesse ponto, há um jogo de dupla relação. A primeira envolve o Paraná republicano e os pinhais; a segunda, estes e o príncipe Tazir. A premissa comum os associa e funde, de acordo com o caráter mítico. Provavelmente não intencional a ambiguidade, assim como não o era na lenda, manifestando-se de forma inconsciente ao associar, mediatamente, o Estado republicano à dignidade da realeza. O elemento mediador, nesse caso, é o próprio símbolo do pinheiro. Os efeitos de luz e sombra, cuja impressão é sugerida pelo jogo ausência-presença de cor, marcam os traços característicos do corpo humano, especialmente a musculatura das pernas, abdômen, tórax, braços e pescoço; marcam, também, as contrações faciais. O conjunto delas constitui a máscara da desesperança. Os olhos, duas manchas de sombra opacas e infinitamente profundas, são de uma tristeza comovente e nos indicam o sofrimento do homem. A boca e a cadência ligeiramente rebaixada de seus extremos fazem par com os olhos.

Logo abaixo dela, o queixo contrai-se como se lutasse contra fortes emoções, de modo a pressionar, na região central, a linha da boca para cima e, nas extremidades, para baixo. Os braços, estirados na horizontal, formam um ângulo perpendicular em relação ao corpo, o que nos recorda a forma dos galhos pertencentes à copa dos pinheiros. Dois deles, os mais próximos do homem, situam-se imediatamente abaixo dos braços, que, como as asas de um ser divino, os abençoam e sugerem harmonia e proximidade – ou mesmo o vínculo direto ligando o homem às árvores. Os cabelos eriçados seguem a mesma disposição dos braços, indicando a semelhança entre a cabeça do homem e a coroa de espinhos situada no topo dos pinhais.

Assumimos, sem mais, a hipótese de se tratar da lenda do príncipe pinheiro em forma de representação pictórica. Corremos o risco do equívoco, encontrando semelhanças e coincidências onde não existem. A probabilidade de ser uma leitura coerente, porém, é bastante alta,

especialmente ante o contexto anteriormente exposto e à difusão acentuada da estória<sup>40</sup> - a ponto de ser recitada pela Miss Paraná de 1929. Somem-se, também, alguns traços pré-iconográficos que aproximam muito a imagem da lenda, tais como a posição dos braços e dos cabelos, a postura ereta com pernas e pés unidos (mimetizando os pinheiros ou conferindo-lhes o perfil estético), os olhos profundamente tristes e a disposição simétrica de pinheiros, por exemplo. Parece-nos, nessa linha, ser a silhueta do príncipe Tazir (com elementos que a aproximam tanto do humano quanto do pinheiro) situada entre os pinhais, representando a origem mítica da árvore e do símbolo, que se fundem nos imaginários para estabelecer uma relação de sentido acerca das origens antigas (e legítimas) do Paraná republicano.

Analisamos os planos pré-iconográfico, iconográfico e iconológico do desenho de João Turin sem uma ordem definida. Esses recortes aplicam-se às artes visuais em geral e teremos a oportunidade de visualizá-los detidamente. Sublinhamos, por enquanto, apenas o fato de que todo o conteúdo levantado em cada um dos três planos de temporalidade – longa, média e curta duração – para analisar a lenda do príncipe pinheiro também pode ser aplicado à leitura de sua ilustração. Isso indica a posição excepcional que detém a representação pictórica dentre os registros, sobretudo quanto a sua capacidade de difusão em massa e seu forte impacto nos imaginários sociais. Embora repleta de informações pressupostas, a imagem circula em grande escala e é de fácil difusão, pois a pessoa comum a apreende quase automaticamente, ou seja, sem grande esforço intelectual.

Ora, as mentalidades, a conjuntura e o evento estão, de certa forma, contidos na representação pictórica. Ela os exprime e deles se torna indício. O elemento episódico seria o mais problemático de se sustentar, visto ser o discurso de Didi Caillet acontecimento diverso daquele que promove a divulgação da imagem, repetido a cada novo número da *Ilustração Paranaense*. Em que pesem as diferenças, elas nos parecem meramente pontuais, especialmente quando consideramos os caracteres gerais da realidade episódica. Sustentamos, nessa linha, ser idêntica a estrutura espetacular e efêmera (uma Miss Paraná destinada ao esquecimento, assim como a antiga edição do periódico mensal), característica do evento, razão pela qual não seria demasiado sustentarmos a frase inicial deste parágrafo.

---

<sup>40</sup>Essa associação fundamenta-se na hipótese de que o desenho de João Turin de fato seja uma ilustração da lenda de Romário Martins, o que é provável; não, porém, uma certeza absoluta. Nesse sentido: “Talvez tenha sido inspirada [a capa da revista] exatamente em uma das principais lendas criadas pelos paranistas a do surgimento do pinheiro, dentre as tantas que encontramos na revista que se referem a esta árvore.” (PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* p. 124).

Basta, portanto, sabermos interrogar a representação, utilizando-nos de outros indícios (testemunhos, emblemas e sinais), para que nos revele o seu conteúdo menos evidente, oculto pela explicitude da aparência imagética. Relevante, também aqui, a injunção benjaminiana, segundo a qual a leitura há de ser uma escovação a contrapelo<sup>41</sup>. Desvincula-se, nesse foco, do caráter vazio e retórico com que alguns a tomam de assalto, esvaziando seu conteúdo e torcendo-a a interesses diversos. Ela nos indica, ante as imagens, a superação do fenômeno aparente, a busca do conteúdo velado pela expressão imediata – que, por outro lado, faz-se a depositária incontornável dessa realidade oculta. Escovar a contrapelo é uma forma de interpretar a fonte e o processo históricos, de maneira a obter deles mais que a informação evidente, o conteúdo superficial; trata-se de tomar o elemento previamente dado para, a partir dele, buscar compromissos e vinculações não óbvias – representação de correntes políticas, princípios filosóficos, preceitos morais e religiosos, etc.

Ao lidarmos com artes visuais em geral e representações pictóricas em particular, especialmente para a finalidade de interpretação histórica, a divisão do conteúdo representado pela imagem em três camadas de penetração é de grande auxílio na apreensão tanto dos sinais mais supérfluos quanto dos conteúdos mais profundos de uma obra artística. Essas três camadas, importante acrescentar, não encontram paralelo nas temporalidades que analisávamos anteriormente, embora qualquer desses três momentos da análise pictórica possa vincular-se a uma ou mais delas. Podemos, então, afirmar que as artes visuais contêm três etapas de interpretação, a pré-iconográfica, a iconográfica e a iconológica, obedecendo a uma ordem crescente de amplitude e verticalidade.

A dependência entre elas é quase intuitiva, sendo cada qual um pressuposto para o aprofundamento da próxima etapa. Ao analisarmos a *figura 1*, trabalhamos em larga medida com as três; não, porém, de maneira estanque ou didática, mas entrelaçando conclusões iconográficas e iconológicas na medida em que descrevíamos os caracteres pré-iconológicos da imagem. A classificação, contudo, merece um estudo mais aprofundado e específico. Para tanto, tomaremos por base *O Semeador (figura 2)*, de João Zaco Paraná, outro autor paranista. Essa obra nos traz duas vantagens. A primeira consiste na proximidade social e histórica com a lenda do príncipe pinheiro e sua ilustração, o que nos poupa de retraçarmos toda a trama contextual subjacente; a

---

<sup>41</sup> LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

segunda, no tratar-se de uma estátua, representação diversa da pictórica, o que nos permite ampliar os horizontes quanto à utilização das artes visuais como fonte histórica.

Passemos, então, a isolar os planos de análise na *figura 2*. A esfera pré-iconográfica compreende o mundo dos motivos artísticos (das formas puras), identificando os mais básicos elementos de uma obra, tais como a caracterização dos elementos nela verificáveis (objetos, plantas, seres humanos, etc.), a relação entre eles na totalidade da representação e o que ela significa (sem remeter a qualquer caráter alegórico, operação pertencente à esfera iconográfica) e a apreensão as qualidades expressivas (do ser ou do ambiente representados)<sup>42</sup>. Trata-se, em suma, da identificação de significados primários: personagens, fatos e expressões.



2. *O semeador, João Zaco Paraná, Praça Eufrásio Correia.*

*O Semeador*, nesse contexto, é um homem eslavo (caracterizado pelos traços peculiares do maxilar e do rosto), de considerável compleição física. Encontra-se em pé e movimenta-se,

---

<sup>42</sup> PANOFSKY, Erwin. *Op. cit.* (p. 50).

como se caminhasse (fato que observamos pela disposição das pernas) rumo ao leste. Para o mesmo ponto cardinal está voltada a face eslava, segura e confiante. A expressão é austera e o olhar, penetrante. Sem camisa e descalço, veste apenas calças e carrega uma espécie de bolsa feita em tecido, que, na diagonal, cruza-lhe o tórax e o abdômen de cima para baixo. Ela a segura firmemente com o braço e a mão esquerdos para evitar a queda das sementes; o braço direito, por sua vez, flexiona-se para trás e está prestes lançar-se adiante com força hercúlea, impulsionando as sementes mantidas na mão fechada.

Feita a descrição pré-iconográfica, podemos iniciar a iconográfica, que consiste na identificação de significados e temas secundários, em saber “que uma figura masculina com uma faca representa São Bartolomeu, que uma figura feminina com um pêssigo na mão é a personificação da veracidade, que um grupo de figuras, sentadas a uma mesa de jantar numa certa disposição e pose, representa a *Ultima ceia*, ou que duas figuras combatendo entre si, numa dada posição, representam a Luta entre o Vício e a Virtude”<sup>43</sup>. Trata-se, portanto, de ligar motivos e combinações de motivos artísticos a assuntos e conceitos preexistentes, cujos padrões de identificação sejam reconhecíveis nos significados primários. Ora, alguns motivos contêm não apenas uma disposição de coisas, uma postura, uma relação entre objetos, como também representações convencionais (ou secundárias), que podemos nomear estórias e alegorias. A esfera iconográfica, portanto, trata da dimensão alegórica das artes visuais.<sup>44</sup>

Verificamos três motivos convencionais na *figura 2*. O fato de caminhar e olhar confiantemente para o leste, direção do sol nascente, revela a esperança depositada no futuro<sup>45</sup>. Ressaltemos, ademais, serem lançadas as sementes na mesma direção, o que indica a semeadura dos tempos vindouros e a expectativa da colheita. A caminhada, o olhar e o lançar das sementes, todos denotam a fé quase religiosa no progresso e no futuro (mas essa observação já arranha as barreiras do iconológico, fato indicativo da complementaridade das esferas de análise). Aproveitando a menção à religiosidade, sublinhamos o fundamento bíblico da significação secundária, sendo altamente provável esteja a alegoria do semeador baseada na parábola de mesmo nome, constante em três dos quatro evangelhos (Mateus 13: 1-23; Marcos 4: 1-20; Lucas 8: 4-15). Não podemos deixar de observar certa ironia nessa aproximação, pois, se o motivo

<sup>43</sup> PANOFSKY, Erwin. *Op. cit.* (p. 50).

<sup>44</sup> PANOFSKY, Erwin. *Op. cit.* (p. 51).

<sup>45</sup> “(...) não à toa seu próprio posicionamento está voltado para o lado em que nasce o sol, representando seu olhar voltado para o futuro.” (PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* p. 157).

remete à parábola, certamente não se imaginava uma aproximação tão literal – quantas sementes de fato caíram em terra boa?<sup>46</sup> Esbarramos, mais uma vez, na fronteira iconológica, além de fazermos uma consideração retrospectiva, que ninguém da época poderia ter em conta. Vale, contudo, o lembrete.

O terceiro elemento convencional, talvez vinculado à passagem bíblica, são os próprios caracteres pré-iconográficos da *figura 2*. Eles são os mesmos adotados por Jean-François Millet, em *O sementeiro* (*The Sower* - nossa *figura 3*), de 1850. Excepciona-se a perspectiva, o que é bastante razoável, uma vez que comparamos uma pintura em tela e uma estátua em bronze. O pintor delineia um homem de perfil, sendo visível apenas o lado direito de seu corpo; o escultor, um homem que podemos observar de diversas posições (captássemos a imagem lateral direita da estátua e a semelhança seria mais óbvia). Fora esse detalhe, a disposição do corpo é idêntica. Perna direita adiante, esquerda atrás. Percebemos, assim, o caminhar. Seu braço e mão esquerdos sustentam o saco de tecido, que lhe atravessa tórax e abdômen na diagonal, da esquerda para a direita, de cima para baixo. O braço direito flexiona-se para trás, enquanto a mão está carregada de sementes. O homem está prestes a lançá-las adiante.



3. *O sementeiro*, Jean-François Millet, 1850.

---

<sup>46</sup> Como nem mesmo todos os cristãos conhecem suas escrituras, não consideramos razoável fazer argumentação pressuposta, como se qualquer um (independente do credo) devesse conhecer a parábola do sementeiro. Nela, a grande maioria das sementes não encontra solo fértil e, portanto, não se desenvolve e não gera frutos.

A semelhança dispensa maiores considerações, especialmente ante as nossas finalidades, bastando destacar que o motivo iconográfico da *figura 2* não é uma invenção do escultor paranaense, mas se enquadra em convenções anteriores. Podemos passar, assim, à esfera iconológica, a mais profunda e complexa delas. Busca apreender os princípios imanentes à realidade sócio-histórica em que a representação visual é elaborada, visto ser ela expressão de filosofias, religiões, grupos, períodos, etc. – embora condensados por um indivíduo e numa obra. Ela encontra nos dois planos anteriores (motivos primários e secundários) seu fundamento essencial, a base para o salto em direção ao contexto geral da representação. As obras de arte, com efeito, devem ser analisadas “à luz de testemunhos históricos de qualquer tipo e nível, em condições de esclarecer a sua gênese e o seu significado;” razão pela qual devem ser “interpretadas como uma fonte *sui generis* para a reconstrução histórica”<sup>47</sup>. Eis a premissa básica a interpretação iconológica. Ao adotarmos essa perspectiva, apreendemos as significações primárias e secundárias em sua realidade simbólica.<sup>48</sup>

A *figura 2* remete a um ponto específico do fluxo histórico de figurações sociais, muito próximo daquele em que surgem a lenda do pinheiro e a *figura 1*. João Zaco Paraná era um paranista, assim como Romário Marins e João Turin, fato que influenciou não somente o significado subjacente a *O Semeador*; também a própria conformação artística da obra (sem falarmos em suas características pontuais). O estilo paranista, com efeito, era a mediação necessária à formulação artística. Sublinhemos, nesse sentido, o apontamento de Ernst Hans Gombrich, segundo o qual “O artista, não menos que o escritor, precisa ter um vocabulário antes de poder aventurar-se a uma ‘cópia’ da realidade”<sup>49</sup>. Gombrich nos lembra que, de alguma forma, o artista representa o momento do processo histórico no qual vive e as figurações sociais de que participa. A forma como tal processo ocorre será objeto de estudo adiante, bastando, por enquanto, pressupor a informação. Observamos, assim, uma série de diferenças tipológicas entre as *figuras 2 e 3*, apesar da inquestionável semelhança de motivos. O semeador da *figura 3* não

<sup>47</sup> GINZBURG, Carlo. *Op. cit.*

<sup>48</sup> “Mas, quando tentamos compreendê-la como um documento da personalidade de Leonardo, ou da civilização da Alta Renascença Italiana, ou de uma atitude religiosa particular, *tratamos a obra de arte como um sintoma de algo mais* que se expressa numa variedade incontável de outros sintomas e interpretamos suas características composicionais e iconográficas como evidência mais particularizada desse ‘algo mais’. *A descoberta e interpretação desses valores ‘simbólicos’ (que, muitas vezes, são desconhecidos pelo próprio artista e podem, até, diferir enfaticamente do que ele conscientemente tentou expressar)* é o objeto do que se poderia designar por ‘iconologia’ em oposição a ‘iconografia’.” [Grifamos]. (PANOFSKY, Erwin. *Op. cit.* p. 53).

<sup>49</sup> GOMBRICH, Ernst Hans. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (p. 75).

possui um rosto, é um sujeito anônimo cujo chapéu lança sombras sobre a fisionomia; o da *figura 2*, por outro lado, não apenas o possui, como o possui com traços bastante específicos.

Sabemos ser a escultura uma homenagem da colônia polonesa ao Paraná por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, sendo o trabalho encomendado para exposição ao público em 1922 (embora somente em 1924 estivesse pronto). Bastante compreensível, portanto, fosse o rosto explícito e tivesse traços marcadamente eslavos, senão poloneses; o momento episódico imprimiu-lhe suas exigências: deixou indícios da influência polonesa na realização da obra. A expressão segura e confiante, assim como o olhar firme voltado para o futuro (o que compreendemos pela convenção iconográfica de estar voltado para o sol nascente), denota o otimismo típico do período, ressaltando a esperança no cidadão paranaense e nos frutos das sementes por ele lançadas no solo do Estado. Embora a intenção original de Zaco Paraná fosse a de representar o imigrante eslavo que semeava as terras do Paraná (contribuindo, assim, para sua construção e prosperidade), a recepção do símbolo ampliou-se de maneira não pretendida pelo escultor, moldando-se ao conceito mais amplo e geral de cidadania. Seu impacto nas mentalidades, em outros termos, foi muito mais amplo e profundo do que poderia o autor imaginar.

*O Semeador*, com efeito, torna-se a representação do cidadão herói que constrói o futuro do Estado e em sua estória deixa uma marca<sup>50</sup>. “Uma das grandes vantagens desta figura era o fato de que (...) pode ser qualquer um, qualquer pessoa que se enquadre na caracterização de paranista, ou seja, aquele que semeia a cultura, as artes, o solo, as fábricas, todos aqueles que deixam sua semente para um Paraná melhor”<sup>51</sup>. Observamos, nesse ponto, um forte indício da complexidade dos imaginários sociais, sobretudo no fenômeno da recepção. Ela parece ser independente da intenção original do indivíduo enunciante, obedecer a regramentos relativamente autônomos da pretensão individual do artista. O efeito provocado pela escultura, no caso, obteve uma circulação mais abrangente que a esperada, extravasando a realidade pontual a que se destinava (colônia polonesa) para tornar-se o emblema da cidadania no Paraná. O contextual, nesse ponto, imprimiu sua marca na obra de arte: transpôs o significado original do símbolo, ainda que seu significante (a própria escultura) em nada se tenha alterado.

---

<sup>50</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* (p. 157).

<sup>51</sup> PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Op. cit.* (p. 157).

Gombrich, mais uma vez, oferece-nos um esclarecimento ao ressaltar não depender a arte visual somente da linguagem artística disponível em determinada época e do objetivo que o autor lhe confere. Vincula-se, também, às demandas sociais e políticas, ou, transpondo para nossa linguagem, à tensão das figurações sociais em determinado momento. “A forma de uma representação não pode estar divorciada da sua finalidade e das exigências da sociedade na qual a linguagem visual dada tem curso”<sup>52</sup>. Podemos supor, com razoável probabilidade, atendesse a forma assumida por *O Semeador* a princípios gerais circulantes no contexto sócio-histórico, embora essa formulação fosse involuntária ao próprio autor, que pretendia representar a positiva influência dos poloneses na construção do Estado. Encontrou a escultura, assim, repercussão ampliada nos imaginários sociais, realizando circuitos muito mais amplos de circulação tanto por sofrer ressignificação no momento em que as massas e a elite recepcionavam o símbolo, quanto por, desde o início, conter elemento emblemático e mais amplo, impresso no momento da composição. Remetemos, nesse ponto, à posição de Panofsky, textualmente destacada na nota 48. Os valores simbólicos de uma obra, de fato, podem divergir expressamente da intenção consciente do autor.

Mencionamos o caráter emblemático da *figura 2*. Trata-se, com efeito, de um emblema propriamente dito, assim como a *figura 1*. Ambas adquirem uma conformação mais que alegórica; remetem a algo mais que somente alegorias. O desenho de João Turin não consiste em mera representação da estória do príncipe pinheiro, transcendendo-a para conformar um símbolo de identificação (e de construção) do Paraná republicano, indicando à população a origem, antiguidade e legitimidade dele (embora todas fincassem raízes na dignidade da realeza). *O Semeador*, por sua vez, ultrapassa os limites da representação pretendida pelo autor, angariando amplos circuitos de circulação social e, assim, reforçando aos olhos da massa (e também da elite) as qualidades e características do cidadão paranaense.

Avaliamos, portanto, dois emblemas do Paraná republicano, ambos produzidos no início do séc. XX; ou seja, num contexto sócio-histórico caracterizado pela peculiaridade, mas que, ao mesmo tempo, integra um projeto nacional (a República brasileira). Possuem a natureza emblemática não por consistirem em imagens marcadas por princípios políticos, filosóficos ou culturais, mas por materializá-los diretamente numa representação visual<sup>53</sup>. Concluimos, nessa

---

<sup>52</sup> GOMBRICH, Ernst Hans. *Op. cit.* (p. 78).

<sup>53</sup> PANOFSKY, Erwin. *Op. cit.* (p. 194).

linha, tratar-se de dois emblemas políticos. Um expressa a “identidade” do próprio Estado, legitimando-o e conferindo-lhe adesão social; outro, o ideal de cidadania, induzindo nos indivíduos um sentimento de pertencimento à comunidade paranaense. Ambos inserem-se numa fase do processo sócio-histórico marcado pela política de massas e pela invenção das tradições, necessidade premente em contextos de transição: não apenas a transição de monarquia para república, caso particular do Brasil, como também os impactos que as ondas de modernidade (tecnologia, industrialização, etc.) causavam na ordem social, política e institucional do país.

Falamos em expressão inconsciente de características socialmente exigíveis, independente da vontade do sujeito enunciante. Fomos mais além, fundamentando hipóteses interpretativas sobre essa base, como o vínculo com a realeza na lenda do príncipe pinheiro e a significação mais ampla contida em *O Semeador*. Não seria razoável restasse meramente pressuposto, revelando-se a necessidade de justificarmos o fundamento que sustenta tantas de nossas hipóteses. Deparamo-nos, assim, com a necessidade de realizar alguns apontamentos acerca da formação coletiva da individualidade. Observamos, nesse ponto, a contribuição da psicanálise às diversas modalidades de saberes humanos, especialmente no tocante ao que Freud chamou metapsicanálise – aquela intersecção entre a psique e a realidade social, denotando as realidades psíquicas que transcendem os casos individuais e passam à esfera da coletividade.

O esclarecimento do conceito encontra-se vinculado a uma questão fundamental. Seria a sociedade a criar os indivíduos, ou seriam os indivíduos a criar a sociedade? Elias, perscrutando-a, refuta a validade de ambas as formas de questionamento, pois somente levam a aporias e a querelas inúteis<sup>54</sup>. Não se trata de momentos distintos. A sociedade é constituída por indivíduos, assim como os indivíduos são formados pela sociedade. A lógica sufocante das análises dicotômicas deve ser descartada em prol de instrumentos mais aptos a captar a complexidade da vida social, da configuração simbólica e material de determinada cultura, em determinado ponto do processo sócio-histórico. A questão da individualidade, como a percebemos no contexto das sociedades ocidentais é fruto de uma longa conformação, marcada mais pela descontinuidade que pela linha ascendente da evolução<sup>55</sup>. Da mesma forma os padrões de civilidade, com destaque para os modos.<sup>56</sup>

---

<sup>54</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. (p. 68).

<sup>55</sup> “A impressão, na reflexão científica, de se estar isolado por um abismo daquilo sobre o que se reflete, e, na observação científica, daquilo que se observa, pode ser um sentimento inteiramente autêntico. Mas o abismo em si existe tão pouco, possui tão pouca realidade fora do sentimento, quanto o poder do espírito que um grupo de homens

O processo sócio-histórico, assim, é composto por diversas *figurações* sociais (ou pelo fluxo delas), dentro das quais atuam inúmeros indivíduos; estes, por sua vez, constituem figurações entre si, das quais dependem as suas próprias individualidades, tornando-os interdependentes tanto de seus parceiros de figuração quanto da realidade social (esse complexo conjunto figuracional). A sociedade, portanto, não é um fenômeno exterior às realidades individuais; tampouco estas poderiam manter-se fora da realidade interativa que lhes garante a significação. “É esse o caso quando falamos que homens singulares formam entre si figurações de tipos diversos, ou que as sociedades não são nada mais que figurações de homens interdependentes”<sup>57</sup>. Ambos, certamente, mantêm sua relativa autonomia. Não existem figurações na ausência de sujeitos, embora deles possam pontualmente prescindir para sua continuidade<sup>58</sup>; não existem sujeitos fora de figurações, posto possam, dentro de sua rede de interdependências, decidir por si mesmos e atuar com parcial liberdade.<sup>59</sup>

Destaca-se, nesse contexto, a complexidade da formação do *ego*. Quanto maior for o número de grupos sociais (ou figurações), com regras e valores são próprios, de que participa o indivíduo, maior a heterogeneidade de sua individualidade e mais complexo será, visto partilhar diferentes normatividades sociais. A personalidade, por outro lado, não corresponde a um simples e pacífico autômato destinado a digerir e reproduzir normas e valores sociais. Cada qual detém uma parcela maior ou menor de autonomia social e, por isso, pode agir sobre o mundo, modificar de dentro os grupos figurativos de que faz parte; ao mesmo tempo, porém, deles não se pode desprender. Não existem dicotomias mecânicas na questão da formação do *ego* e sim um sistema complexo de interação entre indivíduo e grupos figurativos, entre individual e coletivo.<sup>60</sup>

A personalidade se constitui de forma estritamente contextual, num universo previamente dado de significados e significantes. Ela é forjada dentro das várias figurações de que participa o

primitivos atribui a uma máscara, ao sentirem espontaneamente que ela possui tal poder.” (ELIAS, Norbert. *Op. cit.* [2001]. p. 254).

<sup>56</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes* (v. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

<sup>57</sup> ELIAS, Norbert. *Op. cit.* [2001]. (p. 43).

<sup>58</sup> ELIAS, Norbert. *Op. cit.* [2001]. (p. 51).

<sup>59</sup> ELIAS, Norbert. *Op. cit.* [2001]. (p. 157).

<sup>60</sup> “Cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e construiu seu ideal do ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais – as de sua raça, classe, credo, nacionalidade etc. - podendo também elevar-se sobre elas, na medida em que possui um fragmento de independência e originalidade.” (FREUD, Sigmund. *Psicologia de grupo e análise do ego*. IN: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Freud*. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA., 1976. p. 163).

indivíduo, a partir da introjeção de valores, princípios filosóficos e políticos, convenções, linguagens, etc. Por isso, cada sociedade produz e reproduz sua própria conformação simbólica, perpetuando-se por meio de individualidades destinadas a reproduzi-la e também transformá-la enquanto realidade vivida. Todo o contexto social, portanto, está fundamentado numa sensibilidade específica, sobre a qual se erigem mecanismos de produção e reprodução dessa lógica. Nossas *figuras 1 e 2*, assim, instituem símbolos que, buscando atingir as raízes profundas dos imaginários, induzem a conformação de figurações sociais e indivíduos às necessidades de um poder político sem tradição e carente de legitimidade.

Dentro desse fluxo sócio-histórico de figurações, vislumbramos como um autor pode, mesmo involuntariamente, imprimir exigências sócio-históricas em sua representação visual. Elas enraízam-se em sua individualidade, ao mesmo tempo em que são compartilhadas por diversos outros indivíduos interdependentes: indícios de um tempo e um local. As artes visuais, em suma, exprimem o fluxo de figurações sociais em curso no momento de sua criação, razão pela qual nos é lícito apreendê-las como manifestação de um contexto sócio-histórico e de seus conflitos, esperanças e pretensões. Podemos, portanto, trabalhá-las como fontes de reconstrução do imaginário jurídico e político.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> “A maior atenção que a antropologia, ou pelo menos alguns setores da antropologia, passou a dar às estruturas do significado em cujos termos indivíduos e grupos de indivíduos vivem suas vidas, e, mais especificamente, aos símbolos e sistemas de símbolos através dos quais essas estruturas são elaboradas, comunicadas, impostas, compartilhadas, modificadas e reproduzidas, promete ser tão útil para a análise comparativa do direito, como o é para o estudo de mitos, rituais, ideologia, arte ou sistemas classificatórios, campos onde sua aplicação já vem sendo mais testada.” (GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 272).

## DOIS.

- Cidadãos, disse Enjolras, o que este homem fez é assustador e o que eu fiz é horrível. Ele matou, é porque eu o matei. Eu devia fazê-lo, pois a insurreição deve ter sua disciplina. O assassinato é um crime ainda maior aqui que alhures; nós estamos sob o olhar da revolução, nós somos os sacerdotes da república, nós somos as hóstias do dever e não podemos caluniar nosso combate. Eu, então, julguei e condenei este homem à morte. Quanto a mim, obrigado a fazer o que fiz, mas o abominando, eu me julguei também e vocês verão logo a que me condenei.<sup>62</sup>

Victor Hugo.

O passado não se apresenta em dados objetivos e conclusivos, mas sim como um momento que pede para ser experimentado em sua complexidade, em suas variações, em seus múltiplos desdobramentos. Não é esta, geralmente, a forma como é apreendido e adaptado nos diversos discursos sociais, com destaque para os jurídicos. Não raro, observamos construções discursivas idealizadas, que vinculam suas épocas e locais a legitimidades de um passado longínquo e, na maior parte das vezes, absolutamente alheio ao fluxo histórico de figurações sociais a que procuram garantir adesão social. Embora dissociadas de sua materialidade subjacente, não deixam de influenciá-la, voltando-se sobre ela e atuando em sua dimensão simbólica, associando relações de sentido preexistentes às figurações de poder – recentes, instáveis ou, simplesmente, ilegítimas. Apreendem-se tendências e esperanças coletivas, reforçando a eficácia simbólica das dominações, ainda que sob um signo distante da vivência cotidiana. Relega-se, assim, a própria experiência concreta de determinada realidade sócio-histórica com fundamento em reducionismos, tais como progresso e atraso, civilizado e primitivo.

O grande risco dessas formulações é caírem no vazio, senão no ridículo, encontrando recepção apenas em grupos sociais muito específicos e tornando-se algo extremamente distante do cotidiano. Essa é a realidade de várias figurações jurídicas e políticas no Brasil, pouco preocupadas com a coerência material e mais voltadas a eficácias performáticas. Somos uma democracia sem possibilidades efetivas de participação democrática; uma república sem

<sup>62</sup> “- Citoyens, dit Enjolras, ce que cet home a fait est effroyable et ce que j’ai fait est horrible. Il a tué, c’est pourquoi je l’ai tué. J’ai dû le faire, car l’insurrection doit avoir sa discipline. L’assassinat est encontre plus un crime ici qu’ailleurs ; nous sommes sous le regard de la révolution, nous sommes les prêtres de la république, nous sommes les hosties du devoir, et il ne faut pas qu’on puisse calomnier notre combat. J’ai donc jugé et condamné à mort cet homme. Quant à moi, contraint de faire ce que j’ai fait, mais l’abhorrant, je me suis jugé aussi, et vous verrez tout à l’heure à quoi je me suis condamné.” [Tradução livre]. (HUGO, Victor. *Les misérables*. v. 2. Paris : Gallimard, 2011.p. 476).

mentalidade e povo republicanos; um governo de muitos em que poucos governam. Não podemos, por outro lado, ser reducionistas a ponto de negar materialidade a esses discursos, relegando-os à distorção da realidade e ao falseamento da consciência, como se fossem meros instrumentos ideológicos a serviço de um núcleo duro e determinante. Eles possuem e produzem materialidade na medida em que promovem, fundamentam e justificam ações dentro de diversas figurações sociais; circulam entre grupos sociais mais ou menos amplos, ensejando diversas atitudes individuais e coletivas.

Por razões históricas, a República nos parece uma das grandes realidades discursivas brasileiras, circulando há mais de um século e influenciando, com maior ou menor efetividade, inúmeras representações sociais. Vimos como repercutia no Paraná do início do século XX, especialmente por meio das *figuras 1 e 2*. O republicanismo no Brasil, porém, não encontra pertinência nesse capítulo e sim no próximo, momento em que nos dedicaremos ao estudo da formação de discursos e símbolos republicanos em fins da monarquia e inícios da Primeira República, dando enfoque à tentativa de cooptação de antigas fidelidades latentes nos imaginários sociais. Basta-nos, por enquanto, desdobrar algumas características de um dos processos históricos<sup>63</sup> que mais têm sido reivindicados nas figurações jurídicas e políticas brasileiras. Trata-se, mediatamente, da República e, imediatamente, da Revolução Francesa.

Com especial frequência no direito público, as reivindicações da herança revolucionária são inúmeras e variadas, desdobráveis em diversos direitos e princípios – como a liberdade, a igualdade e a legalidade, por exemplo. O processo da revolução, porém, não foi unívoco e sim marcado por conflitos, perpassado por tensões contraditórias. O que hoje se reivindica como legado de titãs revolucionários, que, sob o lema igualdade, liberdade e fraternidade, enfrentaram a ordem política e simbólica vigente no antigo regime e destituíram-na, é mais uma formulação posterior da imagem e da ideia da Revolução que um dado prontamente verificável nos testemunhos históricos anteriores e contemporâneos ao processo. Bastante questionável a vinculação dos indivíduos concretos e atuantes aos ideais iluministas, havendo distintos autores que elencam, dentre as múltiplas influências do momento, a miséria da população, a

---

<sup>63</sup> Falamos em processo porque essa realidade histórica se desdobra, efetivamente, de forma processual, não se limitando ao caráter do evento, embora assim seja frequentemente veiculada discursivamente.

dessacralização e o ódio da nobreza<sup>64</sup> (e, portanto, da realeza) e a fome generalizada, cuja causa fora um inverno agudo no ano anterior.<sup>65</sup>

Tocamos, aqui, um substrato histórico bem mais concreto e intuitivo que as etéreas ideias iluministas, embora elas efetivamente circulassem pela Europa e tivessem sua parcela de mérito na fundamentação de atitudes e na formulação de discursos libertários. As luzes eram, permitindo-nos uma metáfora, demasiado claras para as massas, para o povo concreto e realmente existente. Exigiam uma elevação racional de que muito poucos eram capazes. Racionalidade e constância eram características da elite letrada, de *le Monde* (o Mundo), como era conhecida a figuração intelectual francesa (parisiense, na verdade), representação social de que faziam parte os grandes filósofos e pensadores, que pouco eram republicanos e, muito menos, simpáticos às demandas populares.

Pensemos, por exemplo, em *Le pauvre diable* (O pobre diabo)<sup>66</sup>, em que Voltaire retrata a situação de desespero própria de inúmeros jovens literatos de seu tempo, que vinham a Paris fazer fama e engrossar as fileiras de *le Monde* e acabavam na sarjeta, fazendo trabalhos escusos, ora tendentes ao crime, ora à imoralidade – senão aos dois concomitantemente. Vinham de todas as regiões do país na esperança de tornarem-se filósofos. Suas pretensões eram invariavelmente frustradas, salvo se tivessem boas indicações e contatos, pois o grupo intelectual parisiense era extremamente fechado e elitista. Com pena aguda, o autor delineia situação de absoluto desamparo, que encontramos já nas primeiras palavras. “Que partido tomar? Onde estou e que devo eu ser? Nasci desprovido, na multidão jogado, gérmen nascente pelos ventos levado, sobre qual terra posso eu esperar florescer? Como encontrar um estado, um emprego? Sobre meu destino, por graça, instruem-me.”<sup>67</sup>

Não surpreende, assim, a aversão nutrida pelos pobres diabos contra a aristocracia intelectual e os altos círculos literários e filosóficos, lugares em que circulavam as oportunidades

---

<sup>64</sup> DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>65</sup> STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>66</sup> VOLTAIRE. *Le pauvre diable et autres pièces*. Disponível em: <<http://booklens.com/voltaire/le-pauvre-diable-et-autres-pi%C3%A8ces>>. Acesso em: 05/06/2012.

<sup>67</sup> “Quel parti prendre? où suis-je et que dois-je être ? Né dépourvu, dans la foule jetté, germe naissant par les vents emporté, sur quel terrain puis-je espérer de croître? Comment trouver un état, un emploi? Sur mon destin, de grace, instruizes-moi”. [Tradução livre]. (VOLTAIRE. *Op. cit.* p. 5). Por se tratar de uma edição de 1760, não surpreende o fato de que seja francês antigo. Essa forma trouxe-nos algumas dificuldades, sobretudo o termo *croître*, que não encontramos em dicionário algum, nem mesmo nos especializados. Traduzimo-lo, assim, por florescer em decorrência do contexto.

e as rendas. Na mais absoluta miséria, restava-lhes realizar trabalhos degradantes, como espionar para a polícia e distribuir pornografia (sem falar em chantagens, furtos, prostituição, etc.), estigmas que os marcavam e impediam definitivamente sua ascensão aos elevados círculos da intelectualidade. Formavam o que Darnton chamou *boemia literária*, marcada pela sublitteratura panfletária, geralmente de caráter libelístico e acusatório, cuja principal característica era o ódio contra os aristocratas de *le Monde* e do antigo regime em geral. Não se tratava, contudo, de uma aversão racional e iluminada, fundada em razões objetivas e refletidas, e sim de um substrato emocional carregado de preconceitos e infâmias, de acusações pornográficas e degradantes; pouco se odiava a estrutura do poder e o estado de coisas em si, mas este ou aquele aristocrata, ou, ainda, o próprio rei<sup>68</sup> e seus cortesãos mais próximos. A Revolução recrutou muitas de suas fileiras na boemia literária. “Foi nas profundezas do submundo intelectual que esses homens [Marat, Brissot e Carra] se tornaram revolucionários: ali nasceu a determinação jacobina de exterminar a aristocracia do pensamento.”<sup>69</sup>

Distinguiam-se os sublitteratos pela violência e conotação sexual de seus panfletos, geralmente direcionadas aos símbolos de poder que sustentavam, em maior ou menor medida, o conjunto de figurações do antigo regime. Os nobres eram devassos ou degenerados, o que designava sua impotência, homossexualidade ou incapacidade de satisfazer suas senhoras – que, para não desgastar a saúde de seus esposos, buscavam substitutos em vigorosos serviçais do terceiro estado. A degenerescência era indicada pela imoralidade. Era esse o fundamento circulante de grande parte dos libelos que as pessoas efetivamente liam – eram poucos os livros de vigor filosófico encomendados aos livreiros<sup>70</sup>. Perpetravam-se difamações generalizadas sem difundirem programas políticos coerentes e racionais. Se a elite pouco se importava com a opinião popular, tanto menos os agentes do submundo literário, mais dedicados a destilar e canalizar seu ódio que a promover programas sublimes de libertação e renovação sociais.<sup>71</sup>

Observamos, nessa linha, a forte influência desses indivíduos sobre o imaginário político no momento anterior à Revolução, certamente contribuindo para desencadear o processo

---

<sup>68</sup> CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. (p. 182).

<sup>69</sup> DARNTON, Robert. *Op. cit.* (p. 31).

<sup>70</sup> DARNTON, Robert. *Op. cit.*

<sup>71</sup> “Se o programa de Maupeou beneficiaria ou não o povo comum, eis algo que Morande não se deteria em examinar; ele e seus colegas do *underground* não se interessavam por reformas. Detestavam o sistema em si mesmo – e exprimiam seu ódio dessacralizando símbolos, destruindo os mitos que o legitimavam aos olhos do público e perpetuando o contramito do despotismo degenerado.” (DARNTON, Robert. *Op. cit.* p. 43).

revolucionário, embora esse objetivo lhes fosse provavelmente alheio. Parece-nos, ademais, ser a atuação dessa figuração social, ainda que proveniente do subsolo e da miséria, de muito maior impacto sobre as mentalidades populares. Antes de temas filosóficos e elevados do iluminismo, contidos em livros caros e inacessíveis (financeira e intelectualmente) ao indivíduo comum, eram assuntos pornográficos e difamatórios que circulavam entre as camadas sociais menos instruídas. As razões são quase intuitivas. Panfletos e libelos difundiam-se com maior intensidade e mais facilmente, não custavam absurdos, não demandavam horas de leitura refletida e tratavam de assuntos estimulantes e concretos, que atraíam a atenção e o interesse populares em oposição a ideias abstratas e conceitos filosóficos. Basta destacarmos um trecho do jornal *Père Duchesne*, de Hébert (e, portanto, já do período revolucionário), para evidenciar a fúria desvairada e grotesca com que se difamavam as figuras do antigo regime, assim como o tom de boato em que as difamações eram escritas, características marcantes do sensacionalismo panfletário vigente.<sup>72</sup>

Para acrescentar ao quadro de ódio e dessacralização, tínhamos a fome e o desespero. O inverno entre os anos de 1788 e 1789 foi bastante rígido. O frio intenso prejudicou a agricultura e as colheitas, refletindo na escassez de alimentos. Sem o pão de cada dia, o povo sofria as consequências da penúria e inquietava-se<sup>73</sup>. O carrasco, para os famintos, era menos a ordem política do antigo regime que o estômago contraído e vazio. O desespero dos indivíduos comuns não encontrava respaldo em questões existenciais e abstratas, como a liberdade e a República, e sim na concretude terrível do cotidiano, marcada pelo sofrimento imediato de familiares e amigos. O estopim da Revolução, com enorme probabilidade, decorreu de situações materiais de miséria, descontentamento e ódio. Não se pegou em armas por ideias (ao menos não diretamente) e sim por necessidades determinadas e sentidas na carne. Escassez de alimentos (sobretudo pão), ataques virulentos à ordem dominante e sentimento de revolta e frustração. Nenhum deles vinha das luzes atribuídas ao processo revolucionário e, no entanto, certamente contribuíram muito para desencadeá-lo e desenvolvê-lo, embora não sejam reivindicados como legado de nenhuma ordem política ou jurídica.

Podemos, nesse foco, pontuar duas questões importantes. Primeira, os ideais iluministas estavam muito distantes do indivíduo comum, mesmo no palco de um dos maiores conflitos

<sup>72</sup> “A tigre austríaca (Marie Antoinette) foi tida por todas as côrtes de Europa como a prostituta mais degradada da França. Foi francamente acusada de rebolar na lama com seus lacaios e seria difícil determinar qual deles será o autor dos abortos gangrenados e disformes que saíram do seu ventre.” (KORNGOLD, Ralph. *Robespierre, o incorruptível*. Rio de Janeiro, RJ: Vecchi, 1946. p. 214).

<sup>73</sup> STAROBINSKI, Jean. *Op. cit.* (p. 20).

políticos da história moderna. A alta intelectualidade estava, de fato, absolutamente apartada das demandas populares concretas, de forma a não lhes conferir sequer o lugar da fala, especialmente por não haver espaço para as manifestações emocionais e oscilantes da multidão. A esfera pública oficial pressupunha um padrão de consciência e sensibilidade muito específico, tendo por pressuposto incontornável elocuições e fundamentações estritamente racionais, exigências não aplicáveis à massa, restando-lhe os diversos submundos do antigo regime (dentre eles o literário) e as ações violentas e apaixonadas para expressar descontentamento, desespero e fome<sup>74</sup>. Não que o grosso da população estivesse em estágio pouco desenvolvido, ao qual todos um dia chegariam; pelo contrário, viviam num nível de autoconsciência adaptado às figurações sociais de que participavam. Poucas delas (para não dizermos nenhuma) eram compatíveis com as exigências iluministas de racionalidade e autocontenção, sendo estas características das elites letradas e cortesãs.

Segunda, se a Revolução Francesa é reivindicada por diversas ordens políticas e jurídicas, como um evento universal capaz de desdobrar-se e repercutir em diversas realidades sociais e momentos históricos, então houve, no mínimo, uma reinvenção de sua representação e várias apropriações de sua memória. Conferiu-se a ela uma conformação simbólica posterior ao desfecho do levante popular, dando ênfase e isolando determinados discursos demasiado localizados no corpo social, não difusos nos imaginários sociais – ou, ao menos, não firmemente enraizados a ponto de constituírem uma representação clara e coerente de ideais e objetivos pelos quais se morreria. Não se tratou de um evento isolado e devastador, que varreu as raízes do antigo regime e implantou a ordem republicana. Houve um longo processo, o qual, inclusive, ultrapassa o período da Revolução – pensemos no Império e na Restauração, por exemplo. A República se instala aos poucos, consolidando interesses dominantes e vinculando-se simbolicamente às manifestações revolucionárias, embora reivindicasse somente uma herança heroica e libertária, idealizada e separada dos acontecimentos históricos concretos. Somente em retrospectiva se poderia afirmar fosse a Revolução obra de *citoyens* (cidadãos) convictos e severos o suficiente para morrer por ideais etéreos como Igualdade, Liberdade, Fraternidade.

---

<sup>74</sup> CHARTIER, Roger. *Op. cit.* (p. 59).

Na verdade, estava em jogo a própria definição de República, conceito indeterminado materializando-se ao passo dos acontecimentos<sup>75</sup>. Associou-se o processo revolucionário a uma luta iluminista, relegando ao esquecimento motivações, no mínimo, tão importantes quanto qualquer ideal racionalista e filosófico. Adaptaram-se, por outro lado, as reivindicações e proposições do Esclarecimento (figuração composta pelas elites ilustradas e, geralmente, vinculadas às benesses e vantagens do Antigo Regime) à realidade republicana, especialmente às suas exigências de legitimidade, uma vez que se apresentava como forma de governo mais justa e capaz de materializar a *vontade do povo*. Essa reinvenção do imaginário revolucionário seria muitas vezes apropriada e adaptada aos objetivos de novas repúblicas, como a brasileira<sup>76</sup>, por exemplo.

Apesar de questionarmos a real contribuição dos ideais iluministas para a fundamentação, promoção e justificação da atuação popular no processo revolucionário, não duvidamos de sua efetiva influência na conformação do processo em si. Ele desdobrou-se num movimento complexo, em que discursos intelectuais refletiam-se, de alguma forma, nos descontentamentos e nas manifestações da arraia miúda, fundindo-se com essas demandas concretas e conferindo-lhes roupagens menos grosseiras e mais palatáveis ao nível de sensibilidade dos altos círculos políticos e sociais. As demandas populares, por sua vez, reafirmavam e legitimavam as categorias intelectuais forjadas e manejadas pela elite, atualizando-as junto à realidade e garantindo-lhes materialidade e coerência.

O discurso do Esclarecimento circulava, difundia-se nas diversas figurações sociais, sendo demasiado reducionista o negar-lhe realidade. Defender, por outro lado, tivesse sempre uma recepção racional e esclarecida seria outro reducionismo. Tivemos a oportunidade de observar, embora brevemente, a relativa independência do fenômeno da recepção. Ele não ocorre sem alterações de sentido, sem profundas ressignificações, pois se orienta pelo substrato imaginário subjacente à incidência discursiva. Razoável, por isso, supormos lutassem as pessoas

---

<sup>75</sup> Não são raros testemunhos pré-modernos (medievais e de antigo regime) que indicam a circulação de discursos republicanos associados à dedicação e aos deveres do monarca. Ora, a distinção entre monarquia e república, com a qual tanto nos deparamos atualmente, é mais recente do que geralmente se imagina. Nesse sentido, ver HESPANHA, António Manuel. *A política perdida: ordem e governo antes da modernidade*. Curitiba: Juruá, 2010; KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>76</sup> Particularmente interessante é o fato de que essa herança é reivindicada sem maiores preocupações históricas ou sociais, ou seja, independente de qualquer consideração contextual do processo revolucionário ou da realidade subjacente à ordem política e jurídica que se filia à tradição inventada.

comuns por igualdade e liberdade, com a condição de que esses objetivos não contivessem significações unívocas. Mais igualdade no pão que na lei; menos liberdade em declarações formais que na vivência cotidiana. Compreendemos como a Revolução continha diversos ideários, inúmeros projetos e incontáveis objetivos, sendo que, ao final, somente alguns foram sancionados e assumiram roupagens universais; os outros, relegados ao esquecimento e às aspirações não realizadas.

Podemos isolar, assim, um pressuposto básico desta reflexão. Tanto a Revolução Francesa quanto os séculos XVIII e XIX<sup>77</sup> são perpassados por tensões contraditórias, que se fundem na realidade dos acontecimentos e geram novas forças opostas, todas disputando a significação de eventos e discursos. Impossível reconstruir os fatos em todos os momentos e detalhes, tamanha a complexidade de nosso objeto. Podemos, contudo, delinear alguns elementos contextuais do processo histórico e pontuar alguns acontecimentos específicos, com destaque para o Ano II, momento digno de nota por levar princípios a sério e cooptar os imaginários sociais. O Terror destacou-se na produção de mitos e heróis, festas cívicas e emblemas, sem falar na figura de Robespierre, que entrou para o rol de personalidades históricas.

Para darmos um pano de fundo à Revolução Francesa, precisamos de um salto interpretativo capaz de delinear a tensão fundamental que perpassava o equilíbrio de figurações sociais naquele momento histórico. Sabemos que o séc. XVIII, pelo menos na Europa ocidental, será fortemente marcado por tendências à idealização, movimento que Starobinski nomeia renascimento platônico<sup>78</sup>. Os ideais estavam em voga e impregnavam os imaginários sociais, davam-lhes novas roupagens e formas de manifestação. A circularidade cultural garantia que não estivessem encerrados dentro de círculos sociais privilegiados, embora não mantivessem, necessariamente, a mesma significação quando se difundiam entre os indivíduos atuantes nas figurações sociais menos prestigiadas. Sonhava-se com a regeneração da espécie humana, destacando ser a sociedade a sua corruptora. Instituíam-se dicotomias reducionistas entre ideia e realidade, bom selvagem e indivíduo aculturado. Divulgava-se o mito da humanidade redimida, que restauraria a bondade e a inocência perdidas.

---

<sup>77</sup> Nunca é excessivo ressaltar tratarmos de um momento específico do fluxo histórico de figurações sociais, assim como de um lugar determinado em que elas se desenrolam. Evitemos as generalizações apressadas e a tendência ao eurocentrismo. A realidade brasileira, como veremos, era e é completamente diversa.

<sup>78</sup> STAROBINSKI, Jean. *Op. cit.*

Um dos mais fortes testemunhos desse movimento, segundo cremos, está registrado num texto de Kant, de 1784, nomeado *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* (Resposta à questão: o que é o esclarecimento?). Embora não trabalhasse diretamente com situações primevas, empenhava-se em isolar imperativos morais indeclináveis e atemporais (encontrados com o uso da razão esclarecida), dentre os quais estava o dever de assumir o Esclarecimento, que justificaria a humanidade, reconciliando-a com sua natureza racional e elevada em detrimento das trevas e da barbárie. Tratava-se, então, de superar o estado de incapacidade em que o próprio homem se colocara, o que lhe abriria as portas da liberdade e da autonomia, de modo a utilizar-se de seu inato entendimento sem o suporte ou a condução de outrem. O dever, importante ressaltarmos, residia no próprio indivíduo, devendo ele libertar-se das amarras do conformismo e do medo e tornar-se esclarecido. De clareza insuperável, a nosso ver, as palavras do autor.<sup>79</sup>

Por mais impactante que nos pareça o conteúdo da assertiva, por mais sublime que soe a nossos ouvidos treinados, não deixamos de sentir a intensa carga de responsabilidade depositada *a priori* e indistintamente sobre lombos dispostos e cansados, familiarizados e estranhos. Exige-se uma austeridade infinita do indivíduo, muito próxima daquela imposta ao *citoyen* (cidadão) revolucionário. O Esclarecimento precisa ser geral, independente das condições materiais e intelectuais em que se encontram os sujeitos reais, não se considerando o estágio de autoconsciência, sensibilidade e autocontenção resultante de um contexto histórico. Acentuam-se as capacidades individuais, omitindo-se o contexto em que essas capacidades são forjadas e fazem sentido. A responsabilidade, ademais, pesa sobre todos, embora sua carga se torne maior àqueles não sincronizados com o equilíbrio figuracional de que resulta o imperativo de se usar livremente o entendimento.

Essa potência ideal, por outro lado, não atuava sozinha dentro do processo histórico. Enquanto os discursos oficiais (lembremos-nos dos monarcas esclarecidos) e dominantes

---

<sup>79</sup> “ **ESCLARECIMENTO é a saída do Homem de sua autoinfligida menoridade. Menoridade é a incapacidade de servir-se de seu entendimento sem a condução de outrem. Autoinfligida é essa menoridade, quando seu motivo não reside no defeito do entendimento, mas no da resolução e da coragem de servir-se dele sem a condução de outrem. Sapere aude!** Tenha coragem de servir-se de seu **próprio** entendimento! é, portanto, o lema do esclarecimento.” [Tradução livre]. (**AUFKLÄRUNG ist der Ausgang des Menschen aus seiner selbstverschuldeten Unmündigkeit. Unmündigkeit** ist das Unvermögen, sich seines Verstandes ohne Leitung eines anderen zu bedienen. **Selbstverschuldet** ist diese Unmündigkeit, wenn die Ursache derselben nicht am Mangel des Verstandes, sondern der Entschliebung und des Mutes liegt, sich seiner ohne Leitung eines andern zu bedienen. *Sapere aude!* Habe Mut, dich deines **eigenen** Verstandes zu bedienen! ist also der Wahlspruch der Aufklärung. KANT, Immanuel. *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?* In: *Berlinische Monatsschrift*. Dezember-Heft 1784. p. 481-494. Disponível em: <<http://www.uni-potsdam.de/u/philosophie/texte/kant/aufklaer.htm>>. Acesso em: <09/07/2012>).

veiculavam os princípios do Esclarecimento, fazendo-os, de alguma forma, difundirem-se pelas diversas figurações sociais, outro movimento formava-se no subsolo e manifestava-se mais ou menos disfarçado. Não somente panfletos e libelos; também desdobramentos práticos de princípios iluministas encarnavam uma tensão obscura, um contradiscurso contraposto à discursividade esclarecida. Trata-se de uma tensão de forças contraditórias para a análise teórica. Sua manifestação concreta, porém, perde o caráter incoerente e conflitante, revelando-nos uma congruência tanto mais surpreendente quanto mais desencontradas são as tendências no plano discursivo.

Isolamos as luzes do Esclarecimento com o auxílio de Kant, filósofo da austeridade, e cremos ser razoável proceder da mesma maneira com suas trevas. O testemunho filosófico, apreendido em sua discursividade histórica, parece-nos uma fonte rica em desdobramentos, especialmente quando avaliada perante acontecimentos e atitudes concretas, momentos em que o discurso é ressignificado, alterado, adicionado ou subtraído - atualizado no contexto histórico. Para complementar a tensão didática de que falávamos, contamos com os protestos de Sade. Descontente com o idealismo e a esperança incondicional na humanidade, mergulhou no subsolo para trazer das profundezas obscuras a degenerescência e a crueldade, os vícios e os prazeres ignóbeis. “O homem é, portanto, naturalmente mau, ele o é no delírio de suas paixões quase como na sua calma e em todos os casos os sofrimentos de seu semelhante podem se tornar execráveis prazeres para ele”<sup>80</sup>. Seu testemunho, para nós, é a expressão de forças ainda muito vivas e difusas, impondo-se como mediações necessárias no momento da materialização de princípios iluminados.

Embora simbolicamente associada à luz da aurora em oposição às trevas do antigo regime<sup>81</sup>, a Revolução Francesa constantemente revelou sua face ambígua, ora marcada pelos ideais, ora pelo subsolo – na verdade, pela união de ambos. Não fosse essa tensão, o processo revolucionário seria muito menos fascinante e não nos revelaria a luta heroica pelo ideal inatingível. Pretendia-se implantar uma República de cidadãos esclarecidos e coerentes, aptos aos debates mais ascéticos, severos em suas escolhas e comportamentos a ponto de serem, por

---

<sup>80</sup> “L’homme est donc naturellement méchant, il l’est donc dans les délires de ses passions presque autant que dans sa calme, et dans tous les cas les maux de son semblable peuvent donc devenir d’execrables jouissances pour lui.” [Tradução livre]. (SADE, Marquis de. *Les infortunes de la vertu*. Paris: Libro, 2003. p. 96).

<sup>81</sup> STAROBINSKI, Jean. *Op. cit.* (p. 38).

excelência, os juízes do bem e do interesse públicos<sup>82</sup>, como queria Robespierre<sup>83</sup>; ante a injunção de se constituir uma nova ordem, restaurada e idônea, pouco se consideraram as continuidades da longa duração, os vínculos profundos com o passado, que nenhum princípio sublime poderia apagar instantaneamente. Mesmo a Revolução e os revolucionários tinham de prestar contas à historicidade subjacente, não poderiam saltar do processo histórico. Os ideais, assim, eram adaptados aos eventos, ao equilíbrio momentâneo de figurações políticas e sociais, às mentalidades, não surpreendendo ficasse conhecido o regime revolucionário, a nosso ver, mais fiel ao princípio republicano e a seus desdobramentos como o período do Terror (o qual manteve o sufrágio universal temeroso aos filisteus durante, pelo menos, todo o século XIX, segundo Pietro Costa).<sup>84</sup>

Detenhamo-nos, por enquanto, no cidadão republicano. Ele é a encarnação do discurso kantiano no processo revolucionário, conferindo-lhe a atualização necessária ante a experiência humana. A cidadania, sem dúvida, era um dos pilares da Revolução e precisava circular não somente entre a elite intelectual promotora das transformações sociopolíticas; também e principalmente entre as massas, cujos imaginários eram alheios às injunções ascéticas atribuídas ao cidadão, esse típico sacerdote da modernidade. A circulação discursiva era perpetrada por um conjunto sofisticado e coerente de instituições, tais como instrução pública, cerimônias cívicas e, principalmente, festas e artes. Quanto a estas, não escaparam da exigência geral de renovação e regeneração, tornando-se notória a grande produtividade artística no período da República revolucionária, embora seus opositores insistissem em ressaltar o fracasso do projeto<sup>85</sup>. Em que pesem as intrigas, inquestionável existirem inúmeros registros visuais e, especificamente, pictóricos provenientes do calor revolucionário, boa parte deles de alto valor estético. Eles constituíram um legado profundo para os temas e motivos das tradições republicanas posteriores.

Talvez o indivíduo mais destacado dentro desse delicado equilíbrio de figurações tenha sido Jacques Louis David, encarnação da regeneração artística exigida pela Revolução<sup>86</sup> e

---

<sup>82</sup> “Assumem naquele contexto uma importância absorvente a ‘virtude’, a participação cívica, a retórica do amor pátrio, a dramatização do conflito.” [Tradução livre]. (“Assumono in quel contesto un’importanza assorbente la ‘virtù’, la partecipazione cívica, la retorica dell’amor pátrio, la drammatizzazione del conflitto.” COSTA, Pietro. *Cittadinanza*. 2. ed. Bari: Laterza, 2009. p. 56).

<sup>83</sup> KORNGOLD, Ralph. *Op. cit.* (p. 218).

<sup>84</sup> COSTA, Pietro. *Op. cit.*

<sup>85</sup> JOURDAN, Annie. *Politique artistique et Révolution française (1789-1800) : le régénération des arts, un échec?* In : *Annales historiques de la Révolution française*. N°309, 1997. (p. 409).

<sup>86</sup> JOURDAN, Annie. *Op. cit.* (p. 419).

intérprete fantástico do que Starobinski chamou retorno platônico, ou seja, da corrente neoclássica. Em *O juramento dos Horácios* (figura 4), captava os movimentos latentes na sociedade francesa e no processo histórico, representando-os sob a forma de um forte emblema que prenunciava a cidadania revolucionária. Uma profecia, sem dúvida, tendo em vista datar a tela de 1784, cinco anos antes de se desencadear a Revolução. Para análise da obra, o primeiro passo é constatar seu pertencimento ao neoclassicismo, fato indicativo da linguagem artística à qual o indivíduo deve prestar contas. O retorno às origens, assim, era mais uma pretensão utópica que uma possibilidade concreta, sobretudo no campo das realizações pictóricas, em que, segundo Gombrich<sup>87</sup>, o artista somente realiza sua alquimia com auxílio de grande quantidade de *schematas*, herdadas da tradição e do passado.



4. *O juramento dos Horácios*, Jacques Louis David, 1784.

Os motivos (neo)clássicos estão presentes em toda a composição pictórica da *figura 4*, desde os arcos e as colunas dóricas até o figurino das personagens, que parecem vivas e atuantes num cenário trágico. Um homem se posta diante de outros três, mais novos. Inclinando-se levemente para trás e avançando de um passo a perna direita, ergue os braços e parece comunicar-se com as divindades, o que presumimos por voltar ele o olhar para cima (não sabemos se para o punho das espadas ou se para uma dimensão transcendental, motivo comum na

<sup>87</sup> GOMBRICH, Ernst Hans. *Op. cit.*

obra de David<sup>88</sup>) e na mesma direção espalmar a mão direita; a esquerda mantém firmemente três espadas à altura dos olhos. Os homens mais novos, sem dúvida filhos daquele que os conjura, posicionam-se lado a lado, pernas à frente, e estiram os braços em direção ao pai, com expressões austeras. Espalmadas, as mãos parecem a ponto de tocar as espadas. A alegoria remete à Roma antiga e à aurora da República. Os Horácios juram defendê-la acima dos interesses próprios e familiares. Sua devoção é inabalável e sua honra reside na postura viril e inflexível diante do dever guerreiro. Débito de sangue; se necessário, sacrificarão suas vidas pela Pátria, esquecendo-se de si mesmos. O pai Horácio, por outro lado, não permanece menos austero. Ele prefere a vitória e a honra à vida de sua descendência, à continuidade desonrada de sua linhagem.

O fervor perpassa todo o juramento; o abraço caloroso que dobra a capa do Horácio em primeiro plano, exprime a fraternidade unindo irmãos em favor da causa comum. Os filhos estão preparados para a guerra. Elmos nas cabeças e lança em primeiro plano. Sublime defesa da pátria, sagrado dever guerreiro, sacramento do sangue derramado. Os Horácios não pertencem mais a si mesmos, alienaram-se no *juramento*, esse engajamento inefável que os prende à defesa da República romana acima de qualquer realidade ou interesse individuais. Ao canto e fundo direitos, mulheres e crianças se consolam e demonstram sentimentalismo, em flagrante contraste com a solenidade da figuração masculina. Aos homens cabe a postura ativa e a defesa da República; às mulheres, os suspiros inúteis do claustro privado. Continuidade que o abalo revolucionário pouco tocava, embora muitas mulheres tivessem postura ativa nos levantes.<sup>89</sup>

Não há espaço para medo, interesses privados ou vaidade, consistindo a própria vida no sacrifício mais agradável a ser depositado pelo cidadão no altar da pátria. Quando falamos em altares, não remetamos apenas à esfera conotativa. Altares da pátria eram realidades muito presentes no processo revolucionário. O civismo garantia novas roupagens aos legados simbólicos do religioso e do sobrenatural, ambos arraigados nas mentalidades e nos imaginários sociais, e, ao mesmo tempo, buscava cooptar as fidelidades depositadas sobre essas realidades antigas. Batismos e casamentos realizavam-se nesses novos santuários, que substituíam os da instituição religiosa tradicional; neles, também, faziam-se oferendas e inscreviam-se a Declaração dos Direitos do Homem de do Cidadão e a frase *Le citoyen naît, vit et meurt par la Liberté* (O

<sup>88</sup> Pensemos em A morte de Sócrates, por exemplo, ou mesmo na disposição do mestre em organizar a Festa do Ser Supremo, no Ano III da República jacobina.

<sup>89</sup> “Assim se completa a demonstração, de natureza teatral: à virilidade voluntária, em que o ser se esquece de si mesmo diante de um dever sangrento, opõe-se a feminilidade sensível, que não pode encarar a morte e que se deixa subjugar pelo horror.” (STAROBINSKI, Jean. *Op. cit.* p. 73).

cidadão nasce, vive e morre pela Liberdade)<sup>90</sup>. O sincretismo entre novas exigências e antigos valores era evidente, sendo altamente utópica a pretensão de renovação total. O cidadão seria o novo Homem, cujas virtudes seriam inabaláveis e constantes. Eis o revolucionário, o indivíduo (imaginado) de que precisavam a Revolução e a República; um sacerdote cívico, capaz de sacrificar vidas, ou oferecer a própria, tendo em vista o bem comum.

Falávamos de David como de um profeta, afirmando ser *O juramento dos Horácios* um adiantamento das pretensões políticas e revolucionárias de um futuro próximo, embora não existente à época. Ela captava e exprimia demandas e tensões latentes no (des)equilíbrio de figurações sociais vigente em 1784, consagrando-as à posteridade por meio da arte visual. A própria linguagem artística de David, ademais, é tributária da estética neoclássica, assim como o serão suas obras durante a Revolução. Nossa hipótese, certamente, corre o risco de fundamentar-se sobre mera coincidência, podendo-se objetar fosse a tela mero acaso influenciado pelo neoclassicismo (afinal era moda europeia o retorno às origens, frequentemente representado por motivos clássicos). A análise de *Os lictores trazem a Brutus os corpos de seus filhos* (figura 5), contudo, confirma-nos o conteúdo da figura 4. Embora as significações primárias e secundárias sejam diferentes (nova disposição de coisas e nova representação convencional), o sentido iconológico é bastante semelhante, senão complementar.



5. *Os lictores trazem a Brutus os corpos de seus filhos*, Jacques Luis David, 1789.

---

<sup>90</sup> BACZKO, Bronislaw. *Op. cit.* (p. 50).

Datada de 1789, a representação pictórica é elaborada por um David já mergulhado na ressaca dos acontecimentos. Os motivos, o estilo, as convenções e o princípio transmitido coincidem com os de 1784. A convenção é conhecida. Brutus era primeiro Cônsul da República romana e, com extremo patriotismo, assim como o pai Horácio, mantinha seus deveres públicos acima dos interesses e preferências individuais. No caso, condenou à morte os próprios filhos, que se haviam aliado ao inimigo e atentado contra a República, preferindo exercer com dignidade e probidade seu dever de julgar em detrimento da continuidade de sua linhagem masculina. Observamos, mais uma vez, a cena trágica e o estilo neoclássico – colunas, utensílios e figurino dos personagens. O contraste produzido pelo jogo de luz e sombra acentua a ridícula (para os padrões de hoje) oposição entre dever cidadão e sentimentalismo feminino. Brutus, encarnação emblemática do cidadão-juiz, localiza-se no lado esquerdo da tela, sobre o qual recai uma sombra acentuando sua austeridade. Ele parece dar as costas a lictores e corpos mutilados, que irrompem logo atrás dele sob um trágico jato de luz. O semblante é impassível, embora fossem seus filhos a irromper na encenação, cujo destino ele mesmo havia decretado. Na mão esquerda comprime uma folha de papel (uma sentença?); entre ele e os corpos, interpõe-se simbolicamente o emblema da Pátria Romana<sup>91</sup>, que reencena alegoricamente a condenação como oferta de devotamento patriótico. Brutus era mais cidadão que pai, inclusive diante da morte. As mulheres, por outro lado, emocionam-se e desfalecem. Uma mulher, no extremo direito da tela, esconde as lágrimas com um tecido azul. Novamente a convenção do patriotismo viril em oposição à emoção feminina, relegada ao lar.

Seria demasiado insistir na relevância dessas representações pictóricas para os valores revolucionários. Precisava-se de cidadãos incorruptíveis, austeros, prontos a matar e a morrer em benefício da Revolução e da República<sup>92</sup>. O Esclarecimento tinha exigências específicas; requeria fidelidade refletida e incondicional a princípios políticos abstratos. O cidadão era dramatizado e apresentado como o herói cívico que regaria os sulcos da terra com o sangue impuro dos inimigos, internos ou externos, como já dizia a Marselhesa. Se essas representações exigiam contextos mentais e figuracionais inexistentes entre as massas miseráveis e embrutecidas, os governos revolucionários tinham plena consciência desse desencontro, explicando-se a massiva

---

<sup>91</sup> A percepção é de Starobinski.

<sup>92</sup> O regime republicano não surge já na aurora dos acontecimentos e sim durante o processo revolucionário, com destaque para a República jacobina, que era uma realidade política mais próxima dos interesses populares.

produtividade simbólica do período. O Ano II, ou 1793, destacou-se tanto na originalidade quanto na quantidade de realizações<sup>93</sup> – tendo em vista as intenções doutrinárias dos jacobinos, que pretendiam instruir as pessoas comuns, não se limitando à formulação artística instrumental, como fizeram as fases posteriores da Revolução, mais interessadas na cooptação das massas que na construção da cidadania e da arte revolucionárias.<sup>94</sup>

Nesse período, com efeito, a “aceleração do ritmo artístico atingirá pintores, escultores e arquitetos e constitui uma inovação sem precedente na história da arte”<sup>95</sup>. A arte erudita, contudo, não era o único veículo dos discursos revolucionários e nem seria razoável o fosse. Imaginemos o mais simples *sans-culottes* diante de uma tela de David. Ele poderia apreciar as cores e os desenhos e até emocionar-se com a encenação trágica. Dificilmente compreenderia, porém, a convenção iconográfica ou o conteúdo iconológico subjacente à obra. Não simplesmente pelo embrutecimento que herdou de uma vida de fome, miséria e ausência de instrução formal. Certamente lhe faltariam as chaves simbólicas e convencionais<sup>96</sup> necessárias para compreender a representação. Faziam-se necessários outros meios de divulgação dos valores revolucionários e republicanos; afinal era preciso transformar as pessoas comuns no povo soberano, moldando-as a ideários alheios e elitistas. O teatro, com poucas chances de erro, foi o mais importante deles.

Utilizando-se de linguagem simples e popular, detinha uma função cívica fundamental – a da propaganda política e social. Talvez por isso, no Ano II, tenha-se prescrito a abertura de salas de teatro por toda a França, sempre que a municipalidade contasse com 4.000 cidadãos ou mais<sup>97</sup>. A produtividade era considerável, representando-se feitos e vitórias revolucionários semanas ou dias após seus acontecimentos<sup>98</sup>, teatralizando-os e adaptando-os à linguagem e aos imaginários sociais. O teatro apropriava-se, com efeito, do ódio pelos privilégios, pelos estrangeiros, sobretudo ingleses, e mesclava-os à linguagem satírica (talvez nos limites do pornográfico) e à encenação espetacular<sup>99</sup>. Podemos imaginar como as pessoas comuns estavam mais à vontade nesse ambiente que nos altos círculos artísticos, filosóficos, políticos e

---

<sup>93</sup> BIANCHI, Serge. *Le théâtre de l'an II (culture et société sous la Révolution)*. In : Annales historiques de la Révolution française. N°278, 1989. (p. 425).

<sup>94</sup> Nesse sentido, ver JOURDAN, Annie. *Op. cit.*

<sup>95</sup> “Cette accélération du rythme artistique touchera peintres, sculpteurs et architectes et constitue une innovation sans précédent dans l’histoire de l’art.” [Tradução livre]. (JOURDAN, Annie. *Op. cit.* p. 411).

<sup>96</sup> GOMBRICH, Ernst Hans. *Op. cit.*

<sup>97</sup> BIANCHI, Serge. *Op. cit.* (p. 422).

<sup>98</sup> BIANCHI, Serge. *Op. cit.* (p. 419).

<sup>99</sup> BIANCHI, Serge. *Op. cit.* (p. 420).

acadêmicos. Recodificavam-se as mensagens e os valores, conferiam-se rostos populares a conceitos demasiado elevados. Rostos populares, literalmente. As encenações não só eram realizadas para o povo, mas também por atores dos meios menos favorecidos<sup>100</sup>. O teatro era uma arte mediadora e, ao mesmo tempo em que cooptava os imaginários e as fidelidades, tornava mais acessível os símbolos e fundamentos circulantes na efervescência revolucionária, como é o caso da insistência em se adotarem mártires romanos por influência do neoclassicismo, por exemplo.<sup>101</sup>

Além da relevância das encenações teatrais para difundir conceitos elitistas, havia outras maneiras de veiculá-los com eficácia, especialmente por meio de festas e cortejos revolucionários, verdadeiras procissões cívicas. Para a passagem dos novos indivíduos (regenerados) durante as festividades, sabemos que Paris tinha itinerários específicos e demarcados (dependentes, no entanto, da facção dominante), expressão do conflito entre pulsões utópicas, cidade concreta e realidade histórica<sup>102</sup>. Assim como o indivíduo comum, constituído tanto por virtudes quanto por vícios e malandragens, a cidade opunha sua resistência à transformação utópica, delineando limites físicos e simbólicos aos itinerários festivos. Seus ideários transparentes e sublimes, da mesma forma, eram alterados no momento de encarnarem, decorrência da própria estrutura imagética e espetacular dos eventos de massa – sem falarmos no sincretismo que ocorria no momento da recepção, no como as multidões decodificavam as mensagens.

As festividades eram acontecimentos frequentes e verdadeiro motivo de excitação popular. Embora fossem elaboradas para materializar a racionalidade e os princípios revolucionários, restava muito pouco deles no momento da fruição dos acontecimentos, predominando a ressignificação do evento no contato com a sensibilidade das pessoas comuns. Mantinham, ainda assim, o caráter alegórico, a intenção instrutiva e de conformação das almas, buscando cooptar os imaginários por meio de encenações públicas representando realidades

---

<sup>100</sup> Essa é uma das características marcantes do teatro no Ano II e do governo jacobino em geral. Dava-se espaço às pessoas comuns e, em maior ou menor medida, as medidas políticas eram voltadas mais para esse *quarto estado* que para a população burguesa e endinheirada, cujos interesses não se confundiam com os populares – embora a abstração do terceiro estado como a totalidade da nação se tornasse a vencedora no processo revolucionário. Já no período termidoriano, com efeito, o contexto popular das representações teatrais é suprimido. Nesse sentido, BIANCHI, Serge. *Op. cit.* (p. 429).

<sup>101</sup> BIANCHI, Serge. *Op. cit.* (p. 425).

<sup>102</sup> OZOUF, Mona. *Le cortège et la ville: les itinéraires parisiens des fêtes révolutionnaires*. In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 26<sup>e</sup> année, N<sup>o</sup> 5, 1971. p. 889-916.

cívicas, de heróis e mártires a princípios e deveres. Assim como o teatro, o cortejo festivo aproximava o ideário político e filosófico dominante da racionalidade cotidiana; ao envolverem diretamente a população humilde, essas novas procissões constituíam canais dialógicos destinados a doutriná-la (ou, no melhor dos casos, a emancipá-la).

As influências, no entanto, eram circulares e não unilaterais. A cultura popular recebia as informações a seu modo, dava-lhes um sentido mais ou menos diverso do pretendido, conferindo fisionomia às festividades. Notamos, nessa linha, constituir-se a própria festa em estrutura dialógica, adaptada ao uso e à compreensão das pessoas comuns, tornando-as familiarizadas à nova linguagem e aos novos símbolos políticos, econômicos e sociais – mesmo que o purismo das ideias restasse prejudicado com essa encarnação súbita e forçada. Longe de estarem arraigados na cotidianidade, precisavam ser tematizados e repetidos constantemente, circular em todas as esferas sociais e garantir a aderência à nova organização política – sobretudo quando inúmeros focos de resistência se organizavam dentro e fora da França revolucionária.

As festas, o teatro e as artes visuais, nesse foco, intercomunicavam-se. Artistas eram chamados a conferir sua mágica às festividades, tornando-as imponentes, impressionantes e belas – fossem eles atores dos palcos cotidianos ou pintores e escultores das academias. As festas, particularmente, eram momentos privilegiados de divulgação das diversas formas de representação artística. Dentre os diversos eventos festivos, consideramos a Festa do Ser Supremo um dos mais interessantes, senão o de maior destaque, justamente por ilustrar a complexidade da interação entre artes, religião cívica e cultura popular. Embora seja um dos acontecimentos mais impressionantes de todo o processo da Revolução, não obtém o destaque merecido, talvez por ser demasiado paradoxal. Idealizada por Robespierre e organizada pelo próprio David, a Festa do Ser Supremo desencadeou sentimentos contraditórios. Descontentamento das elites ávidas por Voltaire e seu ateísmo, euforia e regozijo dos populares.

Vimos como os acontecimentos adquiriram dimensão e velocidade mais amplas pela aderência das massas irritadas, devida mais a ódio e fome que a reflexões comportadas e irônicas circulantes em salões e cortes esclarecidas. O pensamento iluminista era elitista e adverso à cultura popular, não tão sublime e comedida. A laicidade não representa uma exceção e está tão distante da pessoa comum quanto qualquer outra ideia abstrata forjada no seio das elites cortesãs. Exceções certamente existem e de ambos os lados. Assim como alguns populares inflamavam-se de ateísmo, por moda ou por (des)crença verdadeira, Robespierre era abertamente favorável às

concepções religiosas - defendendo-as muitas vezes e com diferentes estratégias - e avesso à descrença absoluta propagada pelos ateus, a qual se tornava credence fervorosa e intolerante, muitas vezes injustamente violenta.<sup>103</sup>

À ideia de homenagear divindade e imortalidade da alma, fizeram-se comentários irônicos e depreciativos tanto na Convenção quanto no Comitê de Salvação Pública - equivalentes a nossos Poderes Legislativo e Executivo, respectivamente. O sarcasmo, nessa época, era uma das poucas armas de que se poderiam utilizar os opositores de Robespierre, cuja fama (o incorruptível) e a popularidade eram notáveis e constituíam uma força política perigosa de se contrariar<sup>104</sup>. Se a figura pública era uma farsa, então ele levou a encenação às últimas consequências (inclusive à guilhotina) e nos menores detalhes. Provável acreditasse mesmo na figuração em que estava inserido, caso contrário não conseguiria impor a encenação a companheiros e, especialmente, opositores.

Robespierre, com efeito, era o âmagô do governo jacobino e o homem mais poderoso desse equilíbrio de figurações sociais, usando-se muito pouco desse poder em favor de conforto ou interesses privados. Vivia entre trabalhadores comuns e habitava a casa da família Duplay (Maurice Duplay era marceneiro), com quem se alimentava e dividia episódios cotidianos. Ao contrário de Danton, seu contemporâneo e rival, não adquiriu fortuna pessoal de maneira inexplicável. Era, segundo cremos, a própria encarnação da cidadania revolucionária e do princípio Republicano. Robespierre, impassível e sublime, teria ousado levá-lo a sério e buscado instaurar uma República no sentido ideal do termo – composta de cidadãos preocupados e atuantes, capazes de exercer a soberania popular. Se o momento foi rico em formulação de símbolos, ritos e encenações vinculadas ao poder, tal movimento tirava forças mais da pulsão utópica (regeneração da humanidade) que da manipulação das massas em si, embora esta fosse uma realidade invariavelmente presente antes, durante e depois do processo revolucionário. O regime jacobino tendia ao popular e aos interesses do que podemos chamar *quarto estado*, parcela miserável do terceiro.

Ao que tudo indica, a Festa do Ser Supremo foi uma determinação governamental muito próxima dos anseios populares, o que esclarece o profundo desagrado com que muitos engoliram a determinação de Robespierre – nem todos os revolucionários eram inclinados à população, assim

---

<sup>103</sup> GUILLEMIN, Henri. *Robespierre, político e místico*. Porto Alegre: L&PM, 1989.

<sup>104</sup> KORNGOLD, Ralph. *Op. cit.* (p. 208).

como nem todos os populares eram revolucionários. Talvez ele fosse demasiado próximo da arraia miúda e igualmente distante da influência burguesa. O incorruptível queria instituir uma religião cívica reconhecendo divindade e imortalidade da alma, celebrando-as juntamente com a humanidade, liberdade, igualdade, verdade e justiça. Uma nova fé para o novo homem. Sabemos que a religiosidade era arraigada na sensibilidade cotidiana e desprezada entre as elites – era, afinal, sinônimo de resistência e atraso no século das luzes<sup>105</sup>. Imaginamos, assim, o êxtase das pessoas comuns diante de semelhante festividade, que pretendia unir e redimir todas as religiões, instaurando-se uma em cujo centro estaria a dignidade humana, devida à generosidade do Ser Supremo. Novas roupagens para antigas fidelidades, o cortejo foi magnífico e contou com verdadeira comoção popular. Não bastava ao indivíduo ser consciente, colocar o dever público acima de si mesmo e exercer um júízo incorruptível; o chamado ao sacerdócio era incontornável. Precisava-se atualizar a sacralidade a seu novo contexto, sendo o sacrifício e o martírio as formas mais sublimes de devoção.

Implantada a República, era preciso conferir-lhe legitimidade. Era imperioso criar o povo, materializar o ideal abstrato nas pessoas comuns, tornando-as um conjunto de indivíduos adaptados ao uso do entendimento sem condução de outrem (ainda que para isso fosse necessário um auxílio inicial), preparados para adorar o bem comum e colocá-lo acima de qualquer interesse privado, dar a vida ou tirá-la pela Pátria e, ainda, julgar o próximo sem a interferência das paixões, relegadas ao âmbito do lar e, de preferência, às mulheres. Ainda que fôssemos otimistas, não poderíamos desconsiderar o elemento contraditório subjacente ao processo revolucionário, inclusive no regime jacobino. Se a República revolucionária era a mais sublime manifestação da soberania popular, então seria desnecessária essa normatividade difusa, instituinte do cidadão individual e da cidadania coletiva. A sua imperatividade nos indica um descompasso fundamental entre um governo supostamente popular e as aspirações concretas das pessoas comuns. Se a soberania tornava-se popular, então essa adjetivação tinha pouca ou nenhuma relação com seu sentido cotidiano e mais óbvio; tratava-se, com efeito, de um ideal distante da realidade compartilhada pelos indivíduos comuns. O indivíduo autônomo e racional era tanto o fundamento essencial desse novo regime quanto sua suprema violência.

O próprio discurso do cidadão esclarecido e austero, mais preocupado com a realidade política e a estabilidade da República que com o estômago e vinganças pessoais, continha em si o

---

<sup>105</sup> GUILLEMIN, Henri. *Op. cit.* (p 390).

elemento obscuro ao qual pretensamente se contrapunha. No momento da encarnação, o ideal luminoso deparava-se com a inesperada existência de sombras. A virtude cidadã, no momento histórico em que mais se acentuava, estava intimamente associada à existência difusa do inimigo no corpo social. A Virtude tinha complemento no Terror. Vigorava, de fato, verdadeira paranoia republicana. “O inimigo pode esconder-se em toda parte e deve ser desmascarado de todas as formas pelo cidadão virtuoso: com a vigilância, com a suspeita, enfim com a *dénonciation civique*”<sup>106</sup>. Denúnciação cívica, eis a expressão capaz de resumir toda a questão que pretendemos esclarecer.

A disposição sintática é reveladora, assim como o conteúdo semântico. Observamos, lado a lado, palavras extremas e aparentemente contraditórias. A primeira, *denúnciação*, remete a uma realidade ignóbil, de traição e suspeita, em tese aplicável aos espões arregimentados pela polícia do antigo regime. A segunda, *cívica*, partilha de um léxico sublime e inefável, constituindo-se em adjetivo do sacerdócio idealizado do cidadão. Ao se concretizar, porém, tinha de prestar tributos à tradição e ao passado, que impunham suas restrições à pulsão utópica; da mesma forma, precisava encarnar-se em indivíduos existentes, formados no fluxo histórico de figurações sociais, que a ressignificavam, conferiam-lhe um rosto vivido e não previsto nas teorizações das elites cortesãs.

Não só de denúncias era alvo o *inimigo*; também a anulação simbólica era-lhe aplicada sistematicamente. O levante na Vendéia é exemplar. Após a derrota militar, o governo revolucionário (estávamos no Ano II) iniciou na região a reformulação de símbolos, a adaptação de fatos e personagens à situação política. A vitória e a superioridade militares não eram o suficiente, pretendia-se dominar também as almas, adestrar os imaginários dessa população a tal ponto insistente em permanecer nas trevas da monarquia que se sublevara contra a soberania popular. A dominação, de fato, nunca é meramente física e sempre necessita de legitimidade. Os jacobinos – assim como seus antecessores e sucessores – tinham plena consciência dessa carência, “Pois aqueles que inventam esses novos santos e esses novos mártires intentam

---

<sup>106</sup> “Il nemico può nascondersi ovunque e deve essere smascherato con ogni mezzo dal cittadino virtuoso: con la vigilanza, con il sospetto, infine con la *dénonciation civique*.” [Tradução livre]. (COSTA, Pietro. *Op. cit.* p. 57).

incontestavelmente substituir os antigos; aqueles que criam novos heróis desejam que eles releguem ao segundo plano seus primogênitos da Antiguidade.”<sup>107</sup>

Num passe de mágica (ou política), atos e personagens pertencentes a outras regiões passavam a ser representados na Vendéia. Nos teatros e nos concursos de pintura, (re)inventavam-se heróis populares, que defendiam seus lares e a Pátria dos revoltosos monarquistas, mercenários infames sustentados pelo inimigo estrangeiro. Dentre os símbolos, destacam-se o ferreiro da Vendéia e a heroína de Saint-Milhier, ambos em parte míticos e em parte reais. Tratava-se de investimentos simbólicos politicamente orientados, visando aos imaginários sociais difusos na região insubmissa; os acontecimentos, porém, ocorreram realmente, embora não da forma como eram representados. Houve um ferreiro que enfrentou tropas estrangeiras apenas com o seu martelo, assim como uma mãe de família que protegeu seu lar da violação dos soldados inimigos, ameaçando-os com arma apontada a barril de pólvora.<sup>108</sup>

Se eram fatos heroicos de pessoas comuns (e, talvez, o sejam somente por estarem perdidas suas verdadeiras motivações), nenhum deles teve ocasião na Vendéia, nem foi praticado por um local. Os acontecimentos foram apreendidos alegoricamente, remodelados ao sabor das exigências momentâneas e estabelecidos como padrão de conduta exemplar. Buscava-se criar o inimigo do povo entre a população e anular a ameaça real, encarnada nas sobrevivências monárquicas atuantes na região. Anulavam-se os opositores pela força física e simbólica, dominando-os militarmente e tornando-os seus próprios inimigos. “Assim a propensão a confundir pela própria linguagem os inimigos do exterior e aqueles do interior e também de fazer da Vendéia o protótipo de qualquer insurreição antirrevolucionária pode facilmente conduzir à transferência de heróis vindo de outras regiões para uma Vendéia ao mesmo tempo real e mítica.”<sup>109</sup>

Nossa epígrafe, nesse ponto, adquire plena significação. Faz presente a face obscura da Revolução, a passagem ao ato, o momento grotesco da encarnação. As palavras são proferidas no

---

<sup>107</sup> “Car ceux qui inventent ces nouveaux saints et ces nouveaux martyrs souhaitent incontestablement remplacer les anciens ; ceux qui créent de nouveaux héros désirent qu’ils relèguent au second plan leurs aînés de l’Antiquité.” [Tradução livre]. (LANGLOIS, Claude. *Les dérives vendéennes de l’imaginaire révolutionnaire*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 43<sup>e</sup> anné, N. 3, 1988. p. 774).

<sup>108</sup> LANGLOIS, Claude. *Op. cit.* (p. 772 e 773).

<sup>109</sup> “Ainsi la propension à confondre par le langage même les ennemis de l’extérieur et ceux de l’intérieur et aussi à faire de la Vendée le prototype de toute insurrection contre-révolutionnaire a pu facilement conduire au transfert de héros venus d’ailleurs vers une Vendée à la fois réelle et mythique.” [Tradução livre]. (LANGLOIS, Claude. *Op. cit.* p. 785).

interior de uma barricada por Enjolras, belo e terrível (talvez um novo Robespierre). O sacerdócio cívico atingia seu apogeu, pretendia-se retomar o progresso republicano, interrompido pelos inimigos conspiradores. Era a ocasião do sacrifício de sangue, rito fundamental do civismo revolucionário. A personagem é a representação por excelência da cidadania revolucionária, cujos elementos são a exigência de uma austeridade acima da humanidade concreta, a ética da dedicação incondicional à República e o próprio cidadão-juiz que, se necessário, julga e condena todos os reprováveis à morte, inclusive a si mesmo, tamanhos o seu Esclarecimento e seu juízo universais. Ele mata e oferece a própria vida no altar da pátria. O grotesco desdobra-se em sublime, a morte e o assassinato realizam o ideário iluminista, elevam-se a uma dignidade superior à dos salões e das cortes mais refinadas. A encarnação dos princípios exigia sacrifício, violência e barbárie, indistinguíveis no cotidiano. O ideário iluminista fundamentava e justificava terríveis atuações individuais e coletivas, enquanto estas os reforçavam e lhes conferiam a existência concreta.

O Esclarecimento continha em si forças terríveis<sup>110</sup>, embora estivessem ofuscadas pelas luzes e ideais elevados. Compreendemos melhor, nessa linha, a efervescência da boemia literária, composta por filósofos e literatos iluministas miseráveis e corroídos pelo ódio às elites intelectuais abonadas, e o próprio processo revolucionário, especialmente naqueles pontos de aparência supostamente contraditória, tais como o Terror e o movimento das massas, ambos clara expressão de nosso jogo de luz e sombra. Diríamos, em termos retóricos, existirem as trevas do sublime e o sublime das trevas. Exemplares, nesse foco, as considerações de Starobinski.<sup>111</sup>

Embora confinada no universo do não declarado, a potência obscura também imprimiu suas marcas no campo artístico. Podemos, na verdade, apreendê-la tanto na *figura 4* quanto na *figura 5*, assim como nas festas, cortejos e encenações. Foquemos nas representações pictóricas. A morte é o elemento comum a ambas, ainda que esteja mais evidente na *figura 5* que na *figura 4*. O sangue derramado é o corolário terrível da entrega a interesses superiores. Matar ou morrer

---

<sup>110</sup> Interessante notarmos a constante repetição dessa crítica à unilateralidade do Esclarecimento, do progresso, da civilização, da cultura, etc. Nesse sentido, ver DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Memórias do subsolo*. São Paulo: Ed. 34, 2000; FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010; MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975; ZIZEK, Slavoj. *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo, 2008.

<sup>111</sup> “A Revolução deve seu sucesso, seu ritmo, sua aceleração catastrófica à coalizão imprevista das luzes (ou, se se quiser, do reformismo esclarecido) e do obscuro impulso das multidões irritadas. É a história de um pensamento que, no momento da passagem à ação, é retomado de modo caricatural, substituído, ultrapassado por uma violência que ele não previra e da qual se esforçará por decifrar o sentido e guiar as reações na linguagem autoritária das proclamações e dos decretos.” (STAROBINSKI, Jean. *Op. cit.* p. 48).

em honra e na defesa da pátria são deveres fundamentais da cidadania revolucionária; o cidadão é o homem regenerado, desprendido da existência pessoal em favor de ideais sublimes, realizando-os em detrimento dos sentimentos humanos menos elevados. A dignidade cidadã, porém, continha um anverso obscuro. A morte, a violência absurda e a degradação eram suas mediações necessárias. Se observamos essa tensão nas telas já analisadas, ela se revela de maneira mediada, ao contrário do que ocorre no *Marat assassinado* (figura 6) de David.



6. *Marat assassinado*, Jacques Luis David, 1793.

A tela retrata um acontecimento marcante à época. “Agora Marat já não existia. A 13 de julho de 1793, a faca de Charlotte Corday cortava sua tormentosa existência e criava temporariamente um santo revolucionário”<sup>112</sup>. O fúnebre adquire caráter sublime, imortalizando o herói transfigurado em mártir da República (paraíso revolucionário). Vemos Marat em sua banheira, do tórax para cima, levemente reclinado para trás e para a direita. Na mão esquerda uma carta, resposta à correspondência de Charlotte Corday, folha situada em primeiro plano,

<sup>112</sup> KORNGOLD, Ralph. *Op. cit.* (p. 212).

sobre o simples suporte de madeira. Marat enviaria recursos à mãe de sua assassina. A traição aumenta a dignidade da canonização. Ensanguentada, a faca encontra-se logo abaixo do braço direito, cuja mão ainda sustenta a pena da boa ação. Amparada num móvel coberto por um tecido branco e completando a encenação trágica, a cabeça e sua inclinação nos desvelam o rosto sublime do herói, contrastado com a ferida abaixo da clavícula.

O jogo de luz acentua-lhe a expressão suave, *esclarecendo-a*. Ela parece emanar uma dignidade perpétua e contém paz e tranquilidade profundas. Marca o contraste entre a morte pura e o mártir que oferece sua vida à República. Marat está imerso em glória e honra, adereços de um corpo sem vida. A maneira de David lidar com a morte é desconcertante e significativa. Ela a idealiza, jogando com o sentido das figurações políticas do momento histórico. “O *Marat assassinado*, ‘pietà jacobina’, enuncia magnificamente a solidão fúnebre, para transmutá-la em comunhão segundo o imperativo universal do Terror e da Virtude”<sup>113</sup>. Se a regeneração humana exige o sacrifício de sangue, este a realiza no momento do último suspiro.

O herói Marat é canonizado nos termos da religião revolucionária, independente de seu passado e de sua conduta; torna-se símbolo público a serviço da Pátria, deixando para trás sua humanidade e sua vivência concretas. O homem Marat, por outro lado, pouco se confundia com a reformulação simbólica elaborada por David. Era um homem da boemia literária, cujo ódio pelo antigo regime e seus privilégios garantia-lhe uma posição de destaque entre os acusadores da antiga ordem e a admiração popular. Antes da Revolução, aos olhos das autoridades, era um simples falsário descarado, mais um dentre a massa de miseráveis atuantes no submundo parisiense. Darnton colhe um testemunho representativo de como era visto o santo revolucionário antes de o acaso abrir-lhe algumas portas. Um relatório policial informa: “Marat: charlatão atrevido. M. Vicq d’Azir pede, em nome da Societé Royale de Médecine, sua expulsão de Paris. É de Neuchâtel, na Suíça. Muitos doentes morreram em suas mãos, mas tem diploma de médico, sem dúvida comprado.”<sup>114</sup>

De charlatão a herói, de médico falsário a mártir. As oportunidades haviam surgido e ele as soube aproveitar. A força das figurações sociais, de sua própria imagem pública, certamente o induzia a atuar (e acreditar na encenação) de acordo com as expectativas e condutas de outros figurantes. Do submundo ao topo da sociedade revolucionária, uma ascensão social meteórica

---

<sup>113</sup> STAROBINSKI, Jean. *Op. cit.* (p. 84).

<sup>114</sup> DARNTON, Robert. *Op. cit.* (p. 37).

garantiu-lhe a adesão calorosa das pessoas comuns e a santidade cívica, sancionada pela arte de David. Somente por este motivo, talvez, sua imagem nos impacta e chega a nós com tamanha força, visto suceder-se à queda dos jacobinos toda uma nova reelaboração simbólica, relegando-se os heróis e mártires antecedentes ao esquecimento e à infâmia. Tratava-se de reformular os fundamentos republicanos, de torná-los menos populares e mais burgueses. Era a vez da elite revolucionária, da oposição conservadora exercer o poder e construir a nova República. Iniciava-se a consolidação de uma narrativa oficial, que sancionaria posteriormente as características fundamentais do processo da Revolução.

Seria, a partir de então, um movimento glorioso, guiado por princípios sublimes e empreendido por indivíduos esclarecidos e laicos, capazes de tudo julgar com base numa consciência imparcial. As pulsões utópicas e a crença verdadeira eram recalcadas junto com o jacobinismo, a nova ordem privilegiava as forças conservadoras e os valores da elite burguesa. As artes, mais uma vez, não ficaram indiferentes à nova sensibilidade política. As encenações teatrais perdiam o caráter politizado e adquiriam a função de distrair as massas famintas; a comédia e a sátira substituem as peças inflamadas e patrióticas<sup>115</sup>. As festividades contornam qualquer tema capaz de lembrar as incitações jacobinas, especialmente a ideia de Ser Supremo. O governo do povo negligenciava a cultura popular, as aspirações e as esperanças dos indivíduos menos favorecidos; acentuava, por outro lado, os valores e os interesses da nova elite<sup>116</sup>. As artes visuais são expressão viva dessa nova orientação política, especialmente se analisarmos as características da alegoria republicana.<sup>117</sup>

A *Marianne* e seus adereços, quando avaliados em suas variações históricas, revelam-nos mais que princípios universais e imutáveis encarnados em representações artísticas. Eles exprimem o conceito de república dominante num dado equilíbrio de figurações sociais e testemunham a favor de nossa hipótese, segundo a qual não existe a *República* e sim figurações políticas de soberania, mais ou menos fiéis aos discursos republicanos que as perpassam,

---

<sup>115</sup> BIANCHI, Serge. *Op. cit.* (p. 429).

<sup>116</sup> Não se tratava, na verdade, de uma elite tão nova quanto geralmente se pensa. As possibilidades de ascensão social da burguesia eram bastante razoáveis já nas sociedades de corte. A nobreza togada, por exemplo, era composta por burgueses enriquecidos e, frequentemente, seus figurantes detinham a mesma dignidade atribuída a indivíduos da nobreza de espada, senão maior. Isso explica como o Iluminismo e seus ideais, doutrina gerada sob o antigo regime e entre cortesãos, encontrou herdeiros fiéis na burguesia, pois há muito estava mais próxima da sensibilidade aristocrática que da popular.

<sup>117</sup> AGULHON, Maurice. *Esquisse pour une archéologie de la République. L'allégorie civique féminine.* In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 28<sup>e</sup> année, N. 1, 1973. (p. 5-34).

fundamentam e justificam; algumas mais populares, outras mais elitistas, todas são incapazes de realizar plenamente seus preceitos fundamentais, de concretizar seu substrato discursivo, demasiado acadêmicos para tomarem parte no cotidiano e na sensibilidade das pessoas comuns. Apesar de radicalizadas em alguns momentos, como o que se convencionou nomear Terror, logo voltaram ao berço elitista de origem.

Se foram múltiplos os modelos de *Marianne*, nomenclatura convencional designando a alegoria feminina da república (também da liberdade, razão e natureza), cremos ser possível destacar duas variantes principais, que se desdobraram no processo de consolidação da República francesa. A primeira surge e propaga-se durante a efervescência revolucionária, adquirindo as características exigidas pelo derramamento de sangue e pelo contexto conflituoso. Símbolo político, o barrete frígio era incontornável e invariavelmente adornava a cabeça das deusas republicanas; tratava-se, afinal, de alegorias próximas das figurações populares e, coerentemente, adotava símbolos associados a tal realidade. Portar armas também era uma característica comum dessas representações, geralmente sabres ou lanças, signos indicativos da natureza guerreira da ordem política vigente e de seus cidadãos. Belicosa e popular, essa representação revolucionária seria reivindicada por figurações e eventos históricos posteriores, tais como a esquerda radical e a Comuna de Paris. Não raro, ademais, associava-se a uma bandeira vermelha. De grande valor e capaz de ilustrar essa primeira vertente iconográfica, o testemunho destacado por Agulhon merece nossa atenção. Trata-se de um inventário de emblemas sediciosos encontrados em uma Sociedade Popular da Provença.<sup>118</sup>

À imagem da República guerreira opõe-se a representação da República consolidada. Se a primeira adorna-se com signos associados às pessoas e à vivência comuns, à bravura e a belicosidade cidadãs, a segunda, por outro lado, apresenta-nos motivos bastante diversos. Não vemos mais uma alegoria guerreira, de pé e em armas, expressão severa lembrando a todos do débito de sangue devido à Pátria. Há alteração de postura. Ela se apresenta sentada e com

---

<sup>118</sup> “Uma deusa da liberdade, de tamanho natural, pintada sobre papel cinza, adornada co barrete frígio pintado em vermelho, tendo numa das mãos uma bandeira da mesma cor e, na outra, um sabre; ela tem o pé sobre o ventre de um homem de tamanho natural e no alto dessa efígie lê-se a seguinte inscrição, em letras vermelhas: Liberdade Igualdade Fraternidade. Morte aos Tiranos. República francesa. Organização do Trabalho.” (Une déesse de la liberté, de grandeur naturelle, peinte sur papier gris, coiffée du bonnet phrygien peint en rouge, tenant d’une main un drapeau de même couleur, et de l’autre un sabre ; elle a le pied sur le ventre d’un homme de grandeur naturelle, et sur le haut de cette effigie on lit l’inscription suivante, écrite en lettres rouges : Liberté Égalité Fraternité. Mort aux Tyrans. République française. Organisation du Travail. [Tradução livre]. AGULHON, Maurice. *Op. cit.* p. 11).

expressão pacífica; crianças ocupam o lugar das armas e os antigos símbolos (agora considerados subversivos, associados à esquerda radical) são substituídos por novos, denotando seu progressivo distanciamento das esperanças e aspirações populares. O barrete frígio, por exemplo, não sobreviveu ao novo equilíbrio de figurações sociopolíticas da III República. Estava profundamente vinculado aos indivíduos menos favorecidos e era constantemente apropriado pelas figurações políticas e sociais de que faziam parte. O equilíbrio sociopolítico se havia alterado, não surpreendendo, assim, “que nos anos 80 [do século XIX], época em que o barrete vermelho ainda estava ligado à Comuna e (no *Midi*) às Mariannes dos Círculos radicais de extrema-direita, o governo tenha preferido um busto feminino *sem barrete*, adornada de uma coroa de louros simplesmente completada por uma estrela e portando, ademais, sobre a fronte uma faixa onde se lê «Honra e Pátria»<sup>119</sup>. Antes de uma guerreira com rosto e símbolos populares, vemos uma figura maternal burguesa acolhendo seus filhos<sup>120</sup>, por mais diferentes que sejam e independente de integrarem a direita ou a esquerda, de pertencerem à elite ou à massa de miseráveis.

Embora a simbologia exprimisse integração e acolhimento gerais, sabemos os resultados concretos do novo regime (a exploração cruel e desumana, acobertada pela sanção oficial), consistindo o próprio deslocamento discursivo e simbólico em sintoma característico da consolidação de uma nova ordem política e social, voltada à pacificação dos indivíduos e à estabilização das múltiplas figurações estruturantes da vivência naquele momento histórico. As tensões e os interesses nele vigentes afastavam-se das forças atuantes no processo revolucionário, refletindo-se, ambas, em modelos diversos de governo, cujas diferentes orientações políticas e aspirações se acentuaram no campo das artes, contrapondo-se às trágicas e violentas representações revolucionárias as sóbrias e maternais expressões burguesas. Consagrando-se como a realização dos princípios reivindicados no século anterior, impedidos de redimirem as mazelas sociais pelos excessos revolucionários, a República consolidada institucionalizava novas formas de violência, favoráveis às elites e prejudiciais às pessoas comuns.

Profundamente diversas e, no entanto, ambas se declaram Repúblicas. Guerreira ou maternal, popular ou elitista, os dois complexos de representações reivindicam legitimidade e

<sup>119</sup> “Il semble bien en effet que dans les années 80, époque où le bonnet rouge était encore lié à la Comune et (dans le Midi) aux Mariannes des Cercles radicaux d’extrême-gauche, le gouvernement ait préféré un buste de femme *sans bonnet*, coiffée d’une couronne de lauriers simplement complétée par une étoile, et portant en outre sur le front un bandeau où se lisent «Honneur et Patrie».” [Tradução livre]. (AGULHON, Maurice. *Op. cit.* p. 27).

<sup>120</sup> AGULHON, Maurice. *Op. cit.* (p. 11).

ideário republicanos, concretizando-os de maneiras muito distintas. Antes de características ideais geralmente atribuídas à República, interessou-nos a realidade contraditória encontrada nos detalhes produzidos por regimes políticos republicanos, nas significações de seus emblemas e alegorias, nos princípios de que são encarnação seus heróis. Procuramos destacar, primeiro, indícios capazes de revelar uma forte distinção de conteúdo entre a república da efervescência revolucionária (popular, terrível e sublime) e aquela da consolidação do novo regime (elitista, conservadora e hipócrita); segundo, o caráter mítico dos fundamentos republicanos, alheios à sensibilidade e às demandas do indivíduo comum, mesmo em ordens políticas voltadas aos menos favorecidos (quarto estado). Desprovidos de filosofia e transbordantes de ódio e fome, os miseráveis apreendiam o sublime com os quadros mentais de que dispunham.

## TRÊS.

*O extravasamento das visões de república (...) não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos e os mitos.*

*José Murilo de Carvalho.*

*Meus irmãos, que aproveita se alguém disser que tem fé, e não tiver as obras? Porventura a fé pode salvá-lo?*

*Tiago 2:14.*

A primeira carruagem tinha o seu cocheiro e o seu lacaios, fardados de castanho, botões de metal branco, em que se podiam ver as armas da casa. Cada uma das outras tinha apenas o cocheiro, com igual libré. E todas as três se puderam a andar, estas atrás daquela, os animais batendo rijo e compassado, a golpes certos, como se houvessem ensaiado, por longos dias, aquela recepção. De quando em quando, encontravam outros trens, outras librés, outras parselhas, a mesma beleza e o mesmo luxo.<sup>121</sup>

Em *Esau e Jacó*, a partir de cena em que a gente Santos faz cortesia à gente Batista, oferecendo-lhes recepção literalmente cortês, Machado de Assis nos desvela realidade bastante peculiar. Observado o episódio fora de seu contexto narrativo, mesmo aos menos desavisados pareceria intrigante se lhes disséssemos que se passa em períodos de República recém-proclamada. Os detalhes, com efeito, remetem menos ao imaginário republicano que ao monárquico. Mantinham-se cocheiros e lacaios, elegantes fardas e librés, tudo coroado por carruagens e brasões, que não perdiam a atualidade, posto estivessem banidas Monarquia e titulações da realidade político-jurídica.

Não apenas a gente Santos ostentava beleza e luxo. Essa parecia ser a linguagem comum à maioria e ao cotidiano; as ruas exuberavam, assim como os ganhos escusos e especulativos decorrentes do encilhamento, consequência de um capitalismo sem ética protestante<sup>122</sup>. A distinção continuava a impregnar os imaginários, em suas diversas vertentes, e contrariava a igualdade anunciada pelo republicanismo, cujo principal instrumento era a lei; da mesma forma, o governo do povo pelo povo era desenganado pelo domínio político das elites, as mesmas que outrora almejavam a queda do Império. O Brasil, se não era monárquico, também não era republicano. A situação político-jurídica era bastante particular e não negava os trópicos a que se

<sup>121</sup> MACHADO DE ASSIS. *Esau e Jacó*. São Paulo: Martin Claret, 2001. (p. 138).

<sup>122</sup> “A corrupção e a negociata voltaram a caracterizar o novo regime, fazendo com que o antigo, acusado antes de corrupto, aparecesse já como símbolo de austeridade pública.” (CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* [1990]. p. 30).

filiava. No intento de compreendê-la melhor, dedicaremos uma reflexão à tensão de imaginários vigente nos últimos momentos do antigo regime tropical.

Chegada à colônia americana, a realeza lusitana voluntária ou involuntariamente iniciou um longo processo de diálogo, estava destinada a transformar-se, a adaptar-se à nova realidade sócio-histórica<sup>123</sup>. Para captar adesão e fidelidades, realizava pequenas emendas em seus rituais e festas, adotando elementos capazes de repercutir nas mentalidades subjacentes, estimulando-as e associando-as a um regime europeu. Embora fosse estudo interessante, não cabe aqui uma análise completa dos ritos e símbolos monárquicos no Brasil, pois nos não propusemos a tanto. Ademais nos faltaria o conhecimento. Basta apegarmo-nos a nosso objeto, restringindo a reflexão ao II Império e à formação da figura pública do monarca, que encarnava toda a *dignitas* da realeza e, portanto, era uma representação indissociável do próprio regime, de acordo com o imaginário político característico do período<sup>124</sup>. Dom Pedro II era o eixo simbólico da Monarquia; sua imagem pública representava sobriedade, serenidade e constância, independente de suas características pessoais<sup>125</sup>. Era a representação oficial e, nesse caso, individualidade e vida privada pouco importavam.

O II Império, ao menos na melhor fase, foi muito hábil em cooptar a aceitação popular. Aos símbolos de poder característicos da realeza, associavam-se elementos locais; aos rituais imanentes à monarquia, associava-se a participação do monarca nas festas populares, já impregnadas de reis, rainhas e senhores. “*Com seu manto verde como a nação, a coroa e a murça de penas de papo de tucano, mais próprios a um ‘Luís XIV dos trópicos’, d. Pedro II dialogava com seus súditos, assim como eles o reimaginavam valendo-se de leituras particulares*”<sup>126</sup>. Já tivemos a oportunidade de tecer considerações sobre a *recepção*, essencial para a efetividade de um imaginário político e para o diálogo entre poder e cultura popular. A aceitação da Monarquia, a estabilidade que adquiriu no II Reinado, deveu-se em parte à aceitação que as massas tributavam ao regime, mesmo que para tanto o reinterpretassem segundo seus próprios

---

<sup>123</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras do artistas franceses na corte de D. João (1816-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>124</sup> Sobre a teorização da soberania no antigo regime, parece-nos incontornável o estudo de Kantorowicz, *Os dois corpos do rei*, ainda que trate de um caso específico. Quanto ao conceito de *dignitas*, existência majestática que nunca morre, cabe ressaltar o seguinte trecho: “O rei individual pode morrer; mas o Rei que representa a Justiça soberana e era representado pelos juízes supremos, não estava morto; continuava sua jurisdição incessantemente mediante a atuação de seus oficiais, ainda que seu corpo natural tivesse expirado.” (KANTOROWICZ, Ernst H. *Op. cit.* p. 252). O rei era, ao mesmo tempo, pessoa real e ficta.

<sup>125</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*

<sup>126</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* (p. 17).

imaginários (suas próprias realidades cotidianas). As festas e comemorações, povoadas de figuras majestáticas, eram o complemento dos ritos oficiais e da figuração cortesã. “*De toda forma era a monarquia que, simbolicamente, ‘tropicalizava-se’.*”<sup>127</sup>

Nem tudo são vacas gordas. Após largo período de estabilidade, a Monarquia tropical começava a dar sinais de *decadência*, ao menos assim compreendidos pelo grosso da população (inclusive as elites). Depois de viagens à Europa, do contato com a *civilização*, o Imperador procurou deslocar sua imagem pública, reduzindo ao máximo, ou até extinguindo, diversos rituais caros à realeza. Deixava de representar o soberano divino, aparatado de símbolos dialogando com diversas culturas, para assumir o aspecto de monarca cidadão, que, se tinha algo de simpático e atual no contexto europeu, pouca simpatia encontrava no brasileiro<sup>128</sup>. Tratava-se, com efeito, de uma figuração estranha e estrangeira, afastada tanto dos imaginários das elites quanto dos populares.

Ao mesmo tempo em que se tornava incompreensível para a grande maioria, desprendia-se da vida política e de suas necessidades, cada vez mais recluso aos estudos e à vida privada. Censuravam-lhe a simplicidade de indumentária, palácios e carruagens, comportamento oposto às impressões de Machado de Assis abrindo este capítulo. A capital republicana parecia ser mais monárquica que o velho Imperador. Ora, à Monarquia ritos e símbolos não eram meros adereços (como não o são aos demais regimes, guardadas as devidas proporções); etiqueta e ética da ostentação, pelo contrário, compunham o próprio cerne da realeza, como bem destacou Elias<sup>129</sup>. Deixando-as, abandonavam-se também investimentos simbólicos fundamentais ao regime, especialmente em face da onda republicana que fermentava no país.

Estávamos no *século do progresso* e o republicanismo chegava ao Brasil juntamente com as ondas de modernidade e imigração; à época, o imaginário republicano apoiava-se sobre argumentos muito fortes, menos por serem verdades que por encabeçarem a ordem do discurso então vigente. Em seu jogo dicotômico, tal imaginário associava Monarquia a atraso, primitivismo e engodo; República a democracia, progresso e verdade. Se atualmente a análise desse discurso revela-o um tanto caricato, não podemos negligenciar a força que detinha em seu momento histórico, ao menos entre as elites ilustradas, mais familiarizadas com o ideário europeu. As pessoas comuns e mesmo boa parte dos dominantes nada tinham de republicanos.

<sup>127</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* (p. 78).

<sup>128</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* (p. 414).

<sup>129</sup> ELIAS, Norbert. *Op. cit.* [2001].

Por agora, basta-nos delinear algumas características desse imaginário que fermentava às vésperas do novo regime.

O progresso era a pedra de toque dos discursos republicanos, habilidosos em relegar ao atraso a ordem monárquica. A associação, ademais, era tida como *natural*, consequência da evolução e do esclarecimento dos homens. Assis Brasil, republicano e aristocrata rural, explica-nos existirem apenas duas formas de governo legítimas. O absolutismo, destinado a povos em estágio primitivo de evolução, e a república, típica daqueles que superaram as trevas do atraso, “*enveredando normalmente pela senda da civilização*”<sup>130</sup>. A Monarquia Constitucional, nessa linha, seria uma anomalia, uma perturbação da escala evolutiva natural a todas as sociedades. A mistura de constitucionalismo com Monarquia buscava reunir elementos contrários, constituindo-se em regime político deformado e antinatural, cuja consequência incontornável seria a estagnação, “*porque as anomalias não progridem. A ordem pois, nas suas mãos, traduz-se fatalmente no estacionamento perpétuo.*”<sup>131</sup>

A queda monárquica, assim, era vista como questão de tempo, afinal uma ordem anômala não poderia perdurar por longos períodos; logo a artificialidade se desfaria por si mesma, “*abrindo passagem ao advento natural da república, que está destinada a ser a salvação da pátria*”<sup>132</sup>. Salvação, naturalidade e progresso, eis as vantagens da *solução* republicana ao impasse da nação, que definhava sob os entraves de um regime deformado, ao qual se atribuía não apenas o atraso geral da sociedade; também a antinaturalidade que o causava. O Brasil, a não ser pela forma de governo, não encontraria qualquer outro obstáculo à livre ascensão do progresso, tal como verificada na França e nos Estados Unidos, bastando, para tanto, a pura e simples alteração da forma de governo. Todas essas *verdades* estariam marcadas pela evidência, facilmente atingível pelo uso correto da razão, afinal “*A lógica e o bom senso são, antes de tudo, os mais imperiosos motivos para a adoção da crença republicana.*”<sup>133</sup>

Embora estivesse concentrada em algumas províncias, principalmente São Paulo, e entre as elites ilustradas<sup>134</sup>, a discursividade republicana beneficiava-se da liberdade de imprensa vigente sob o antigo regime. Proliferavam revistas para divulgar e anunciar a nova ordem,

<sup>130</sup> BRASIL, Assis. *A república federal*. 2ª ed. São Paulo: Typographia King, 1885. (p. 34).

<sup>131</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.* (p. 44).

<sup>132</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.* (p. 106).

<sup>133</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.* (p. 248).

<sup>134</sup> Se é certo que em fins do Império também as elites não ilustradas aderiram ao republicanismo, não estavam interessadas em ideários, mas em destituir um governo contra seus interesses.

periódicos veiculando mais ou menos o imaginário delineado a partir de Assis Brasil, legítimo republicano brasileiro. Difundiam-se a tal ponto que mesmo no Paraná, província periférica sob o Império<sup>135</sup>, contava-se com uma revista de orientação republicana chamada *A Galeria Ilustrada*. Ela era a fonte de divulgação do novo imaginário político na capital da província e, embora fosse um periódico local, vinculava-se a um projeto nacional de difusão do ideário republicano, de modo a ser possível delinear esses ideais a partir de testemunhos locais que os concretizam. O local, se é particular, também reflete os princípios atuantes no centro, com ele dialogando.

“Nós, pois, com a monarchia de direito divino, estamos atrasados de um seculo; sinão muitos seculos”<sup>136</sup>, afirmava Chichorro Júnior, destacando o necessário atraso de um regime contrário às leis naturais, que mantinha como fundamento do governo um princípio arcaico e destoante dos novos estágios de progresso e civilização, isso “Porque, ha um seculo, a Revolução Francesa proclamava os direito imprescritiveis do homem, ao passo que, hoje, temos a monarchia de direito divino. E o direito divino é a negação do direito natural”<sup>137</sup>. Ora, à Monarquia não bastava atribuir toda a disparidade do país em comparação a outras nações (principalmente França, mas também EUA) encabeçando o rumo do progresso pela simples circunstância de serem republicanas; ela seria também contrária ao *direito natural*, violando-o por falsear o embasamento do governo político, aplicável a todos os lugares e descoberto pelo triunfo da razão. Tratava-se, segundo esse imaginário, de um poder ilegítimo, contrário ao alicerce do regramento natural, razão pela qual seriam benéficas tanto a ruína monárquica quanto a antecipação do evento redentor. Somente assim a pátria entraria no compasso do progresso, medido a parâmetros europeus, pois, até então, o Brasil representava “um papel retrogrado na historia.”<sup>138</sup>

Era questão de tempo e, ademais, “Era logico: com a morte do direito divino, desacreditado no tribunal da historia, devia surgir o direito natural, ou humano, plantado em cada consciencia, pela experiencia dos séculos”<sup>139</sup>. A história, por vezes, oferece à reflexão esse tipo de ironia. Fundamento secular da monarquia divina, o direito natural sofrera um amplo

---

<sup>135</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996. (p. 123).

<sup>136</sup> *A Galeria Ilustrada*. 10 de junho, 1889. (p. 4).

<sup>137</sup> *A Galeria Ilustrada*. 10 de junho, 1889. (p. 4).

<sup>138</sup> *A Galeria Ilustrada*. 10 de junho, 1889. (p. 3).

<sup>139</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.* (p. 108).

processo de ressignificação, passando a referir-se antes à razão humana que à ordem das coisas<sup>140</sup> e, assim, de alicerce a contraponto da realeza divina. Ela e sua ordem seriam antinaturais por enganar a natureza humana, submetendo-a à degradação do retrocesso, ou, no melhor dos casos, da estagnação. Estávamos no *século do progresso* e ele tornava-se parte do regramento natural que regia a evolução das sociedades e regimes políticos, era direito imprescritível e conquista da *humanidade*, não havendo violação maior que a falsidade perpetrada pela Monarquia, particularmente o dissimular do poder arbitrário por meio de uma constituição. O engodo seria o próprio âmago do antigo regime, pois “*as ficções são inerentes á sua essencia, porque de uma ficção, isto é, de um embuste nasceu ella.*”<sup>141</sup>

Nada mais justo e natural que a queda de tal ordem política, iníqua e corrupta por essência. Os sinais de desgaste apresentados ao final do II Império, nesse prisma, eram apreendidos como incontornáveis, bastando usar o bom senso para se saber que nenhuma virtude, nenhum bom governo, poderia decorrer de um sistema de poder anormal, o qual, em consonância com seu caráter, daria à luz apenas produtos disformes, desdobrando-se ora em formulações ultrapassadas que embruteciam o povo, ora em entraves à livre trajetória da pátria, *naturalmente* destinada ao progresso e à república. “*À nossa monarchia, ao nosso imperio, em particular, todos sabem o que nós, brasileiros, devemos: o atraso em todos os sentidos, e, o que é peor, a formidavel borrasca que nos aguarda no futuro*”.<sup>142</sup>

Ademais, ao impedir o Brasil de avançar, perseguir suas aspirações inatas, essa ordem decadente preparava-lhe um futuro incerto e tempestuoso, repleto de conflitos e sublevações, razão pela qual sua queda não seria apenas benefício geral; também dever dos indivíduos esclarecidos (os republicanos), exercido em benefício do interesse comum. Cabia-lhes desvelar toda a mística monárquica, atacar seus fundamentos, despi-los de sua aparência sofisticada e revelá-los em toda sua deformação ao povo rude, subjugado e embrutecido por um sistema de governo que o alienava da *verdade* e do *bom senso*<sup>143</sup>. Visto que o não instruíam nas verdades políticas e naturais, caberia aos iniciados revelar-lhe seu exato interesse. Às pessoas comuns era preciso desvelar suas verdadeiras aspirações, independente do que pensassem.

---

<sup>140</sup> VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

<sup>141</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.* (p. 32).

<sup>142</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.* (p. 173).

<sup>143</sup> “[Os republicanos] não podemos acreditar piamente nas virtudes dessa contemplação mystica. Isto, afinal de contas, é uma simples questão de bom senso.” (BRASIL, Assis. *Op. cit.* p. 140).



6. - *Requiescat in pace. Amen. – Leitores: Resta apenas um dia para terminar o anno de 1888. Quantas illusões cahiram dentro do sacco do tempo! Que Deus o tenha em sua santa gloria...dentro do sacco.- Requiescat in pace.-Amen!*<sup>144</sup>

<sup>144</sup> A *Galeria Ilustrada*. 30 de dezembro, 1888. (p. 36).

Os traços gerais do imaginário republicano até aqui expostos nos fornecem as chaves de compreensão da *figura 6*. A *Galeria Ilustrada* contava com serviços de Narciso Figueras, litógrafo de qualidade, que mantinha na revista uma série de ilustrações, nomeada *A Gaveta do Diabo*. Fugindo à regra, nossa figura ostenta o título *Quadro da Actualidade*, talvez mais incisivo para o momento e o tema. Destinada a circular no penúltimo dia de 1888, contém síntese das então correntes críticas republicanas ao regime monárquico. Começamos pela figura peculiar ocupando o centro da ilustração. Nela se concentram religiosidade, decrepitude e esgotamento; trata-se de um anjo da morte, fato notável pela presença de asas e da foice característica, sendo incomum a forma de representá-lo; não um ser alado terrível, digno de temor, mas um velho decrepito e desgredado, mal conseguindo sustentar-se nas pernas. Curvado e decadente, o anjo representa o fundamento divino da monarquia, associando ao ultrapassado tanto sistema político quanto justificação. De acordo com a mensagem abaixo da ilustração, nem deus escapa à crítica, confundindo-se também com a figura alada (“*Que Deus o tenha em sua santa gloria...dentro do sacco*”), a qual frouxamente segura o *sacco do tempo* na mão esquerda.

O tempo também possui uma significação fundamental na *figura 6* e se encarna em três objetos, o já conhecido *sacco do tempo* e dois calendários, um monárquico, outro republicano. O saco do tempo, voraz, engole os últimos dias da monarquia, revelando-nos pertencerem eles ao passado, no qual devem ser mantidos juntamente com as ilusões que ostentaram e sustentaram. Acima, encontra-se o calendário monárquico, em seu último dia, simbolizando o fim de um ciclo; o anjo decrepito dedica-lhe um olhar profundo e está prestes a arrancar à era monárquica a derradeira folha. Abaixo do *31 de dezembro*, levemente erguido pela mão senil, vemos o anúncio do fim, que se refere antes ao antigo regime que ao ano então corrente. Anunciava-se a queda do Império, desejando-lhe ironicamente<sup>145</sup> um *resquiescat in pace* (descanse em paz) no passado e no esquecimento, aos quais por direito pertencia. A ruína da monarquia vinha da própria morte, inevitável consequência dos novos tempos. Aconteceria naturalmente; da mesma forma, a ascensão da república, representada pelo calendário abaixo do monárquico, aguardando para ser alçado à ordem do dia. Símbolos republicanos denunciam a associação, sendo mais evidente o busto de uma *Marianne* encabeçando a abertura de 1889, centenário da Revolução Francesa.

---

<sup>145</sup> Como o descrédito tributado ao direito divino é um dos elementos centrais da imagem, não deixa de ser irônica a referência a um rito eclesiástico consagrado na frase *Anima eius et animae omnium fidelium defunctorum per Dei misericordiam requiescant in pace* (Que sua alma e a de todos os defuntos fiéis, pela graça de Deus, descansem em paz).

Repleta de formas (neo)clássicas, também a moldura do calendário indica a filiação republicana. A sucessão era certa e inevitável, bastava arrancar a última página.

Em termos jurídicos, a ilustração de Narciso Figueras, concentrando mensagem complexa em símbolo de recepção quase espontânea, consistia em ataque feroz aos fundamentos constitucionais do Estado monárquico, ao menos àqueles associados à realeza. Se tivermos a curiosidade de analisar os alicerces da Constituição de 1824 observaremos que a primeira menção no documento, ainda antes do título primeiro, é “EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE”, ou seja, a formulação da Carta se fazia por delegação divina, em nome de deus. Típica das monarquias, essa espécie de *norma fundamental*<sup>146</sup> estava em questão e era ironizada como um fundamento vetusto, comparada a velho decrépito e decadente na *figura 6*, ou simplesmente considerada atraso abominável, entrave ao livre desenrolar do progresso. Ademais, segundo o art. 5º da Carta, embora outras religiões fossem permitidas, desde que discretas, o catolicismo era a religião oficial do Império. As próprias leis imperiais eram promulgadas “*por graça de Deos*”<sup>147</sup> (e aclamação dos povos). Desbancar o direito divino, portanto, era desferir ataque contra realeza e ordem jurídica ao mesmo tempo, visto enraizar-se a ideia de divindade no imaginário jurídico e político do Império.

Mas nem toda crítica republicana ao Império visava a fundamentos divinos, atraso e direito natural. Esse imaginário também continha alvos bem mais concretos, que, por sua vez, também contradiziam alicerces jurídico-constitucionais, sendo estes principalmente o sistema representativo e a monarquia hereditária<sup>148</sup>. Era corrente o ataque aos privilégios e à política da patota, de que as elites utilizavam-se para reforçarem posições e engrossarem patrimônios, impedindo os mais capacitados de alcançarem posições de prestígio dentro ou fora do Estado. Segundo os editores de *A Galeria Ilustrada*, na seção *A Opinião*, “*A politica monarchica, longe de curar dos grandes interesses e bem estar desta nação; de tornar-se a alavanca de todo o nosso engrandecimento, não é mais do que um negócio, de que lançam mão os feudaes para*

<sup>146</sup> KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (p. 215-246).

<sup>147</sup> Os termos constitucionalmente estabelecidos para promulgação de leis eram: Art. 69. A formula da Promulgação da Lei será concebida nos seguintes termos - Dom (N.) por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte (a integra da Lei nas suas disposições sómente): Mandamos por tanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução do referida Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Nogocios d.... (o da Repartição competente) a faça imprimir, publicar, e correr.

<sup>148</sup> Trata-se, fundamentalmente, da forma de governo imperial, criticada por ser contrária à natureza: Art. 3. O seu Governo é Monarchico Hereditario, Constitucional, e Representativo.

*subirem ao pinaculo dos seus doirados castellos*”<sup>149</sup>. Nesse estrato, era antes a tendência monárquica a favorecer os protegidos e apadrinhados que a forma de governo em si a causa dos males da pátria, desviada de seus interesses e engrandecimento por elites ávidas de saque, tornando “degradante o espetáculo que a nossa politica constantemente offerece aos olhos do observador sensato.”<sup>150</sup>

Vivia-se o império da negociata, acordos escusos e favorecimentos detestáveis, que faziam da política e do Estado domínio de poucos e miséria de muitos. Não surpreendia o fato de estar com os dias contados. “*Seja como for, o certo é que essa riquissima Casa Comercial está na espinha, n’uma «quebradeira» de Satan de opera comica. Que a leve a bréca!*”<sup>151</sup>, dizia Valentim Magalhães num artigo intitulado *Mundo & Comp.*, associando o Império a uma casa comercial decadente e à beira da falência, tamanha a avidez com que seu sócio oculto praticava a fraude financeira. Na mesma linha, explica ser “*o personagem que se encapota no anonymo daquelle Comp., o sustentaculo da firma e do estabelecimento. O «mundo» é um individuo hypothético, verdadeiro testa de ferro*”<sup>152</sup>.

Ora, se estado e governo tinham por fundamento elites gananciosas e patrimonialistas, cheias de privilégios e gordos quinhões, então o Imperador, junto com seu quarto poder<sup>153</sup>, não passaria de títere preso a cordões que o manipulavam de antessalas obscuras, nas quais se divertiam os verdadeiros donos do poder. A figura constitucional do monarca era desacreditada; de soberana, tornava-se vassala de interesses alheios a si e à nação. Para completar, Magalhães adiciona, “*Rei morto, rei posto! Indo este, virá outro peor! Não façamos como as rans da fabula: não insultemos este mundo*”<sup>154</sup>. Remetendo a uma sucessão do trono altamente impopular, antes pelo conde D’Eu<sup>155</sup> que pela princesa Isabel, explicitava não merecer o monarca insultos, mas piedade; não era detestável, mas digno de compaixão.

<sup>149</sup> *A Galeria Ilustrada*. 20 de janeiro, 1889. (p. 50).

<sup>150</sup> *A Galeria Ilustrada*. 20 de janeiro, 1889. (p. 50).

<sup>151</sup> *A Galeria Ilustrada*. 30 de novembro, 1888. (p. 14).

<sup>152</sup> *A Galeria Ilustrada*. 30 de novembro, 1888. (p. 14).

<sup>153</sup> Para mais informações acerca do Poder Moderador, ver arts. 98 a 101 da Constituição de 1824. Para considerações teóricas, ver CONSTANT, Benjamin; LABOULAYE, Édouard. *Cours de politique constitutionnelle*: ou, collection des ouvrages publiés sur le gouvernement représentatif. 2. ed. Paris: Guillaumin, 1872. (p. 18-29).

<sup>154</sup> *A Galeria Ilustrada*. 30 de novembro, 1888. (p. 14).

<sup>155</sup> Tratava-se de um nobre francês, genro do Imperador e de linhagem real francesa, em geral profundamente detestado pela população. Era visto como um estrangeiro com possibilidades de governar o país. Dentre outras propostas de Silva Jardim, republicano radical, estava a decapitação do conde D’Eu no centenário da Revolução Francesa, uma vez que era descendente de Louis XVI. Para mais informações, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit.; CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. [1987]; CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. [1990].

Nessas condições, a representação era impossível, salvo para os interesses de privilegiados e apadrinhados, esses sim prontamente observados e atendidos. Consubstanciado em progresso e interesses da nação, o *interesse comum* era incompatível com a política monárquica, que, com corrupção desenfreada, atravancava as *tendências naturais* do Brasil. Quanto às eleições, mecanismo por excelência da representação, não eram melhores que a situação pública, antes mais lamentáveis por serem mais cruas em violência, pois eram o momento em que as elites, os grandes senhores, exerciam seu poder sobre o povo rude e ignorante, dizendo-lhe em quem votar e o que pensar, de acordo com aquele jogo de vaidades em que não se pode perder eleição sem se sair com imagem e moral prejudicadas, típico das relações clientelistas então vigentes.

Na seção *Cartas Abertas*<sup>156</sup>, deixa-se uma mensagem a José Secundino, personagem fictício representando a arraia miúda, em que se critica o sistema eleitoral, dominado pelas relações de poder local. “*Por exemplo: o chefe A ordena que se vote no candidato B, e é nosso dever cumprir-lhe o mando; pisca os olhos para a esquerda e devemos ir imediatamente para aquelle lado; deseja que nos caemos quando entendiamos que era ocasião de fallar, e é de nossa obrigação ficarmos mudos como um peixe*”<sup>157</sup>. “*Isto é que é, José Secundino!*”<sup>158</sup>, exclamava o remetente, destacando como se distorcia, sob o compromisso iníquo entre poderes locais e monarquia, o dever cívico de cada cidadão, não o exprimindo a dedicação individual à pátria, mas a dívida material e moral com o senhor (de terras, da Guarda Nacional, etc.) que lhe concede favores e proteção, inclusive contra polícia e Estado.<sup>159</sup>

Esses desdobramentos mais concretos do imaginário republicano (crítica à monarquia hereditária e à corrupção política e eleitoral), destaquemos, eram antes uma especificação das críticas abstratas aos fundamentos monárquicos, uma decorrência delas, que uma realidade a ser trabalhada, retrabalhada e transformada. Ora, se havia corrupção no Estado e nas eleições, era porque a não podiam evitar num sistema político deformado e anormal, fundado no arcaico direito divino, viável somente pelo fato de ser sustentado por elites escusas e ávidas de saque, que faziam da vida cívica uma encenação grotesca e repugnante, impedindo o desenrolar natural da

<sup>156</sup> Não pudemos identificar o autor do artigo.

<sup>157</sup> *Galeria Ilustrada*. 30 de março, 1889. (p. 78).

<sup>158</sup> *Galeria Ilustrada*. 30 de março, 1889. (p. 78).

<sup>159</sup> “O votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local, ao qual obedecia com maior ou menor fidelidade.” (CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 35).

cidadania e do progresso, cultivando o povo na rudeza e ignorância de que estava naturalmente destinado a libertar-se. Digno de pena e nada mais, o Imperador não passava de um títere desses seres odiosos e, ademais, não tardaria o momento em que essa posição seria ocupada por um estrangeiro detestável, alheio às aspirações da nação, avaro comerciante dos futuros da pátria. O regime imperial, portanto, estaria apoiado numa retórica vazia, do fundamento último da ordem política e constitucional aos princípios da monarquia hereditária e da representação, sob os quais se mascaravam personagens anônimos desse teatro político, desse império da negociata, que atravancavam o progresso político, econômico e moral no Brasil.

Para encerrar esse ciclo de análise, em que, sem pretensão de totalidade, avaliamos alguns desdobramentos do imaginário republicano, ferozes ataques à ordem jurídica e política vigente nos últimos anos do Império, nada melhor que uma citação da carta a José Secundino, capaz de concluir nosso itinerário até aqui, apontando os resultados inevitáveis da política monárquica e a justa reação popular.

Seja candidato a isto ou aquillo o escolhido pelos nossos chefes; seja A, B ou C; Pedro, Sancho ou Martinho; seu amigo, parente ou tutelado, todos servem, todos são bons, boníssimos até. Votemos nelles. E quando a carne e o pão subirem de preço, quando a industria morrer, o commercio retrahir-se, a agricultura agonizar, a instrucção nullificar-se, o desgosto augmentar-se, o desanimo, como uma ave negra, adejar por sobre esta província, entoemos a «marselheza» da occasião, um «Zé Pereira» furioso...<sup>160</sup>

*Zé Pereira furioso.* A República, se redentora no discurso, muito deixou a desejar na prática. A Monarquia, por outro lado, se não estava livre de contradições e problemas, também não era a nulidade pintada pelos republicanos. Segundo José Murilo de Carvalho, “A corrupção e a negociata voltaram a caracterizar o novo regime, fazendo com que o antigo, acusado antes de corrupto, aparecesse já como símbolo da austeridade pública”<sup>161</sup>. Ironias à parte, cabe-nos avaliar o desencontro entre imaginário e advento concreto da nova ordem, aproximando-a de pontos peculiares e interessantes do sistema político vigente sob a antiga. Não há dúvidas, o ideário republicano circulava em meios restritos, alheios à existência cotidiana, recebendo acolhida entre pessoas ilustradas (mas não todas), aderência interessada de outros setores da elite e, no mínimo, indiferença das pessoas comuns, imbuídas de imaginários habitados por dignidades e reis, de que faziam parte o Império e suas figurações.

<sup>160</sup> *Galeria Ilustrada*. 30 de março, 1889. (p. 78).

<sup>161</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* [1990]. (p. 30).

Delineando alguns discursos republicanos, pudemos nos deparar com um vocabulário peculiar, remetendo-nos a uma *tradição* específica. *República, direitos imprescritíveis do homem, direito natural, privilégios, revigoração, progresso*. Ora, todo esse léxico nos é conhecido e, se não tivemos ocasião de avaliá-lo em todos os seus pontos no capítulo dois, ao menos pudemos deixar clara a dubiedade que o perpassa. O imaginário da Revolução Francesa, de fato, foi antes uma tradição inventada após o calor dos acontecimentos, bem mais terríveis que sublimes. Posto assim fosse, a crença republicana propagava-se com a eficácia da verdade esclarecida e, realmente, parecia ser a salvação da pátria aos iniciados em sua mitologia, somente superior à de antigo regime por estar mais adaptada à ordem do discurso então vigente, calcada na ciência, no progresso, na igualdade, na lei. A *Galeria ilustrada*, inserida nessa figuração e relembrando-nos do diálogo entre realidade local e nacional, comemorava o centenário da Revolução, anunciando o advento da República, conforme observamos na *figura 7*.



7. *La révolution de 1789 a donné à la France la direction morale de la civilisation de l'Europe. (A Revolução de 1789 deu à França a direção moral da civilização europeia).*<sup>162</sup>

<sup>162</sup> *Galeria Ilustrada*. 20 de fevereiro, 1889. (p. 65).

Os republicanos pouco se preocupavam com realidades históricas ou contextuais, tratavam logo de propagar a discursividade republicana. Nessa figuração peculiar, as contradições eram incontornáveis, pois o novo imaginário dialogava com mentalidades arraigadas tanto entre o povo quanto entre as elites, inclusive republicanas, como tivemos oportunidade de observar no capítulo um, analisando a lenda do príncipe pinheiro. Somente no Brasil, por exemplo, um *aristocrata rural* destacaria com convicção e fervor religiosos que “*A França com a forma monarchica caminhou para o abysmo; d’um dia para outro recebeu a fôrma republicana, - e, desde a alta administração até os costumes privados de seus habitantes, tudo moralisou-se, revigorou-se, progrediu*”<sup>163</sup>. De um dia para outro, bruto é quem recusa a salvação – o povo!

Embora a *figura 7* represente o 14 de julho como uma grande efervescência popular, em que a população furiosa investe contra a Bastilha com estandartes de *Vive la République!* (Viva a República!), tábuas dos *Droits de l’Homme* (Direitos do Homem) e *bonnets phrygiens* (barretes frígios), sabemos que essa representação somente é possível no âmbito do imaginário republicano, uma vez que tais símbolos consolidam-se, adquirem o significado que então lhes atribuíam, tempos depois da sublevação popular. O próprio 14 de julho, ademais, torna-se festa nacional francesa somente em 1880<sup>164</sup>, já na III República, que investia pesado em criar ideários e conquistar fidelidades e não deixaria escapar a oportunidade de se associar a uma tradição centenária, mesmo que para isso tivesse de reinventar o passado. Os imaginários, como vimos, não são realidades coerentes e lógicas, mas variáveis, adaptáveis a contextos e aspirações. No Brasil, o caso republicano não fugiria à regra.

Ao analisar a República brasileira, com efeito, observamos ser a perspectiva completamente outra. Instituiu-se por um golpe elitista, arquitetado pelas aristocracias descontentes e empreendido pelo exército, que organizou uma espécie de passeata (ao menos as pessoas comuns assim a compreenderam<sup>165</sup>) para a proclamação da soberania popular. Os indivíduos se mostravam indiferentes aos acontecimentos políticos e, no máximo, centravam-se na festividade em si<sup>166</sup>, atitudes a que se opunham as figurações favoráveis ao republicanismo,

---

<sup>163</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.* (p. 3 e 4).

<sup>164</sup> Disponível em: <<http://www.linternaute.com/actualite/histoire/14-juillet-origines.shtml>>. Acesso em: 18/09/2012.

<sup>165</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* [1987].

<sup>166</sup> “Aos grandes acontecimentos nacionais, ele [o povo] assistia, não como bestializado, mas como curioso, desconfiado, temeroso, talvez um tanto divertido.” (CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* [2001]. p. 83).

cujos participantes (os verdadeiros bestializados, para José Murilo de Carvalho<sup>167</sup>), lamentavam, contrariados, a inexistência de povo no Brasil. A proclamação era sintomática e reproduziu-se em várias elaborações simbólicas republicanas a mesma incompetência para cooptar as fidelidades populares – no que diferiam das monárquicas, centradas em distinções sociais e dignidade real, que encontravam ressonâncias profundas nos imaginários e circulavam amplamente tanto entre os indivíduos analfabetos e miseráveis quanto entre as elites intelectuais e econômicas.

A carência de adesão das pessoas comuns ao projeto republicano, no Brasil, parece-nos bastante compreensível, especialmente após havermos observado que mesmo as Repúblicas francesas não dispunham do povo exigido pelo ideário elaborado no seio de elites aristocráticas e, portanto, precisavam criá-lo a partir dos indivíduos concretos, momento em que render tributos ao passado tornava-se incontornável. O alheamento dos brasileiros, o desinteresse da arraia miúda, certamente exprimia o abismo separando a sensibilidade popular e os ideais republicanos, vinculados às elites atentas às modas internacionais (europeias e, no máximo, estadunidenses), cujos integrantes estavam afastados da realidade social subjacente a ponto de exigir das pessoas comuns uma cidadania e uma participação política que, por falta do contexto mental adequado, talvez nem eles mesmos pudessem oferecer.

Se a ausência de repercussão dos valores republicanos nos imaginários sociais tornou ridículas as tentativas originais de cooptação das fidelidades, não podemos dizer o mesmo da construção de uma nova ordem institucional. Ela foi efetiva, instituíram-se novos mecanismos políticos e sociais. Sua estabilidade, porém, residia na manutenção de antigas fidelidades, ou, em outros termos, uma nova roupagem (mais moderna e elegante naquele contexto histórico) para continuidades profundas e arraigadas. As peripécias de símbolos republicanos revelam indícios favoráveis à hipótese segundo a qual muitos elementos da dignidade monárquica (ou a ela associados) são incorporados pelo novo regime brasileiro, consolidando-se uma República baseada em distinção e privilégios aquém e além da legalidade. Diferencia-se, assim, profundamente das francesas (já muito diversas entre si), embora os juristas não tenham deixado de veicular, até os dias atuais, discursos associando-a ao processo revolucionário, ou, mais precisamente, à significação a ele atribuída muito tempo após os eventos concretos. O sentido dessa atuação somente aflora quando apreendido em contraste com o processo de consolidação da nova ordem.

---

<sup>167</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* [1987].

Embora tenhamos visto boas análises da *tabuleta do Custódio*<sup>168</sup>, para nós, as considerações mais interessantes em *Esau e Jacó* são do Conselheiro Aires, inclusive participante do episódio da tabuleta<sup>169</sup>. Proclamada a República, o Conselheiro falava ao amigo Santos, banqueiro e barão, preocupado que estava este com a mudança de regime, as lojas e bancos fechados, a queda na desordem e na calamidade públicas. Querendo aquietar-lhe o coração, Aires dizia, “*Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem se trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição*”<sup>170</sup>. No início deste capítulo, vimos como andavam as coisas e, agora, podemos constatar a precisão e a perspicácia do Conselheiro. Sancionado por decreto de governo provisório<sup>171</sup>, o novo regime tinha *compromissos* e, considerando seus mais ilustres credores, teria pouco incentivo para os não cumprir mudando algo além do direito e da organização do Estado.

Sem exagerar, poderíamos chamá-la *República dos Barões*, se dermos a este termo o sentido amplo que lhe empresta José Murilo de Carvalho<sup>172</sup>, nele incluindo indivíduos da elite em geral e, ao mesmo tempo, remetendo à generosa distribuição de baixos títulos nobiliárquicos no II Império (com os quais a realeza tentava amenizar o impacto de medidas *populares*, mas contrárias a interesses de grandes senhores, como a perda de escravos, por exemplo). A razão disso era simples, nem povo nem elites eram republicanos, ou o eram poucos. Ao contrário do que pregava Assis Brasil, segundo o qual “*O caráter essencial da república é a ausência absoluta de privilégios de toda e qualquer espécie; por isso, só há democracia na república*”<sup>173</sup>, as antigas mentalidades não seriam profundamente alteradas pela mudança da forma de governo, continuando os favorecimentos, a corruptela, a distinção, os desmandos dos senhores locais. Se a Monarquia intencionalmente dialogou com os trópicos e a tradição, a República o fez por força e sem a mesma originalidade, refletindo-se tal circunstância na elaboração de símbolos para o novo regime. Antes de analisar alguns deles, cabe-nos considerar as lealdades reinantes na transição.

---

<sup>168</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*

<sup>169</sup> Para maiores esclarecimentos, ver MACHADO DE ASSIS. *Op. cit.* [2001]. (p. 119-124), em que se desenrola o diálogo entre o conselheiro Aires e Custódio, proprietário da Confeitaria do Império.

<sup>170</sup> MACHADO DE ASSIS. *Op. cit.* [2001]. (p. 125)

<sup>171</sup> Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889.

<sup>172</sup> “Nessa linha de raciocínio, pode-se dizer que o sistema imperial começou a cair em 1871 após a Lei do Ventre Livre. Foi a primeira clara indicação do divórcio entre o rei e os *barões*, que viram a lei como loucura dinástica.” [Grifamos]. (CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1996]. p. 297).

<sup>173</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.* (p. 3).

Começamos pelas pessoas comuns. Em 30 de maio de 1889, meses antes da proclamação, os editores de *A Galeria Ilustrada*, na seção *A Opinião*, indignavam-se ante tremenda injustiça, “*Esses grandes embaraços que ameaçavam de ruína a existência desta publicação, os grandes obstáculos com que lutou este empreza, estão bem claros aos olhos de todos: é a falta de patriotismo de muitos paranaenses*”<sup>174</sup>. Ainda que nos pareça cômico o desabafo, assim o não podemos julgar de uma perspectiva histórica, pois fazia pleno sentido na figuração em que pronunciado, era parte da crença republicana. Observamos ser a falta de assinaturas o grande problema, associado à má recepção do periódico na capital da província (“*em vez de auxiliarem tão utilissimo jornal, tratavam de o amesquinhar às vistas do público, propalando inverdades, attribuindo-nos mà-fé no cumprimento das nossas obrigações*”<sup>175</sup>). Os editores terminam *A Opinião* agradecendo “*Aos nossos poucos assignantes*”<sup>176</sup>, o que confirma nossa interpretação.

O cálculo é interessante, no mínimo. Às poucas assinaturas correspondia a falta de patriotismo do povo paranaense, que, para o imaginário republicano, estava na obrigação patriótica de contribuir para o sucesso da publicação, afinal era utilíssima, criticava os abusos políticos na província, buscava *esclarecer* a população, desconstruía a mística monárquica. A reação dos editores nos indica, em leitura a contrapelo, a falta de adesão e fidelidade a esse ideário, reservado ao ambiente intelectual, em que nem todos o apreciavam. Tratando-se de assinantes, a grande massa analfabeta de que era composta a arraia miúda estava excluída. As pessoas, em suas vidas cotidianas, tinham demandas concretas, queriam comida, festividades e, no máximo, a garantia constitucional<sup>177</sup> de instrução primária a seus filhos, ameaçada pela edição da Lei provincial n. 917, de 31 de agosto de 1889, sancionada pelo então Presidente de Província Balbino Cândido da Cunha – alvo preferido de *A Galeria Ilustrada*, malhado em várias edições de *A Gaveta do Diabo*, dentre as quais podemos indicar a *figura 8*.

Na melhor das hipóteses, se supusermos serem os manifestantes da *figura 8* efetivamente integrantes da população menos favorecida e não políticos da oposição e intelectualidade urbana, ainda assim nada nos garante fosse a manifestação uma revolta popular contra a forma de governo monárquica, ou a favor da republicana (o que seria ainda mais inusitado). Eram questões

<sup>174</sup> *A Galeria Ilustrada*. 30 de maio, 1889. (p. 114).

<sup>175</sup> *A Galeria Ilustrada*. 30 de maio, 1889. (p. 114).

<sup>176</sup> *A Galeria Ilustrada*. 30 de maio, 1889. (p. 114).

<sup>177</sup> Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte. XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

demasiado abstratas, distantes da realidade cotidiana e, portanto, do contexto mental com que agiam as pessoas comuns no dia a dia. O contexto popular brasileiro, ademais, oferecia uma oposição mais complexa ao imaginário republicano, não a caracterizando por inteiro o desencontro entre ideário abstrato e releitura concreta. No Brasil, era grande a “*popularidade da Monarquia entre os pobres do campo e da cidade, popularidade que sobreviveu por longos anos ao regime.*”<sup>178</sup>



8. *Por Deus, senhores Perdão, Foi falta de reflexão, Já chega de amolação, Tenham de mim compaixão, Ou peço minha demissão*<sup>179</sup>. Na ilustração, “*Sancionei a lei que fechou 168 escolas*” e “*Meeting queremos suspensão da lei que fechou as escolas*”.

Embora a contrapelo, até mesmo republicanos convictos admitiam tal popularidade. “*Entretanto, sem estes recursos a monarchia não poderia viver. No dia em que ella se despojasse da roupagem sophistica perderia o prestigio que ainda conserva aos olhos do povo rude*”<sup>180</sup>, dizia Assis Brasil, atribuindo à ignorância do povo a fidelidade devotada à Monarquia. Ora, se o

<sup>178</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1996]. (p. 389).

<sup>179</sup> *A Galeria Ilustrada*. 10 de janeiro, 1889. (p. 47).

<sup>180</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.* (p. 32).

imaginário republicano taxava o povo de ignorante, rude e pouco patriótico, era porque este não estava de acordo com o ideário elitista pressupondo um povo ativo, cômico dos deveres cívicos, das aspirações *naturais* da pátria, do atraso da monarquia enquanto forma de governo. Vimos como nem a Revolução Francesa contava com tal realidade fantástica, sendo ela mais uma elaboração posterior aos eventos catastróficos que uma encarnação ideal da ilustração no calor dos acontecimentos. As exigências republicanas eram antes descabidas que demasiadas, não faziam sentido quando lançadas à cultura popular, fortemente habitada por símbolos e dignidades monárquicos.

A monarquia tornava-se extremamente popular (no sentido literal) com o 13 de maio. “*Na verdade, a popularidade da monarquia – de uma monarquia cada vez mais próxima da idealização, distante da feição institucional – crescia sobretudo em meio ao povo em consequência, ainda, da abolição da escravidão*”<sup>181</sup>. Monarquistas populares e republicanos aristocratas, a política brasileira há tempos era marcada pelo inusitado. Era comum, por exemplo, o partido conservador realizar a pauta do liberal<sup>182</sup>, que ficava sem propostas e desacreditado nas eleições, visto não ter força política para realizá-las. Em 1871, era o gabinete conservador do Visconde do Rio Branco a implementar a Lei do Ventre Livre, a pedido do Poder Moderador e para desespero dos *barões*, senhores de escravos e terras, tanto conservadores e liberais quanto republicanos. Se a tendência à abolição era popular, as consequências das medidas abolicionistas foram favoráveis à causa republicana. O divorcio entre monarquia e elites, com efeito, “*acentuou-se com a Lei dos Sexagenários e com a abolição final. É fato aceito por todos os estudiosos, por exemplo, que a adesão ao republicanismo aumentava substancialmente à época de medidas abolicionistas.*”<sup>183</sup>

Ao que tudo indica, as propostas libertárias estavam reservadas ao imaginário, sendo o movimento republicano concreto mais conservador do que se poderia supor, especialmente quanto à escravidão. Machado de Assis, mais uma vez, deixa suas impressões perspicazes e, para nós, pistas valiosas. Brás Cubas, ao conhecer o Damasceno, *homem do norte*, cheio de ideias subversivas (à época, republicanas), achava-lhe os pensamentos confusos e fazia esforço para organizá-los, delineando sua proposta de governo; “*era um despotismo temperado – não por*

---

<sup>181</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* (p. 448).

<sup>182</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1996].

<sup>183</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1996]. (p. 297).

*cantigas, como dizem alhures -, mas por penachos da guarda nacional*<sup>184</sup>, ou seja, senhores locais. Não podia definir, porém, “*se queria o despotismo de um, de três, de trinta ou de trezentos. Opinava por várias coisas, entre outras, o desenvolvimento do trafico dos africanos e a expulsão dos ingleses*”<sup>185</sup>. Comum do autor, a ironia corrói o aspecto revolucionário do republicanismo brasileiro, dando-lhe um tom indefinido, incoerente e profundamente reacionário.

O despotismo, no melhor dos casos, não diferia muito da organização do poder monárquico, um centro forte apoiado nas periferias por elites locais, que mantinham seus domínios utilizando-se da guarda nacional, instituição por elas organizada. Diferenciava-se da política imperial pela proposta de medidas reacionárias, inclusive a expulsão dos ingleses, principais opositores da escravidão. A abolição, salvo em casos pontuais (ou melhor, individuais), não era a pauta principal dos partidos republicanos; o paulista, mais expressivo deles, somente se pronunciaria contrário à escravidão em 1888, após declaração formal do partido conservador no mesmo sentido<sup>186</sup>. Depois disso, ficaria complicado manter as aparências e uma postura oficial precisava ser tomada, a despeito de interesses e opiniões de suas bases. Assis Brasil, por exemplo, dedica menos de meia página à escravidão (afinal, um problema menor...) num livro com mais de trezentas e, ainda assim, para afirmar seria o processo de abolição muito mais célere sob uma forma de governo natural, a República<sup>187</sup>. Ora, os interesses e tendências da grande maioria dos republicanos eram tão *republicanos* quanto o Brasil era europeu.

A política local, mais uma vez, dialogava com o contexto nacional. O *doutor* Vicente Machado, no biênio 1888-1889, elegeu-se deputado da Província pelo partido liberal e tornou-se republicano, como se diz, aos quarenta e oito do segundo tempo. Ao abriremos novamente *A Gaveta do Diabo* (figura 9), observamos os impactos do acontecimento sobre o governo provincial<sup>188</sup>, representado por uma personalidade em posição cômica a quem um cãozinho de barrete frígido, ninguém menos que o novo republicano (“*Este Vicente não me deixa socegar... que maldicto cachorrinho!*”), inquieta constantemente com sua barulheira. Verificamos ser a nova orientação de nosso *doutor* mais decorrência do contexto que ato heroico (“*Tantas notícias funestas, tantas coisas pretas!*”), era a oportunidade do momento, um sair do armário interessado, ocasião bastante adequada aos de pouca convicção. Mas sejamos justos com esse *cachorrinho*, a

<sup>184</sup> MACHADO DE ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril, 2010. (p. 214).

<sup>185</sup> MACHADO DE ASSIS. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril, 2010. (p. 214).

<sup>186</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1996].

<sup>187</sup> BRASIL, Assis. *Op. cit.*

<sup>188</sup> Infelizmente, não pudemos identificar a personalidade com as mãos à cabeça.

figuração republicana do momento levava-o a semelhantes atitudes e, ao contrário dos republicanos, não queremos exigir das pessoas o que nós mesmos não poderíamos dar.



9. *Santo Deus! Tantas noticias funestas, tantas coisas pretas! Estou vendo que desta vez fico louco...louco furioso! Valha-me Santo Christo da Palmeira! Este Vicente não me deixa socegar... que maldicto cachorrinho!*<sup>189</sup>

Essa, porém, não seria a última vez em que o contexto levaria Vicente Machado a condutas contraditórias e, nós, a duvidarmos de suas convicções. Já na República, a Revolução Federalista chegava em Janeiro de 1894 ao agora Estado do Paraná. Os revolucionários tomaram Paranaguá, causando grande inquietação na capital, tamanha que o Vice-Governador em pessoa, outrora *maldicto cachorrinho* (remarquemos como a República dignificava as pessoas...), elaborou um manifesto incitando “*o animo de seos compatriícios á uma resistencia contra a invasão, declarando-se prompto a morrer por suas ideias*”<sup>190</sup>. Parece que as ideias morreram antes de nascerem, pois, logo em seguida, sob o risco de tomada de Curitiba, “*as forças da Capital e pessoas affectas ao governo legal evacuaram a cidade com direcção ao interior do*

<sup>189</sup> *A Galeria Ilustrada*. 20 de janeiro, 1889. (p.54).

<sup>190</sup> *Almanach do Paraná*. Ano I, 1896. (p. 73).

*Estado, para d'ahi seguirem até as fronteiras de S. Paulo*<sup>191</sup>. Os discursos republicanos, sob o antigo ou o novo regime, nunca visaram à coerência com o agir político, nunca sobreviveram ao calor dos acontecimentos, razão pela qual, mais uma vez, não podemos recriminar Vicente Machado, ele atuava de acordo com as exigências de seu papel no grande teatro político republicano.

Valentim Magalhães, em *Maçans e Ananazes*<sup>192</sup>, expôs de forma surpreendentemente consciente os motivos que levavam as elites a garantir fidelidade à causa republicana. Sempre metaforicamente, assim como em *Mundo & Comp.*, o autor fala de uma senhora muito respeitável, com todas as qualidades e virtudes exigíveis de uma dama casada, e, por isso, inacessível aos amantes e admiradores que a galanteavam. Conhecedores da rigidez de seus atributos, por muito os provarem, acabavam por investir em outras praças, vencidos na paixão original. Mas a vaidade das senhoras seria um dos elementos constitutivos de sua natureza, em nada lhes sendo reprovável; nossa respeitável dama não fugiria à regra quando soube que um de seus admiradores, antes um dos mais dedicados, “*havia deposto suas homenagens aos pés de uma de suas amigas, a ella inferior, sob todos os respeitos*”<sup>193</sup>. Ao receber visita do inconstante, não se conteve, fazendo alusões sarcásticas à escolha de uma felicidade de segunda ordem. “*Senhora, respondeu o rebelde, acabei por perceber que mais vale comer uma maçã, que contemplar eternamente um ananaz*”<sup>194</sup>. Às elites não bastava admirar o abacaxi monárquico, embora dele muito se beneficiassem, queriam alimentar-se, engordar os seus quinhões em poder e patrimônio, não importando se a mordida era em fruto de qualidade inferior.

No Brasil não havia Robespierre; antes verdadeiro abismo entre ideário republicano e a maioria dos indivíduos adeptos da causa. A razão disso nos parece estar na divisão entre *republicanos de São Paulo* e *republicanos do Rio*, consagrada por José Murilo de Carvalho<sup>195</sup>, indicando antes uma cisão ideológica que geográfica no seio do republicanismo. Os primeiros, independente de serem paulistas ou não, seriam conservadores e estariam irritados com as *loucuras* imperiais, medidas adotadas pela monarquia e contrárias a seus interesses; os segundos, utópicos, crendo na revolução, na regeneração do país, no governo do povo. A estes, uma minoria sem bases políticas, atribuímos a crença republicana, essa religião cívica afastada da realidade

<sup>191</sup> *Almanach do Paraná*. Ano I, 1896. (p. 73).

<sup>192</sup> *A Galeria Ilustrada*. 30 de dezembro, 1888. (p. 36).

<sup>193</sup> *A Galeria Ilustrada*. 30 de dezembro, 1888. (p. 36).

<sup>194</sup> *A Galeria Ilustrada*. 30 de dezembro, 1888. (p. 36).

<sup>195</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1996].

brasileira; àqueles, a República consolidada, cujos compromissos e continuidades eram muitos. Embora interessante, consideramos a cisão meramente didática. As figurações republicanas eram complexas e envolviam largo espectro de figurantes, dentre os quais se destacam os positivistas, os militares, os liberais e os jacobinos<sup>196</sup>, sempre com a consciência de estarmos reduzindo a realidade com classificações. Todo republicano tinha um tanto de paulista e outro de carioca, por assim dizermos, mas São Paulo dominava e conferia seus traços ao novo regime.

Se nem povo e nem elites eram republicanos, no sentido ideal já analisado, a invenção das novas tradições estava fadada a, no mínimo, encontrar dificuldades para reinventar o imaginário político, que, por sua vez, dialogava com as várias realidades simbólicas atuantes nas figurações sociais. A carência de adesão popular ao novo regime não era desconhecida e, à sua proclamação, seguiu-se um sobreinvestimento na manipulação de símbolos e heróis, na tentativa de cooptar as fidelidades. Como não se eliminam as tradições de um dia para outro, tratando-se sempre de um processo de diálogo, em que as informações circulam e são ressignificadas, concessões foram necessárias, razão pela qual a consolidação desses símbolos é sintomática do contexto político, jurídico e institucional da República brasileira. Breves considerações sobre dois deles, Tiradentes e a bandeira, são de grande interesse.

Toda ordem política busca a promoção de seus heróis, personagens carismáticas agregando-lhe legitimidade e adesão, capazes de popularizarem-se e circularem nas diversas figurações como elementos míticos, obedecendo aos anseios e aspirações reinantes numa realidade histórica e social, independente do verdadeiro perfil dos homens ou mulheres concretos a partir dos quais se desprendem e tornam-se alegoria. A figura heroica, de fato, tende a refletir as características dela esperadas, sofrendo profundas influências dos eventos, contextos e tradições. O novo regime não fugiria à regra. Buscaria cooptar e criar suas personagens cívicas, seus mártires, especialmente pelo fato de não contar com as fidelidades populares, nem com grandes acontecimentos capazes de suscitar a comoção dos indivíduos e a formação de uma identidade cívica. Houve disputa acirrada acerca dos heróis oficiais, opinando cada facção republicana pela superioridade de sua personagem. Os positivistas, apoiados por setores jovens e radicais do Exército, assim como pelos jacobinos, pregavam a promoção de Benjamin Constant ao posto de arquiteto da proclamação e da própria República. Os liberais e outras linhas conservadoras, inclusive militares, apoiavam atribuir o mérito pelo advento da nova ordem ao Marechal

---

<sup>196</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1990].

Deodoro. Os exemplos são muitos e não podemos ater-nos a todos, bastando indicar a complexidade da transição política, em que atuavam diversas orientações políticas em conflito entre si, em luta pelo estabelecimento do novo imaginário.



10. *Tiradentes esquarterado*, Pedro Américo, 1893.

Se a disputa pelos protagonistas do 15 de novembro enfrentava dificuldades e não conseguia se estabelecer definitivamente, a figura do Tiradentes tornou-se símbolo forte, constituindo-se talvez no herói republicano mais efetivo e menos controverso, capaz de unificar opiniões e interesses divergentes, concentrando-os em sua representação mitificada. A razão desse sucesso, ao que tudo indica, reside nos elementos tradicionais com que o herói era apresentado, no forte conteúdo religioso mobilizado pela alegoria. Não se tratava, com efeito, de mártir revolucionário à moda francesa, nem do *Zé Pereira furioso* anunciado pelo remetente da carta a José Secundino, mas de um místico voltado a sacrifício, perdão e messianismo<sup>197</sup>. Tiradentes não somente era o mártir da República e da liberdade; também “o cristo da multidão”<sup>198</sup>, uma personagem messiânica que se teria tornado devota fervorosa durante a prisão,

<sup>197</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1990].

<sup>198</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1990]. (p. 62).

beijado pés e mãos do carrasco ao subir à forca (simbolizando o perdão pela injustiça a ser praticada, no que imitava a Cristo), para onde se teria dirigido em preces e com crucifixo nas mãos.<sup>199</sup>

O *Tiradentes esquartejado* (figura 10), de Pedro Américo, ilustra bem a representação pública do herói e a forte associação messiânica por ela suscitada. Na tela, dispõem-se os despojos de Tiradentes após execução e mutilação, em encenação de martírio abertamente mais religioso que cívico. Ainda sobre o cadafalso, que se metamorfoseia em altar cívico-místico, permanecem as partes do corpo e, sob elas, uma tecido branco manchado de sangue, talvez a própria alva cristológica que vestia o herói no momento da execução. A cabeça do mártir, motivo em destaque na tela, situa-se acima dos restos mortais, ao mesmo nível de um crucifixo, colocado ao lado direito do rosto messiânico, numa clara analogia com o martírio de Cristo. O tronco esquartejado, cujo braço direito pende para fora do altar, em citação a *Pietà*, de Michelangelo, parece estar recostado a uma das pernas, enquanto a outra ganha o primeiro plano da representação, pendurada numa espécie de cruz improvisada, que lhe estira carnes e músculos, contrastando dor e sofrimento suportados por Tiradentes com aceitação pacífica do martírio, entrega voluntária, sem protestos, representada pelo aspecto sacro do rosto, distanciada em altura e profundidade da carnificina em primeiro plano.

Embora à época houvesse uma disputa acerca do misticismo do herói, afirmando uns ser o típico mártir republicano e outros ser figura mística, de profundo fervor religioso, seria exatamente a associação messiânica, a aproximação à figura de Cristo, a potencializar o apelo mítico de Tiradentes, a acentuar seu caráter unificador das facções políticas e do povo<sup>200</sup>. Mais que o líder cívico, o mártir religioso (ou, para sintetizarmos os opostos, o *Cristo cívico*) era capaz de repercutir e estimular os imaginários sociais, compartilhado tanto por populares quanto pelas elites, pois remetia a tradições religiosas profundamente arraigadas entre a população. Assim como a Monarquia, a República dialogava com a esfera do divino, tirando dela proveito e legitimidade. A diferença residia em que, para aquela, o diálogo estava em seus princípios, fazia parte de seu ideário (inclusive da Constituição!), enquanto, para esta, vinha por força de uma tradição que não se tinha legitimidade para recriar, contrariando seus fundamentos (imaginários).

---

<sup>199</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1990].

<sup>200</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1990].

Vitória da facção positivista, a bandeira mantinha muito da anterior<sup>201</sup>, dispensando somente o brasão monárquico e acrescentando à calota azul uma faixa branca, com o lema geral da Igreja Positivista, Ordem e Progresso. O movimento republicano não tinha bandeira oficial e, com a queda do antigo regime, foi surpreendido pela necessidade de hastear uma nova. Após grande disputa e não sem críticas, oficializou-se a elaboração dos positivistas por influência de Benjamin Constant. Para eles, fiéis aos ensinamentos de Comte<sup>202</sup>, os símbolos da pátria deveriam dialogar com a tradição sem deixar de voltarem-se ao futuro, à realização da humanidade. O tradicional vinha das formas e cores, elaboradas por Debret<sup>203</sup> sob a monarquia, e o novo da adição do mote positivista. Esse diálogo consciente com o passado favoreceria a aceitação popular do novo símbolo, embora a legitimidade não estivesse vinculada a ideal republicano algum. *A pátria*, de Pedro Bueno (*figura 11*), oferece boa oportunidade de leitura e interpretação.



11. *A pátria*, Pedro Bruno, 1919.

<sup>201</sup> Ver figura XIII, em CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1990]. (p. 104).

<sup>202</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1990]. (p. 112).

<sup>203</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1990]. (p. 113).

Por ser tela tardia em relação à disputa entre as diversas facções republicanas, realiza uma síntese simbólica, conciliando signos de diversas orientações. De início, observamos um grupo de mulheres a coser a bandeira nacional acompanhadas de crianças, sendo a única presença masculina da tela um idoso quase esquecido ao canto direito. Elas seriam uma das remissões ao positivismo, que pregava o papel moral da mulher na educação cívica e moral dos filhos; seriam, também, referência a Benjamin Constant, ideólogo da República para os positivistas, pois suas filhas teriam criado uma bandeira, oferecida à Escola Militar<sup>204</sup>. Ao fundo, uma representação de Tiradentes no cadafalso, com aspecto messiânico, outra citação do ideário positivista. Diretamente ao lado dela, porém, o autor insere a silhueta do Marechal Deodoro, concorrente direto de Benjamin Constant e representante de linhas republicanas mais conservadoras. Abaixo dos quadros, sobre a mesa, há uma imagem de Nossa Senhora, significando a adesão ao símbolo católico em detrimento do positivista, Clotilde de Vaux. Por fim, a própria bandeira, se apresenta o dístico branco, omite o lema Ordem e Progresso.

A *figura 11* nos parece um emblema da República brasileira, em vários sentidos. Primeiro, a seleção de símbolos diversos e, principalmente, a exclusão e a inclusão de alguns, remete-nos às transições acordadas, lógica política já tradicional à época da pintura – posta em prática na Independência e confirmada com a queda da Monarquia. Predomina a conciliação simbólica, elemento estrutural para a compreensão da imagem. Ambos assistindo à confecção da bandeira positivista, na qual não há Ordem e Progresso, Deodoro e Tiradentes conferem suas dignidades heroicas às filhas e netas de Benjamin Constant, estando toda a cena abençoada pela discreta presença de Nossa Senhora. Elementos novos e tradicionais dialogam na representação, independente de serem originalmente contraditórios; conciliam-se na constituição da nova ordem, garantindo-lhe a efetividade no campo dos imaginários. Na ausência de adesão popular suficiente para reinventar o imaginário político, o passado irrompia no presente e era ressignificado, adaptado às novas circunstâncias, dialogando com novos símbolos e heróis, conferindo-lhes a dignidade tradicional de que não poderiam gozar.

O traço marcante do quadro, porém, é o seu contexto acentuadamente privatista, revelando uma das profundas peculiaridades da República brasileira. No capítulo dois, vimos como a representação republicana francesa não era unânime, variando da deusa guerreira dos revolucionários à figura maternal e pacífica das novas elites burguesas. Ora, a imagem maternal é

---

<sup>204</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*[1990]. (p. 119).

predominante na *figura 11*, estando as supostas filhas de Constant acompanhadas dos supostos netos, ocupando-se deles e da bandeira ao mesmo tempo, sublinhando a proximidade entre as vidas privada e pública. Se a República francesa tornava-se materna, acolhedora dos filhos da pátria, burguesa, enfim, ao menos não perdia o conteúdo semântico da nomenclatura, constituindo-se mais ou menos efetivamente em *res publica*.

A brasileira, pelo contrário, apegava-se à tradição. Os amantes comiam e fartavam-se da maçã de Valentim Magalhães, por assim dizermos. A própria presença de mulheres na representação pictórica (remetendo ao imaginário da época, em que inexistiam pautas feministas ou eram muito inexpressivas) indica a presença marcante do patrimonialismo, representado pelo seio familiar ao qual estava relegado o *belo sexo*, no qual se construía talvez o principal símbolo da pátria, indicando a consolidação e o uso privado do que seria a coisa pública. A cena se passa no interior de ambiente domiciliar, estritamente privado, o que seria impensável no caso de uma representação republicana francesa, sempre pública, por mais pacífica e maternal que fosse. O conteúdo semântico da República, no Brasil, dialogava com a realidade local, com as mentalidades enraizadas entre elites e povo, concretizando-se numa ordem política particular, em que a *res* era mais *privata* que *publica*, embora essa realidade fosse mascarada no plano discursivo, no qual a realidade política, jurídica e institucional ainda mantinha (mantém) o vínculo com o ideário do norte, especialmente o francês, encontrando lá sua herança imaginária.

Antes de rupturas, o Tiradentes e a bandeira nos revelam permanências profundas, afloradas sob novas roupagens naquele momento histórico, dialogando com as tradições cultivadas no antigo regime, as quais eram alvo de críticas impetuosas dos republicanos sob o II Império, de modo que não nos podemos esquecer das palavras do Conselheiro Aires, *nada se mudaria...salvo a constituição*. Estávamos no início de uma nova experiência jurídica, formada de despojos monárquicos em sincretismo com arcabouço conceitual teoricamente incompatível com o tradicional. Segundo Hespanha, com efeito, “a base do pensamento republicano é a ideia de interesse público, diferente e superior aos interesses particulares, bem como de governo pela lei, com a correspondente recusa do domínio de uns cidadãos pelos outros”<sup>205</sup>, ideário a que corresponde diretamente a virtude cívica, esse amor desprendido à convivência e à coisa pública, expresso na dedicação cidadã à pátria. A encarnação do imaginário republicano, em que a lei

---

<sup>205</sup> HESPANHA, António Manuel. *Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. Curitiba: Juruá, 2009. (p. 163).

deveria ser objeto de veneração, garantia em favor da igualdade geral e contra o arbítrio do poder público ou privado, dialogava necessariamente com o rico legado cultural brasileiro, gerando uma realidade política e jurídica peculiar, em que o interesse público e a lei adquiriam dimensões não contidas no ideal, tornando-se “*instrumento de castigo, arma contra os inimigos, algo a ser usado em benefício próprio*”.<sup>206</sup>

*Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei*<sup>207</sup>. Venceu o republicanismo paulista e, com ele, os interesses das elites aristocráticas e locais, que desenvolveriam os vícios políticos adquiridos sob o antigo regime. As críticas opostas pelos republicanos à Monarquia, a que dedicamos algumas páginas no início deste capítulo, não foram superadas pelo advento da República, antes se tornaram mais evidentes, salvo a sucessão hereditária, por razões óbvias. Quanto ao falseamento do regime representativo, sabe-se que as eleições, no mínimo, continuaram a ser tão pouco republicanas quanto o eram os *barões* que as dominavam<sup>208</sup>. Não havendo esforço para se construir um *Zé Pereira furioso*, conservava-se o eleitor na postura de *José Secundino*, sempre personagem secundária na política, cuja mais elevada função era reproduzir em seu voto a vontade do senhor com quem mantinha relações de dependência.

As relações públicas não perdiam para as eleições, carregando a lógica do antigo regime para a organização estatal do novo, sem, contudo, trazê-la em sua integralidade. Se a racionalidade monárquica conferia grandes poderes políticos, também atribuía deveres ao monarca e aos homens públicos em geral, quadro que formava a chamada *economia da graça*, segundo Hespanha<sup>209</sup>. A República incorporava as vantagens do patrimonialismo, sem adotar também os correlativos deveres – pretendia-se comer da fruta pública, sem precisar contemplá-la, para parafrasearmos Valentim Magalhães. Nessa linha, se descontextualizarmos a crítica de Chichorro Júnior, os menos desavisados poderiam ter convicção de que se dirigia à República e não à Monarquia, quando se revoltava e dizia, “*O que fazem os ladrões durante a noite, fazem os conquistadores em pleno sol, no meio do clangor das trombetas, do retinir das espadas, do rufar dos tambores, do ribombar da artilheria: ambos procuravam viver do trabalho alheio, poupando os próprios esforços.*”<sup>210</sup>

<sup>206</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* [2001]. (p. 57).

<sup>207</sup> Para mais informação sobre o *Homem cordial*, ver HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. (p. 139-151).

<sup>208</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* [2001].

<sup>209</sup> HESPANHA, António Manuel. *Op. cit.* [2010]. (p. 85-109).

<sup>210</sup> *A Galeria Ilustrada*. 20 de julho, 1889. (p. 18).

O direito divino, se não apresentava as mesmas roupagens, também não estava ausente do imaginário da nova ordem. Vimos como ele perpassava profundamente um dos principais e mais aceitos símbolos republicanos, o Tiradentes, herói místico, mártir religioso. Tanto na *figura 10* quanto na *11*, estão presentes motivos remetendo à tradição cristã e indicando como tais elementos penetravam o tecido simbólico do ideário republicano, que, ao encarnar-se nas diversas figurações sociais atuantes no Brasil, dialogava com a longa duração. Muito do ideário monárquico, taxado de atrasado, continuava-se na República, incapaz de recriar tradições próprias e desvinculadas de conteúdos simbólicos preexistentes, pois seus ideais de origem não encontravam repercussão entre o *povo rude* – mantido, ademais, na mesma situação durante muitos novos regimes, desinteressados em construir-lhe liberdade e esclarecimento.

Não surpreende, portanto, que as *ilusões* monárquicas, adaptadas a seu contexto histórico e às aspirações populares (sem nos esquecermos dos *barões*), tenham resistido por longo tempo antes de cair no *sacco do tempo*, enquanto as republicanas não tardariam a desenganar seus mais ingênuos adeptos, ideólogos utópicos de um regime de vento, que propagavam uma fé morta por falta de obras. Ao contrário de sua antecessora, reconhecida como marco de paz e estabilidade no país, a *maioridade* republicana era inseparável de desilusão e desengano:

*Patria minha infeliz, patria minha,  
É tão triste o teu solo, é tão triste...  
Já despido do brilho que tinha,  
Que nem mesmo parece que existe.  
Patria minha infeliz, patria minha!*

*Patria minha infeliz, patria minha:  
Onde os gosos que out'ora fruiste?  
Onde a paz que o teu seio continha?  
Onde a luz de que tanto luziste?  
Patria minha infeliz, patria minha!*

*Patria minha infeliz, patria minha:  
Ninguém hoje haverá que te aviste  
Sem que a sorte te chore mesquinha,  
De tão alto cahiste...cahiste  
Patria minha infeliz, patria minha!<sup>211</sup>*

---

<sup>211</sup> Almanach do Paraná. Ano I, 1896. (p. 104). O poema é datado de junho de 1894, data em que a República brasileira contava com 14 anos de existência.

## CONCLUSÃO

Durante o itinerário deste estudo, ainda que sumariamente, pudemos delinear algumas características de diferentes imaginários republicanos, assim como uma filiação imaginária entre eles. As Repúblicas francesas posteriores ao processo revolucionário reivindicavam esse vínculo com o passado, reinventando-o à luz das necessidades então vigentes e elaborando essa *ideia* atualmente denominada *Revolução Francesa*, acontecimento guiado pela razão humana e por princípios ideais (Liberdade, Igualdade, Fraternidade). Durante sua efervescência, os acontecimentos estavam distantes de qualquer ideário e encontram em fome, desespero e ódio seu ritmo e sua força avassaladora, sendo o evento desencadeado por homens e não por ideias. Embora estas não deixassem de circular, sua encarnação era mediada pelo submundo de miseráveis vivendo na indistinção entre crime e legalidade, especialmente pela boemia literária, essa grotesca fábrica de libelos político-pornográficos.

O processo de idealização do imaginário revolucionário permitiu sua reivindicação nas mais distintas localidades, destacando-se entre elas o Brasil. Em fins do II Império, o republicanismo efervescia no país. Ainda que restrito a círculos da elite, os meios de divulgação do novo regime proliferavam reivindicando o *direito natural do homem ao progresso*, acontecimento impedido de *naturalmente* se instaurar no Brasil pela presença da Monarquia Constitucional, ordem contrária à *natureza* por associar o primitivo absolutismo ao progressista governo constitucional. Reivindicava-se a herança imaginária francesa. A República brasileira seria descendente da Revolução, seu advento libertaria o *povo rude* da miséria e da ignorância em que a Monarquia os mantinha e, enfim, abriria ao Brasil a livre ascensão ao progresso.

Em face dos acontecimentos, porém, o ideário mais uma vez teve de encarnar-se. Na carência de popularidade – a grande maioria era fiel à ordem monárquica – e de grandes eventos capazes de suscitar a comoção popular, o diálogo com a tradição era incontornável ao novo regime. Ademais, tratou-se de uma transição elitista, de uma República de barões, grandes senhores descontentes com as interferências monárquicas e que passariam a dominar a cena política republicana. Ora, o panorama não era favorável a mudanças efetivas, voltando tudo a ser como era antes, salvo algumas alterações formais. Trocava-se de regime como se troca de roupa, continuando a pele a ser a mesma. Sob o discurso republicano de modernidade, atuavam

permanências profundas, outrora apontadas como atraso decorrente da *antinatural* ordem monárquica, que corrompia todo o país com o atraso inerente a sua própria existência em tempos de *progresso*.

Passados os três pontos deste estudo e demarcada a profunda diferença sócio-histórica da cultura jurídica brasileira em relação à europeia, especialmente a francesa, podemos nos deter rapidamente no atual imaginário jurídico, submetendo à análise o sentido de algumas reivindicações e lugares comuns frequentes no discurso doutrinário dos juristas. Interessa-nos particularmente a visão acrítica acerca do antigo regime (decorrente de pressuposições infundadas) e a incorporação de léxico republicano-revolucionário em comentários a institutos brasileiros, prescindindo de uma historicidade jurídica consistente. O direito público é o campo de análise privilegiado, pois fortemente perpassado pelo imaginário da Revolução. Analisaremos trechos de autores de direito administrativo – embora pudéssemos encontrar exemplos igualmente emblemáticos em outros ramos do direito.

Para eles, antigo regime é sinônimo de monarquias absolutas, absolutismo, em que todo o poder estaria nas mãos do monarca soberano, capaz de impor a lei segundo sua vontade, à qual estariam submetidos todos os indivíduos. Haveria direito ilimitado de governo, afastada a responsabilidade do rei por danos causados a outrem, cabendo-lhe relegar todos à condição de súditos, sujeitando-os a seus desígnios arbitrários e voluntaristas. Exemplares, nesse sentido, as palavras de Maria Sylvia Zanella di Pietro:

Era a época das monarquias absolutas, em que todo poder pertencia ao soberano; a sua vontade era a lei, a que obedeciam todos os cidadãos, justificadamente chamados **servos** ou **vassalos** (aqueles que se submetem à vontade de outrem). Nesse período, do chamado Estado de Polícia, assinala Merkl (1980:93) que o direito público se esgota num único preceito jurídico, que estabelece um **direito ilimitado para administrar**, estruturado sobre princípios segundo os quais *quod regi placuit lex est, the king can do no wrong, le roi ne peut mal faire*.<sup>212</sup>

Ora, um olhar voltado a captar a sensibilidade das monarquias de antigo regime percebe o quanto é caricata semelhante ideia de absolutismo, revelando profundo desconhecimento da história do direito e das características básicas da cultura jurídica nesse período. Ao contrário do que ensina a história da filosofia política, os traços do direito pré-moderno estão teórica e

---

<sup>212</sup> Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011. (p. 1)

faticamente muito distantes de qualquer centralização vigorosa do poder, de qualquer pretensão de absolutismo<sup>213</sup>. Para adquirir concretude, esse fenômeno teve de esperar o Estado Liberal, que, prometendo intervir o mínimo, teve de governar ao máximo para vencer a resistência dos corpos tradicionais à centralização, corrigir os desvios causados pelo próprio liberalismo e controlar os inimigos da nova ordem<sup>214</sup>. No antigo regime, por outro lado, ainda imperava a lógica do *ius commune*, cujo fundamento último residia na natureza das coisas, na ordem natural.

Nesse *ordenamento*, o poder era compreendido menos como *imperium* que como *iurisdictio*, ou seja, era antes dizer o direito (natural e exterior ao homem) que o criar de acordo com a vontade arbitrária do soberano, visto como magistrado superior a quem cabia realizar a ordem natural em última instância, dando a cada um o que lhe é devido<sup>215</sup>. Como bem aponta Hespanha, ademais, a sociedade corporativa inseria-se na ordem das coisas, possuindo naturalmente cada ordem intermédia sua própria *iurisdictio*, oponível inclusive ao rei e às normas gerais do reino em seu âmbito de atribuição<sup>216</sup>. Era inviável o suposto poder ilimitado de administrar; cidadania não se confundia com a submissão a poder arbitrário e irresistível, sendo marcada pela lógica corporativa. Era-se cidadão dentro de um dos inúmeros corpos intermédios.<sup>217</sup>

Observam-se, nessa linha, alguns conceitos tendentes a ser mecanicamente apreendidos e reproduzidos, especialmente se tivermos em vista o público impactado por semelhantes manuais. Interessante notar a ausência de remissão à monarquia brasileira, alojada nos trópicos por quase sete décadas. Adota-se imagem pré-constituída do antigo regime, tratado como algo distante, atribuindo-lhe traços medievais e anistóricos, todos provenientes de uma ideia construída *a posteriori* e sem maiores vínculos com a realidade do momento tanto na Europa quanto no Brasil. Com dois monarcas da casa de Bragança, o Império brasileiro em parte se filiava à tradição jurídica, política e institucional portuguesa, dialogando também com as realidades locais. Se no pequeno reino de Portugal os poderes locais e intermédios resistiam e reafirmavam a própria *iurisdictio* em face do poder régio, imaginemos as circunstâncias de afirmação de poder central

---

<sup>213</sup> GROSSI, Paolo. *Il diritto tra potere e ordinamento*. Editoriale Scientifica, 2005; GROSSI, Paolo. *Mitologias jurídicas da modernidade*. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

<sup>214</sup> HESPANHA, António Manuel. *Guiando a mão invisível: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.

<sup>215</sup> HESPANHA, António Manuel. *As vespas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal - sec.XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

<sup>216</sup> HESPANHA, António Manuel. *Op. cit.* [1994].

<sup>217</sup> COSTA, Pietro. *Op. cit.*

no vasto território luso-americano. O compromisso com os poderes locais era incontornável, sendo insustentável a tese sobre a existência de absolutismo no Brasil imperial.

A experiência jurídico-política construída sob o Império, a nosso ver, ainda precisa ser resgatada por meio de estudo histórico responsável, a fim de trazer à luz estratos profundos da cultura jurídica brasileira, investigando-os em seus significados originais. Talvez em decorrência do preconceito contra antigo regime e monarquia, atualmente se examinam institutos a partir de lentes estrangeiras profundamente distantes da realidade em que eles surgiram e a que tiveram de se conformar. Essa relação fica bastante clara quando se procura aplicar o léxico republicano-revolucionário a fenômenos jurídicos brasileiros, cujo exemplo mais emblemático com que nos deparamos foi o esclarecimento de Celso Antonio Bandeira de Mello sobre o princípio da legalidade.

O princípio da legalidade contrapõe-se, portanto, e visceralmente, a quaisquer tendências de exacerbação personalista dos governantes. Opõe-se a todas as formas de poder autoritário, desde o absolutista, contra o qual irrompeu, até as manifestações caudilhescas ou messiânicas típicas dos países subdesenvolvidos. O princípio da legalidade é o antídoto natural do poder monocrático ou oligárquico, pois tem como raiz a ideia de soberania popular, de exaltação da *cidadania*. Nesta última se consagra a radical subversão do anterior esquema de poder assentado na relação soberano-súdito (submisso).<sup>218</sup>

Ao lermos o trecho, fica clara a filiação imaginária ao ideário da Revolução Francesa, sendo necessário ressaltar mais uma vez a distinção entre o calor dos acontecimentos e o significado elevado e principiológico que lhes foi atribuído posteriormente. No campo do imaginário jurídico, a legalidade é o instrumento por excelência da igualdade, contrapondo-se a personalismo e autoritarismo dos governantes. Ademais, é a solução *natural* ao problema do poder na mão de um ou de poucos na medida em que toma por fundamento a *soberania popular*, capaz de desconstituir *radicalmente* a submissão dos indivíduos ao poder arbitrário. Vimos como o arsenal simbólico empregado na argumentação acima nem em seu contexto histórico e social era unânime, tendo de ser produzido a partir da invenção de tradições, símbolos e heróis. Se considerarmos o disposto no capítulo *três*, o abismo entre a fundamentação doutrinária e a realidade evidencia-se ainda mais, uma vez que o republicanismo brasileiro nasce em seio

---

<sup>218</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 27ª ed. Malheiros Editores: São Paulo, 2010. (p. 100).

marcadamente aristocrático, nele permanecendo após a proclamação do novo regime, razão pela qual, numa perspectiva histórica, ainda por muito tempo pode-se falar em personalismo, arbitrariedade, autoritarismo e poder nas mãos de poucos – talvez até os dias atuais.

Podemos apontar, nessa linha, a existência de descompasso entre imaginário jurídico e realidade histórica imanente aos institutos, configurando-se mecanismo de justificação da ordem vigente a partir tradições alheias à complexa cultura jurídica, política e institucional brasileira, na qual a mesma categoria pode adquirir significados diametralmente opostos aos europeus. Não se pode afirmar, porém, a ineficácia dessa construção do imaginário jurídico. O plano simbólico mantém-se estável a despeito da resistência dos fatos, constituindo-se a si mesmo em realidade na medida em que estrutura o *habitus* dos juristas, conformando-os a discursos reinstituintes da própria constituição simbólica de que emanam. Embora careça de uma revisão histórica responsável, o imaginário perpassando a esfera jurídica possui materialidade, conforma compreensão e atuação cotidianas dos indivíduos inseridos nas figurações, sendo reproduzido mais ou menos mecanicamente em livros e na prática.

Em conclusão, o imaginário jurídico pode ser compreendido como verdadeiro campo de batalha, marcado por disputas no âmbito simbólico. Trata-se da possibilidade de *definição* da realidade, inclusive no campo da história do direito. Até que se investigue responsabilmente o passado jurídico brasileiro, destacando suas permanências e repercussões na atualidade, assim como as incoerências de se reivindicar tradições histórica e socialmente alheias, a definição será feita a partir da reprodução de (pré)conceitos consolidados, os quais se estruturam em ordem do discurso sempre mais incontornável e excludente de uma experiência jurídica riquíssima em desdobramentos e contribuições ao presente. Repassando todo este estudo, se em tantas páginas não elaboramos nada *útil*, ao menos já sabemos por onde *não* começar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGULHON, Maurice. *Esquisse pour une archéologie de la République. L'allégorie civique féminine*. In : Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 28<sup>e</sup> année, N. 1, 1973. BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux: mémoires et espoirs collectifs*. Paris: Payot, 1984.
- BIANCHI, Serge. *Le théâtre de l'an II (culture et société sous la Révolution)*. In : Annales historiques de la Révolution française. N°278, 1989.
- BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BRASIL, Assis. *A republica federal*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Typographia King, 1885.
- BRAUDEL, Fernand. *Histoire et Sciences sociales : La longue durée*. In: Annales. Économies, Sociétés, Civilisations. 13<sup>e</sup> année, N. 4, 1958.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CONSTANT, Benjamin; LABOULAYE, Édouard. *Cours de politique constitutionnelle: ou, collection des ouvrages publiés sur le gouvernement représentatif*. 2. ed. Paris: Guillaumin, 1872.
- COSTA, Pietro. *Cittadinanza*. 2. ed. Bari: Laterza, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Soberania, representação, democracia: ensaios de história do pensamento jurídico*. Curitiba: Jurua, 2010.
- DaMatta, Roberto. *Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil*. IN: *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução: o submundo das letras no antigo regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Gallimard, 2010.
- Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- \_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador: uma história dos costumes* (v. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia de grupo e análise do ego*. IN: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Freud*. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA., 1976.
- GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMBRICH, Ernst Hans. *Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GROSSI, Paolo. *Il diritto tra potere e ordinamento*. Editoriale Scientifica, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Mitologias jurídicas da modernidade*. 2. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.
- GUILLEMIN, Henri. *Robespierre, político e místico*. Porto Alegre: L&PM, 1989.
- HESAPANHA, António Manuel. *A política perdida: ordem e governo antes da modernidade*. Curitiba: Juruá, 2010.
- \_\_\_\_\_. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, Portugal - sec.XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Guiando a mão invisível: direitos, estado e lei no liberalismo monárquico português*. Coimbra: Almedina, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Hércules confundido: sentidos improváveis e incertos do constitucionalismo oitocentista: o caso português*. Curitiba: Juruá, 2009.
- HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terrence. (Org). *A invenção das tradições*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUGO, Victor. *Les misérables*. v. 2. Paris : Gallimard, 2011.
- JOURDAN, Annie. *Politique artistique et Révolution française (1789-1800) : le régénération des arts, un échec?* In : *Annales historiques de la Révolution française*. N°309, 1997.
- KANT, Immanuel. *Beantwortung der Frage : Was ist Aufklärung?* In: *Berlinische Monatsschrift*. Dezember-Heft 1784. p. 481-494. Disponível em: [«http://www.uni-potsdam.de/u/philosophie/texte/kant/aufklaer.htm»](http://www.uni-potsdam.de/u/philosophie/texte/kant/aufklaer.htm). Acesso em: «09/07/2012».
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KORNGOLD, Ralph. *Robespierre, o incorruptível*. Rio de Janeiro , RJ: Vecchi, 1946.
- LANGLOIS, Claude. *Les dérives vendéennes de l'imaginaire révolutionnaire*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 43º anné, N. 3, 1988.

- LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MACHADO DE ASSIS. *Esau e Jacó*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril, 2010.
- MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 27ª ed. Malheiros Editores: São Paulo, 2010.
- OZOUF, Mona. *Le cortège et la ville: les itinéraires parisiens des fêtes révolutionnaires*. In : *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 26<sup>e</sup> année, N° 5, 1971.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *Paranismo: o Paraná Inventado; cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2ª edição, 1998.
- RICOEUR, Paul. *L'idéologie et l'utopie: deux expressions de l'imaginaire social*. In : *Autres Temps. Les cahiers du christianisme social*. N°2, 1984.
- SADE, Marquis de. *Les infortunes de la vertu*. Paris: Librio, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras do artistas franceses na corte de D. João (1816-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- STAROBINSKI, Jean. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- VOLTAIRE. *Le pauvre diable et autres pièces*. Disponível em: <<http://booklens.com/voltaire/le-pauvre-diable-et-autres-pi%C3%A8ces>>. Acesso em: <05/06/2012>.